



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 707 - DE 4 A 17 DE FEVEREIRO DE 2024 - R\$ 5,00

Abaixo a Lei Ônibus de Javier Milei!

Retomar a greve geral e as manifestações massivas

**QUE OS SINDICATOS E CENTRAIS SINDICAIS EM TODA A AMÉRICA
LATINA SAIAM EM DEFESA DOS TRABALHADORES ARGENTINOS**

Quatro meses de carnificina na Faixa de Gaza

Prolonga-se a guerra na Ucrânia, que se aproxima dos dois anos

**Somente a classe operária organizada e unida pelo
programa da revolução social poderá enfrentar as forças
do imperialismo e as guerras de opressão nacional**

**“A Nova Indústria Brasil” de Lula/Alckmin
servirá apenas para proteger o grande capital**

**Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta
em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas**

Manifesto dos 100 anos do falecimento de Lênin

A crise na Argentina expressa a decomposição geral do capitalismo

*As contrarreformas de Milei convergem com as necessidades do capital imperialista
Os trabalhadores do Brasil e da América Latina devem se unir à luta dos explorados
argentinos, levantando seu programa e suas bandeiras*

A eclosão de acontecimentos em várias partes do mundo alerta a classe operária e os demais oprimidos para o avanço e a aceleração da crise mundial. Neste exato momento, as manifestações em frente ao Congresso Nacional da Argentina se chocam, não somente com o governo ultradireitista de Javier Milei, mas também com os partidos e parlamentares que começaram a fazer concessões ao bárbaro projeto da Lei Ônibus. A primeira concessão foi a aprovação em geral do projeto antinacional e antipopular. Logo mais, o Congresso fará o mesmo quanto aos seus pontos específicos. Isso se passou sob intensos protestos e brutal repressão aos manifestantes.

Nem bem se acalmou o conflito entre a Venezuela e a Guiana em torno ao território de Essequibo, os Estados Unidos decidiram voltar às sanções sob a alegação de que Nicolás Maduro rompeu o acordo que garantia “eleições democráticas”. No Equador, os Estados Unidos e países latino-americanos, à frente deles o Brasil, intervieram para aplacar o choque do governo com o narcotráfico. Nos Estados Unidos, a questão dos imigrantes volta a se projetar nas disputas eleitorais, permeadas pelo intervencionismo norte-americano nos conflitos e guerras que vêm estremecendo as relações mundiais. No Haiti, crescem as pressões do imperialismo para que a ONU envie uma força militar para estabilizar o regime político em frangalho. Na França e Bélgica, agricultores se insurgem contra a assinatura de um acordo da União Europeia com o Mercosul, sendo que, na Polônia, se contestam os subsídios aos produtos agrários da Ucrânia.

Os efeitos da estagnação econômica, do alto endividamento dos Estados, das tendências inflacionárias e do rebaixamento das condições de vida das massas, em meio à guerra na Ucrânia, à escalada militar e ao fluxo contínuo de imigrantes, potenciam os desequilíbrios na Europa. As manifestações na Inglaterra, França e Alemanha, por enquanto, sobretudo, assinalam por onde passam a desintegração do capitalismo e a luta de classes. Os governos de Rishi Sunak, Partido Conservador, Emmanuel Macron, Partido Renascimento, derivado do Partido Socialista, e Olaf Scholz, Partido Social-Democrata, vêm sendo obrigados a descarregar sobre a classe operária e a classe média a crise que tomou forma mais aguda com a guerra na Ucrânia. Impõem as contrarreformas e, em particular, a Inglaterra e França, rodeadas pela Itália, recrudescem os ataques aos imigrantes, principalmente àqueles provenientes da África, que, por sua vez, se acha mergulhada em conflitos internos e externos.

A recente decisão da União Europeia de municiar a guerra na Ucrânia, entregando a Vladimir Zelensky 50 bilhões de euros (R\$ 270 bilhões), indica a disposição de prolongar o conflito e manter a possibilidade de sobrepassar as fronteiras ucranianas. A burguesia europeia está preenchendo o vácuo deixado pelos Estados Unidos, devido à reprovação da oposição republicana a Biden ao projeto de financiamento da guerra com bilhões de dólares. O plano da OTAN de realizar um dos maiores exercícios militares após a Segunda Guerra Mundial, para afirmar tanto a disposição do imperialismo de forçar passagem ao cerco montado à Rússia, quanto a de estender seu raio de ação para a Ásia em contraposição à China não deixa dúvidas de que a crise vem impulsionando o ritmo da escalada militar.

Não são poucos os analistas a serviço do imperialismo que exortam os Estados Unidos a se prepararem para uma possível guerra no Indo-Pacífico. A movimentação da indústria militar vem sendo alimentada pelos choques que se manifestam em todos os continentes. Deve ser reforçada, agora, em função da guerra des-

fechada pelo Estado sionista de Israel contra os palestinos da Faixa de Gaza, que perfaz quatro meses e tem provocado uma onda de manifestações em várias partes do mundo. As várias bases militares norte-americanas no Oriente Médio vêm sendo reforçada por navios de guerra que rondam o Mediterrâneo e o Mar Vermelho.

A resistência de milícias islâmicas, nacionalistas por sua orientação histórica, reavivou os pavios dos choques armados, acesos pela intervenção dos Estados Unidos no Iraque. A redução da animosidade do imperialismo com o Irã sob o governo de Barack Obama ficou para trás desde que Donald Trump rompeu o acordo sobre a energia nuclear. Mas, os antagonismos das potências com o regime nacionalista iraniano assumiram proporções em que se recoloca a questão da generalização da guerra que se passa na Faixa de Gaza ao Oriente Médio.

O fato das Forças de Defesa de Israel terem se ressentido da resistência do Hamas, ainda que não coloque nenhum perigo à imensa superioridade militar do sionismo, e ficar patente que a incursão invasora da Faixa de Gaza deve ser longa, tem dificultado aos Estados Unidos e aliados de encontrarem uma solução provisória que permita suspender o genocídio e refluir as tendências bélicas na região. Alguns êxitos, como os obtidos pelos ataques às bases militares dos Estados Unidos no Iraque, Síria e Jordânia, mesmo que pequeníssimos, afetam a política interna do imperialismo norte-americano, envolvido por uma acirrada divisão interbuguesa que se reflete na ascensão eleitoral de Trump. Não é de menor importância a vitória eleitoral do candidato pró-Estados Unidos em Taiwan. Representa um maior compromisso do imperialismo de manter seu controle em função da guerra comercial com a China. Esse acontecimento, por si mesmo, não muda substancialmente as relações conflituosas, mas potencia as tendências bélicas no Oriente.

Pode-se perguntar o que tem a ver esse quadro de desequilíbrio na Europa, Ásia e Oriente Médio com a crise na Argentina e, assim, com a América Latina. Imediatamente, se constata que a necessidade das contrarreformas antinacionais e antipopulares é um fenômeno geral. São medidas que protegem a burguesia na situação de agudização dos choques entre as forças produtivas e as relações de produção. As contradições da economia mundial, dirigida por um punhado de potências, se manifestam abertamente nos marcos das economias nacionais, cujas particularidades devem ser evidenciadas no sentido de revelar suas bases mundiais. A dívida pública da Argentina se encontra no centro de seu descarrilamento. A falência dos governos peronistas está na razão direta de se sujeitarem a esse saque e ao agigantamento do parasitismo financeiro. O que se passa, também, com todas as economias semicoloniais.

A marcha da desintegração mundial do capitalismo impulsiona as contradições internas próprias dos países semicoloniais. As guerras e a escalada bélica são descarregadas não apenas sobre as massas por meio das contrarreformas, mas também sobre as economias atrasadas por meio do recrudescimento do saque. A importância da resistência da classe operária e da maioria oprimida na Argentina é crucial para a luta anticapitalista e anti-imperialista na América Latina e em todo o mundo, incluindo os países imperialistas.

Lutemos pela vitória do povo argentino! Abaixo o plano antinacional e antipopular de Milei! Derrotar o governo da ultradireita sob o programa da revolução social. Fortalecer a independência política e organizativa dos explorados argentinos! Internacionalizar a luta do proletariado argentino, sob a mesma política e programa diante das guerras de dominação na Ucrânia e na Faixa de Gaza! Organizar o movimento de frente única anti-imperialista!

Plano Nova Indústria Brasil

O que a classe operária e os demais trabalhadores podem esperar?

Sob a orientação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), foi anunciado e apresentado no final de janeiro a “Nova Indústria Brasil”. O objetivo é o de contrapor-se à desindustrialização e permitir aos capitalistas que impulsionem o setor.

O plano foi elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que, segundo consta, é formado não apenas por representantes de organizações patronais, mas também por representantes de trabalhadores. Certamente, a participação de burocratas sindicais serve apenas de enfeite à política de colaboração de classes do PT e aliados de esquerda, como PCdoB e PSOL.

A “Nova Indústria Brasil” tem a ver com os interesses dos capitalistas, que exploram a força de trabalho, pagam baixos salários, valem-se da contrarreforma trabalhista. Implantam a terceirização, impõem os planos de flexibilização capitalista do trabalho, demitem em massa, fecham fábricas, recorrem à lei antigreve e contam com os governantes, o judiciário e a polícia para quebrar greves.

Os assalariados, portanto, não podem esperar absolutamente nada a seu favor do projeto Lula-Alckmin. Mais do que isso, devem reagir com um programa próprio.

As burocracias sindicais da CUT, Força Sindical, CTB, CGT e outras estão, sem dúvida, comprometidas com a “Nova Indústria Brasil”. Essa casta, que vem permitindo à burguesia descarregar a crise do capitalismo sobre os explorados, está comprometida até a medula com o governo burguês de Lula e de sua frente ampla.

Em São Bernardo do Campo, os burocratas do Sindicato Metalúrgico do ABC assinam acordos após acordos de PDVs com a Volkswagen. Estão servindo à reestruturação nas relações de trabalho sobre a base da contrarreforma trabalhista imposta pela ditadura civil de Temer. Os vendilhões abrigados nos sindicatos e nas inúmeras centrais divisionistas foram responsáveis pelo fechamento da Ford em todo o país, da LG, em São José do Campo, da Toyota em São Bernardo, da Guararapes no Ceará, e assim por diante. Eis por que a classe operária e os demais trabalhadores devem rechaçar a farsa de que representantes dos trabalhadores ajudaram a montar o plano Lula-Alckmin para a indústria. Esses lacaios dos exploradores, que se apossaram dos sindicatos, foram levados ao CNDI pelas mãos dos inimigos dos explorados.

A classe operária tem seu próprio programa, não só para a indústria, mas também para toda a economia. Trata-se do programa de expropriação da grande propriedade dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, pertencente a todo povo oprimido, voltada a acabar com as divisões de classes, por meio da construção da sociedade socialista. É com esse programa que os oprimidos responderão à exploração capitalista da força de trabalho, defenderão os salários e os empregos, enfrentarão a terceirização e a informalidade e combaterão pela derrubada das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Não permitirão que o governo Lula e o Congresso Nacional imponham a contrarreforma administrativa e, enfim, possibilitarão unir os pobres das cidades com os pobres do campo.

Uma das justificativas para o País adotar o plano “Nova Indústria Brasil” é a da geração de empregos. Os nacional-reformistas volta e meia recorrem a esse argumento ilusório, que possa ser utilizado pela burocracia sindical. Diante da destruição de milhares de empregos e fechamento de fábricas, durante a pandemia, todas as forças políticas se juntaram para aplicar a MP 936, que desprotegeu os assalariados e favorecia os empregadores.

O principal problema para a classe operária desde a pandemia tem sido a alta taxa de desemprego. Apesar de ter decrescido, continuam sacrificando a vida de milhões, em particular de jovens brasileiros. O fechamento de fábrica foi e tem sido a demonstração de que os capitalistas recorrerem a qualquer meio para proteger seus negócios e lucros. Agora mesmo, a Toyota fechou sua fábrica em São Bernardo do Campo, sem que houvesse nem sinal de resistência. As multinacionais, sobretudo, vêm mais uma vez fazendo a tal da “reestruturação produtiva”, motivada pelas novas tecnologias, que resulta em redução massiva de postos de trabalho.

A classe operária, porém, tem seu programa e suas respostas: reduzir a jornada de trabalho sem reduzir os salários, aplicar a escala móvel das horas de trabalho e estabelecer o controle operário coletivo da produção. Para isso, os sindicatos, centrais e forças políticas que se dizem socialistas têm de organizar local, regional e nacionalmente a luta pelos empregos, salários e direitos.

Como não poderia deixar de ser, desgraçadamente, o maior entusiasta do plano Lula-Alckmin é a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, a linha de frente da política de conciliação de classes e o perito em montar as traições. Não apenas elogiou a iniciativa, como a reivindicou na condição de um dos que mais trabalhou por uma política que retomasse o “protagonismo da indústria”. Essa direção, que serve de correia de transmissão da política do PT e que fez escola em matéria de colaboração de classes e de traição às necessidades mais elementares da classe operária, fez um chamado para que os capitalistas e autoridades governamentais aproveitem o financiamento que virá do BNDES, Finep e Embrapii, para reanimar a região do ABC. A esperança é que todos têm a ganhar, uma vez que se trata de um projeto de “transição ecológica e de modernização do parque industrial brasileiro”.

Para isso, no entanto, os capitalistas têm de apresentar aos financiadores suas propostas que venham a impulsionar a Nova Indústria Brasil. Estarão dispostos R\$ 300 bilhões até 2026. Galgando sobre essa dinheirama, a direção do sindicato metalúrgico promete colaborar com os capitalistas da região que assumam o projeto governamental. O seu êxito, agora, depende dos investimentos e dos esforços dos governadores e prefeitos, que devem ajudar ainda mais os capitalistas das indústrias.

Os burocratas esperam a volta dos empregos e o fim das demissões em massa. Se assim ocorrer, farão parte dos êxitos, e, por sua vez, o governo de frente ampla de Lula se tornará mais popular e mais capacitado a subordinar os sindicatos e os trabalhadores à política de conciliação de classes. O problema está em que não basta um plano de “reindustrialização” e financiamento subsidiado pelo BNDES, Finep e Embrapii. A economia brasileira sofre o mal da estagnação há décadas. Esse fenômeno se deve não apenas a fatores internos, mas sobretudo externos. O processo de industrialização esteve voltado ao mercado nacional. Não teve como superar sua condição de produtor e exportador de produtos agropecuários e de matérias-primas.

A indústria aumentou sua participação em referência ao PIB na medida em que se potenciou o mercado interno, e em certa medida foi favorecida pelo mercado externo. Reduzidas as margens de desenvolvimento nesse marco, a agroindústria aumentou sua participação no PIB em detrimento da indústria. Essa mudança se deu em função do mercado mundial, sem que potenciase o mercado interno e assim impulsionasse a expansão industrial.

É marcante a emergência da China como grande consumidora de matérias-primas e de produtos agropecuários. Tornou-se o maior

importador de commodities do Brasil. Enquanto a burguesia comemora os extraordinários êxitos do setor primário, a indústria se estagna e tende à regressão. A indústria controlada pelas potências, acrescida da China restauracionista, se depara com a superprodução. As mudanças tecnológicas das últimas décadas agravaram a contradição entre as forças produtivas altamente avançadas e as relações capitalistas de produção baseadas na propriedade monopolista e condicionadas pelo parasitismo financeiro.

Certamente, se os capitalistas aplicarem parte desse montante e se o novo PAC for implementado, algum efeito positivo exercerá sobre a economia, mas não mudará a tendência à estagnação e ao fortalecimento do setor agroexportador em detrimento da indústria brasileira em grande parte desnacionalizada. A classe operária

e a maioria oprimida não serão beneficiadas pela “Nova Indústria Brasil”, a economia não ficará mais nacionalizada. Trata-se de denunciar e lutar contra a política de conciliação de classes, que tem levado os sindicatos, centrais e movimentos populares a se sujeitarem ao governo burguês de Lula e aos ditames do grande capital nacional e internacional.

Nesse campo de batalha, a classe operária tem o seu programa e respostas próprias. O problema está em romper as amarras desenvolvidas pelas direções traidoras. Cabe à vanguarda com consciência de classe reforçar o trabalho em torno à penetração do programa da revolução social no seio do proletariado e dos demais explorados.

Agência Brasileira de Inteligência (Abin) paralela

Continuidade da crise política

Nem bem Lula e os ministros do STF realizaram, no Congresso Nacional, o Ato “Democracia Inabalada”, para comemorar a derrota do golpismo bolsonarista, estourou o caso da chamada “Abin paralela”. A Polícia Federal revelou documentos, descobertos pela “Operação Última Milha”, que apontam a utilização de um “software espião FirstMile” pela presidência da República, para acompanhar os passos de opositores e membros do judiciário.

O Centro de Inteligência Nacional (CIN), criado por Bolsonaro em meados de 2020, manejou a Abin de acordo com os interesses particulares do Presidente e de seus filhos, que carregam em seus currículos denúncias de corrupção e abuso de poder. O chefe da Abin, Alexandre Ramagem, que hoje é deputado federal, filiado ao PL, teria manobrado com agentes da Abin para espionar os opositores e ministros do STF, que têm em suas mãos os processos que incriminam Bolsonaro.

Agentes da Polícia Federal, identificados com o bolsonarismo, foram trazidos por Ramagem para a Abin. Assim, se armou um conluio que chegou ao ponto de se adquirir o FirstMile com o objetivo de obter informações sigilosas, que não tinham a ver com a segurança do Estado burguês, mas sim com a proteção política de Bolsonaro e seus familiares. A operação da Polícia Federal para obter provas contra o vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, indica que mais um episódio de bandidagem envolve a família Bolsonaro.

Lula se viu obrigado a exonerar o diretor adjunto da Abin, Alessandro Moretti, suspeito de facilitar as ações de Bolsonaro. O diretor da Abin, Luiz Fernando Correa, por sua vez, permanece no cargo, apesar de questionado sobre suas ligações com agentes que participaram da “Abin paralela”. O general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), é suspeito de fazer parte desse conluio.

Como reação, o deputado Flávio Bolsonaro e membros bolsonaristas do PL, convocaram uma coletiva de imprensa para acusar Lula, a Polícia Federal e membros do STF de terem inventado uma “narrativa” sobre a “Abin paralela”. Assim, se estaria realizando uma perseguição política. Uma espécie de caça às bruxas. Prolonga-se a crise política, que tem em suas bases a tentativa de golpe.

Esse emaranhado, que se desentranha expondo o funcionamento da “Abin paralela”, tem a ver, como se constata, com a conspiração golpista armada no interior do governo Bolsonaro, que concluiu em fracasso na disparatada ocupação da Praça dos

Três Poderes em 8 de janeiro. Esse pântano pútrido que se expõe desde as entranhas do governo Bolsonaro e da Abin é um reflexo particular e profundo da decomposição da política burguesa, da qual faz parte o governo Lula, o PT e aliados de esquerda.

O Partido Operário Revolucionário vem demonstrando passo a passo os momentos e as etapas da crise política, desde que se pôs fim à ditadura militar e se restabeleceu a democracia formal, que, como tal, é o melhor regime para garantir a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. O PT ascendeu ao poder do Estado se submetendo à democracia oligárquica. E sofreu uma queda com o golpe institucional de Estado em 2016. Voltou ao poder derrotando Bolsonaro. Lula saiu da prisão e recuperou seus direitos políticos em meio às denúncias de arbitrariedades da Operação Lava Jato. O juiz Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol caíram em desgraça. Nesses acontecimentos, também se estampa o pântano fétido da política burguesa.

O que se passa agora com a queda política de Bolsonaro, familiares e autoridades civis, policiais e militares é parte da profunda crise do regime político, que tem em suas bases a decomposição do capitalismo. Lula volta ao poder comprometido com a manutenção da ditadura de classe da burguesia, de forma que não tem como modificar absolutamente nada de fundamental na estrutura do Estado burguês.

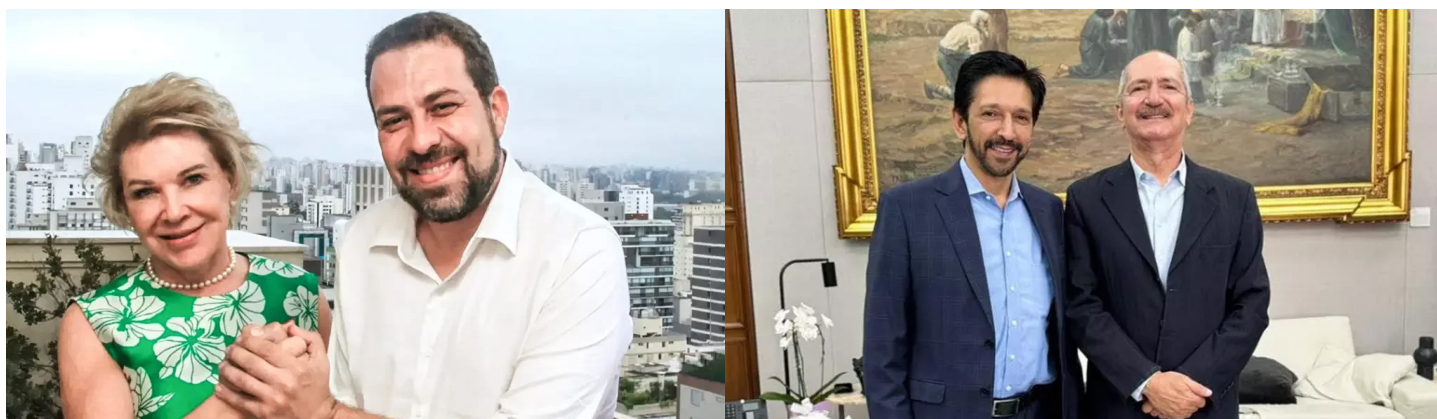
Com o fim da ditadura militar, resolveu-se extinguir o Serviço Nacional de Segurança (SNI) em março de 1990, substituindo-o pelo Departamento de Inteligência (D/SAE). A medida serviu para afastar a responsabilidade da ditadura militar e das Forças Armadas pelos crimes cometidos pela repressão política. Com a queda de Dilma Rousseff, a ditadura civil de Temer reconstituiu o poder direto dos generais nos organismos de informação. Criou-se o GSI e a Abin. Voltou a crescer a militarização da política burguesa.

O fracassado golpe de Estado de 8 de janeiro contou com a participação direta e indireta de altas patentes das Forças Armadas. O escândalo da “Abin paralela” representa mais um elo desse processo histórico. Lula exonera este ou aquele implicado, mas mantém a estrutura militar-policial reconstituída por Temer e fortalecida no governo de Bolsonaro. O aparato de informação se fundamenta a partir da luta de classes. Está voltado primordialmente para proteger a governabilidade e o Estado contra o movimento operário e camponês, sobretudo. A luta dos explorados se dirige a pôr abaixo o Estado burguês e a dominação dos capitalistas. Essa é a essência do programa da revolução social.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Quem é mais defensor de uma frente ampla burguesa: Boulos que aceita Marta, ou Aldo Rebelo que assume o governo de Nunes?



Nesta semana, foi esse o comentário na mídia, redes sociais e principalmente entre a antiga militância que lutou contra a ditadura militar e fundou o PT. Para os velhos reformistas, é duro ver Aldo Rebelo, um nacionalista, compor a chapa Nunes/ Bolsonaro.

Marta foi do PT, passou pelo Solidariedade e MDB, e retornou ao PT. Foi prefeita de São Paulo pelo PT e ministra da Cultura e Turismo nos governos de Dilma e Lula. Ocupou o cargo de Secretária de Relações Internacionais na gestão de Ricardo Nunes, e deixa o cargo para ser vice da chapa de Boulos. Aldo Rebelo, ex-PCdoB, foi ministro da Defesa, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Esporte e de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, nos governos de Lula e Dilma. Passou pelo PCdoB, PSB e Solidariedade, atualmente se encontra no PDT. Está cotado para ocupar o cargo que Marta deixou na prefeitura e ser vice da chapa de Nunes para enfrentar Boulos nas eleições. Mereceu o apoio de Bolsonaro, por ser um “verdadeiro nacionalista”. Nacionalismo esse que aprendeu na escola estalinista do PCdoB. Nessa escola, também, afinal, aprendeu direitinho com o estalinismo a fazer frentes com partidos da burguesia, de acordo com seus interesses eleitorais.

O estalinismo é responsável por trair revoluções em várias partes do mundo, destruir as conquistas da Revolução Russa, liquidar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e causar um retrocesso profundo de ordem histórica. No Chile, a frente popular do Partido Comunista com o Partido Socialista de Salvador Allende constituiu um governo de Unidade Popular, sob a diretriz da via pacífica ao socialismo. Concluiu responsabilizando-se pela traição à classe operária e aos demais trabalhadores.

A luta do POR contra a política de conciliação de classes, que conduz às frentes eleitorais burguesas, se nutre das experiências do marxismo-leninismo-trotskismo. Forma, assim, sua militância com os princípios da revolução e ditadura proletárias. Trabalha incessantemente pela independência de classe do proletariado e do conjunto dos explorados. De maneira que a frente eleitoral montada pelo PT-PSOL em torno à candidatura do carreirista Boulos, é tida como mais uma ocorrência da política de conciliação de classes.

A volta de Marta para o ninho petista onde foi gerada não tem nada de estranho. E o caso de Rebelo? Também é perfeitamente normal, segundo as prescrições da política burguesa. Não se distingue do carreirismo de Boulos, com a diferença que esse membro do PSOL, ai se abrigou apoiado no movimento da moradia; o ex-PCdoB se destacou como direção do partido e por ter escalado os degraus do parlamento, até chegar a ministro da Defesa.

As eleições municipais estão sendo preparadas. Em São Paulo, a disputa conta com a intervenção direta de Lula e de Bolsonaro. A ideia é a de dar expressão nacional de enfrentamento entre o lulismo e o bolsonarismo. O POR combate no campo da independência de classe, com o programa próprio da classe operária, com o chamado aos explorados a não confiarem em nenhuma das vertentes da política burguesa e a confiarem em suas próprias organizações e forças.

ADQUIRA ▶

COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS









NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Fevereiro de 2024

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Não é verdade que a “Nova Indústria Brasil” gerará empregos e renda

Os empregos e salários dependem inteiramente de nossa luta

As direções sindicais estão dizendo que a “Nova Indústria Brasil” deve ser apoiada, porque é um programa do governo Lula/Alckmin voltado à reindustrialização e à criação de muitos empregos. Essas mesmas direções têm colaborado com o fechamento de fábricas, acordos de demissão (PDVs), implantação da terceirização, aumento da informalidade, quebra de direitos trabalhistas e perdas salariais.

O real objetivo do programa “Nova Indústria Brasil” é o de entregar R\$ 300 bilhões de recursos públicos aos capitalistas, na forma de empréstimos subsidiados. No final das contas, os subsídios aumentarão a dívida pública e o governo a descarregará sobre a população trabalhadora. Já se fala em uma nova reforma da previdência e uma reforma administrativa que, desta vez, atingirá a maioria do funcionalismo, que é brutalmente explorada.

Ou a classe operária usa suas próprias forças e luta contra as demissões, o fechamento de fábrica, a terceirização e os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, ou os patrões e os governantes continuarão descarregando a crise econômica sobre os explorados.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a não confiarem na conversa de que a “Nova Indústria Brasil” servirá para combater o desemprego e os baixos salários. O Boletim Nossa Classe, ao contrário, chama os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças. O Boletim Nossa Classe está fazendo a campanha por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de um programa próprio de reivindicações dos trabalhadores.

Toyota fechou definitivamente suas portas

Burocracia sindical colaborou com mais um fechamento de fábrica

A montadora, que inaugurou sua primeira fábrica fora do Japão em São Bernardo do Campo, encerrou a produção na região, concentrando nas fábricas do interior paulista, Indaiatuba, Sorocaba e Porto Feliz. Foi aos poucos desativando as atividades da fábrica no ABC, para concluir no final do ano de 2023. As justificativas dos capitalistas são sempre as mesmas: “eficiência operacional e projeções econômicas”. Na realidade, procuram regiões onde conseguem mais isenções, o custo da mão-de-obra é mais baixo e a produtividade poderá alcançar níveis mais altos com o aumento da superexploração do trabalho.

Desgraçadamente, mais uma montadora fecha sua fábrica no

ABC sem que haja uma luta por parte do Sindicato Metalúrgico, dirigido pelo PT. Ao contrário, com o consentimento da direção sindical, a Toyota foi encerrando a produção.

O Boletim Nossa Classe vem denunciando a política traidora da direção sindical. Em vez de lutar pela permanência da fábrica e dos empregos, por meio da estatização sob o controle operário, a direção sindical protege os lucros da montadora em detrimento dos empregos dos operários. A tarefa da vanguarda com consciência de classe está na organização de uma oposição classista e de luta, para expulsar essa burocracia sindical traidora e recuperar os sindicatos para a defesa dos interesses da classe operária.



Trabalhadores da Rosenberger Domex, em Caçapava, paralisam a fábrica

Pela imediata reintegração dos demitidos!

A empresa demitiu parte de seus 200 trabalhadores. Alega que houve

“queda na produção”. Está aí mais um exemplo de como os capitalistas descarregam a crise econômica sobre os ombros dos operários.

O Sindicato Metalúrgico reclama que não houve nenhuma negociação e que assim recorre à Justiça. A mesma coisa aconteceu com os metalúrgicos da GM. A Justiça reintegrou, mas não

garantiu a estabilidade. O acordo serviu apenas para a direção do sindicato negociar as demissões. Os trabalhadores da Rosenberger não devem seguir esse exemplo. Devem lutar firmemente pela readmissão e pela estabilidade no emprego.

O Boletim Nossa Classe vem trabalhando em favor de uma campanha pela redução da jornada, sem redução dos salários e com estabilidade. Que o sindicato de São José dos Campos convoque uma assembleia geral. O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a apoiarem ativamente os metalúrgicos da Rosenberger.

Empresa Pepsico: mais um operário vítima da exploração capitalista

No dia 22 de janeiro, uma carreta da empresa terceirizada, Mig Lix, que transporta resíduos da empresa de alimentação Pepsico, localizada em Itaquera, São Paulo, perdeu os freios e atropelou o operário Cícero da Silva Lustosa, de 44 anos, que faleceu na hora. O motorista da carreta havia informado, horas antes, para outros companheiros, que a carreta estava com problemas nos freios.

Os patrões, donos das terceirizadas, estão cada dia mais ricos, pagam um salário de miséria, não garantem condições seguras de trabalho e sempre colocam a culpa do acidente ou morte nos trabalhadores. Veja a que ponto chega a empresa: logo após a morte do operário, o gerente a Pepsico e a chefia mandaram arrumar e lavar

o local do acidente, para retornar o trabalho o mais rápido. Eis aí mais um exemplo: para os patrões, os operários são apenas números, peças descartáveis, que são substituídos quando morrem ou adoecem pelas condições precárias de trabalho.

O Boletim Nossa Classe denuncia a conduta dos patrões se- dentos de lucros diante dos operários. Coloca que a obrigação da direção sindical é a de convocar os demais trabalhadores da Pepsico para discutir as condições de trabalho. A morte de um operário na fábrica não pode ser naturalizada, nem ser de responsabilidade do trabalhador que dirigia o caminhão. Ao contrário, os responsáveis são a Pepsico e a terceirizada.

Pergunta de operários da Braskem e da Mercedes: A desoneração da folha de pagamento protege os empregos?

A pergunta dos companheiros é muito importante. A burguesia vem fazendo uma campanha pela manutenção da desoneração da folha de pagamento, com a mentira de que se trata da defesa dos empregos. Como Lula vetou a decisão do Congresso Nacional que mantinha a desoneração, há uma forte pressão para que seu ministro da Fazenda apresente uma contraproposta.

A conversa com o companheiro permitiu mostrar que a desoneração da folha de pagamento foi implantada pelo governo Federal em 2011, durante o governo do PT. A desoneração da folha substituiu a contribuição previdenciária que os patrões devem fazer de 20% sobre a folha de salários, e passam a pagar de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

O militante do Boletim Nossa Classe explicou que nos 13 anos de vigência dessa medida, o que temos visto é o crescimento do desemprego, principalmente no setor fabril. O operário concordou. Segundo dados do IBGE, foram eliminados cerca de 800 mil postos de trabalho no setor da indústria desde 2010. Os patrões encheram os bolsos e o salário dos trabalhadores continua uma miséria, insuficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Por isso, a desoneração da folha não é uma reivindicação da classe operária.

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Volks

No dia 29, a militância do POR fez a entrega do Boletim Nossa Classe na Volkswagen de São Bernardo do Campo. Durante a entrega, houve a agitação com a caixa de som, denunciando o governo burguês de Lula/Alckmin, que entrega R\$ 300 bilhões para os empresários da indústria através do programa “Nova Indústria Brasil”, enquanto para os trabalhadores aprova um reajuste miserável de R\$ 92 no salário-mínimo, que passou de R\$ 1.320,00 para R\$ 1.412,00. Um salário mínimo que condena os trabalhadores e suas famílias a miséria e a fome. Houve também a defesa de que as centrais e sindicatos rompam com o governo e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos. Fez parte da agitação, a apresentação aos operários do folheto com a intervenção do Boletim Nossa Clas-

A classe operária deve exigir que os sindicatos e centrais sindicais, convoquem assembleias em todos os setores e aprovem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, para defender as reivindicações vitais dos trabalhadores, que são: a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários; lutar por emprego a todos, dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho); defesa do salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

Nenhum governo burguês será capaz de impor uma lei para proteger os empregos, repor as perdas salariais e revogar todas as contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária. O governo burguês de Lula, como os anteriores, está a serviço da proteção dos proprietários dos meios de produção, portanto, dos capitalistas. Devemos lutar de forma independente do governo e dos patrões e acreditar somente em nossas próprias forças e métodos de luta, que são as greves, a ação direta, para defender nossas reivindicações.



se na greve de 17 dias na GM e a luta da vanguarda contra o plano de demissão e terceirização da Volks.

Os militantes chamaram os operários a se organizarem na Volks e demais empresas, para construir uma oposição de luta, independente, classista e revolucionária. Expulsar a burocracia sindical traidora e resgatar o sindicato para a luta de classes. Diante da guerra na Ucrânia e o genocídio dos palestinos pelo Estado sionista de Israel, propagandeou a campanha internacionalismo do POR pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação e pelo fim do genocídio sobre o povo palestino e defesa da República Socialista na Palestina.

Quatro meses de guerra na Faixa de Gaza

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha pelo fim do genocídio do povo palestino. São mais de 27 mil palestinos mortos, a maioria de crianças e mulheres. Luta por: Fora as Forças de

Defesa de Israel da Faixa de Gaza! Pelo fim imediato de todo cerco montado pela burguesia sionista ao povo palestino.

São Paulo

Campanha do Boletim Nossa Classe e da Corrente Proletária contra o aumento das tarifas do transporte coletivo

O aumento das passagens de ônibus, metrô e trens em São Paulo foi um duro golpe à família trabalhadora. Nos bairros operários, o descontentamento é grande com esse aumento, a precariedade do transporte público, os altos preços do arroz e feijão, o reajuste do botijão de gás, as péssimas condições da saúde, a proliferação da dengue, a matança de jovens pela polícia, o desemprego e o subemprego entre outros problemas. Como se vê, a situação é penosa para a maioria da população. Os politiquinhos aproveitam essa danosa condição para iludir com as eleições, que ocorrerão em outubro. Como se a troca de um governo burguês por outro resolvesse os problemas do povo pobre.

O Boletim Nossa Classe e a Corrente Proletária, ao contrário, trabalham por constituir os comitês de luta. Diante do reajuste das

tarifas do transporte coletivo, tem feito uma campanha em torno às seguintes bandeiras: **1) passe livre para os desempregados e estudantes; 2) defesa da estatização de todo o sistema de transporte, sob o controle dos trabalhadores e usuários; 3) combate ao plano de privatização de Tarcísio da Sabesp, Metrô e CPTM; 4) luta pelo salário mínimo vital, valor necessário para manter a família trabalhadora; 5) emprego a todos, por meio da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários; 6) por um único sistema estatal de saúde pública, expropriação da rede privada de saúde, sob o controle dos trabalhadores e usuários.** Como parte dessa campanha, defende que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa das condições de existência da maioria explorada.

Ceará

Panfletagem do Boletim Nossa Classe nos eletricitários da SIRTEC

No dia 29 de janeiro, o POR esteve mais uma vez na SIRTEC, empresa prestadora de serviços à ENEL, panfletando o Boletim Nossa Classe e denunciando os abusos da empresa sobre os eletricitários. Alguns trabalhadores da SIRTEC procuraram nosso Boletim para denunciar as péssimas condições de trabalho, que não foram resolvidos com a greve de 2020. A direção do SINDELETRO (PT) já foi contatada várias vezes pelos eletricitários e faz ouvidos moucos. Trata-se de uma direção burocrática e que concilia abertamente com a patronal.

O Boletim Nossa Classe tem recebido e dado voz às denúncias dos eletricitários, que são: a) a falta de acesso ao banco de horas trabalhadas, que anteriormente era disponibilizado pela empresa; b) pressão para que as metas de produção, imposta pela Sirtec, sejam alcançadas; c) atraso do adicional de produtividade, há meses, sem previsão de pagamento; d) vale-transporte, pago em cartão específico, ao invés de dinheiro, quando a categoria usa moto para chegar ao serviço e

precisa pôr gasolina; e) redução da quantidade de itens que compõem a cesta básica, que já é defasada; f) abusos patronais como no caso de não poderem adoecer já que um atestado médio (de apenas um dia) implica a perda da cesta básica do mês; e com três dias, a perda da produtividade. É diante de tudo isso que o sindicato vira as costas, abandonando os trabalhadores à própria sorte.

O Boletim Nossa Classe defende que é preciso exigir, imediatamente, a presença do sindicato nas empresas; exigir do sindicato a realização de assembleia da categoria e, acima de tudo, que encaminhe a luta. É preciso retomar o caminho da luta travada em 2020 pelos eletricitários. A superação da conciliação da classes da direção traiadora só será possível pela constituição de uma oposição combativa e classista que ponha para fora da entidade a burocracia vendida e recupere o sindicato como organismo de luta da categoria.

Pernambuco

Metroviários mostram entusiasmo com chamado à luta contra a privatização e por um sindicato combativo

No dia 24 de janeiro, distribuímos o Boletim Nossa Classe no Centro de Manutenção de Cavaleiro, do METROREC, na região metropolitana do Recife. Alguns metroviários panfletaram conosco e foi possível conversar bastante com os trabalhadores. Eles mesmos falam da importância de criar uma célula de metroviários, se organizar de forma independente e cobrar do sindicato que faça a luta para valer. Muitos criticaram o visível eleitoralismo do presidente do sindicato, analisando que ele está mais preocupado em se autopromover do que em organizar a luta coletiva. Após a panfletagem, a repercussão “pegou fogo” nos grupos virtuais em que alguns afirmaram “Rapaz, o Jornal Nossa Classe (...) botou para descer no governo federal, na maneira como o ACE está sendo conduzido e mais”. Outros afirmaram: “Só presta assim”.

Outros mandaram áudio com o seguinte conteúdo: O jornal deu uma repercussão muito boa na categoria. Mostrou o sindicato de faz de conta daquele pessoal, que sabe fazer muito é gastar o dinheiro da categoria em prol de nada, aí eles sabem gastar. Não fazem a política sindical certa, correta, de unir força para enfrentar o inimigo maior. Eles fazem aquela brincadeira ali e a gente sabe que é só encenação”. O Boletim publicou charges políticas de um metroviário, críticas em relação à traição do PT e seu governo aos trabalhadores.

Os metroviários foram convidados para a formação política sobre “luta anti-imperialista teoria e prática”, em uma tarde em que debateremos o legado de Lênin, a luta contra o genocídio palestino e a campanha contra a privatização da CBTU. Nosso objetivo é que

os metroviários tomem cada vez mais o Boletim como seu e criem uma fração classista e revolucionária na categoria.

Versão resumida dos principais problemas:

Metroviários são barrados em visita de Lula a Pernambuco

Lula iniciou viagens pelo Brasil, de olho nas eleições municipais. Esteve em Pernambuco em 18 de janeiro anunciando investimentos na Petrobrás, na assinatura de termo de compromisso da construção da Escola de Sargentos; e na troca do Comando Militar do Nordeste. Os metroviários foram barrados do evento na refinaria e o Sindipetro então mediou a entrega de uma carta ao presidente.

Plano de Lula é privatizar a CBTU. Qual o plano dos trabalhadores?

O fato é que o governo burguês de Lula/Alckmin dá continuidade à política privatista de Temer e Bolsonaro. Além de não se propor a reestatizar nenhuma empresa, já no governo de transição deu continuidade ao leilão do metrô de Belo Horizonte. A página do BNDES já divulga o cronograma de privatização do Metrô de Recife (publicamos a imagem). Os planos do governo estão claros. O que os trabalhadores precisam é definir o seu próprio plano de como vão lutar contra a privatização, em defesa dos empregos e da empresa pública.

Por um comitê de lutas contra a privatização do metrô

No ano passado, os metroviários de Pernambuco fizeram greve pela retirada da CBTU do Plano Nacional de Desestatização. A greve não conseguiu quebrar a intransigência do governo pela política da direção sindical governista (PCdoB). Atos improvisados, servem para dar uma aparência de que o sindicato está fazendo algo. Mas se a direção do sindicato quer mesmo impedir a privatização, é preciso manter a realização das assembleias da categoria, com mobilização permanente. É necessário criar um comitê de lutas com o objetivo de somar forças capazes de impedir a privatização.

Acordo Coletivo Especial é uma arapuca para sindicato pactuar a privatização

Um dos fatores que enfraqueceram a greve de 2023 foi a divisão entre os trabalhadores. Enquanto alguns, principalmente da

manutenção encarnaram a defesa da empresa pública e dos empregos, outros, sobretudo dos setores administrativos, buscam negociar melhor sua condição após a privatização. O sindicato tem prosseguido nas negociações do Acordo Coletivo Especial (ACE) com o governo. É preciso que isso se dê sob o controle da base. Não podemos permitir nenhuma pactuação que leve à aceitação da privatização. Caso a privatização aconteça, só uma ultraminoria conseguirá transferências. A imensa maioria perderá seus empregos e a empresa passará a ser explorada pelos capitalistas estrangeiros.

Recuperar os métodos da luta de classes

A luta contra a privatização é uma luta anti-imperialista. Se confronta com a prioridade do governo de preservar os interesses dos credores da dívida pública. O caminho das negociatas em Brasília e atos improvisados leva à derrota. Para que o movimento seja vitorioso precisa recuperar os métodos históricos das grandes manifestações, ocupações, bloqueios de avenidas e rodovias e a construção de uma poderosa greve, ativa e radicalizada. O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a exigirem do sindicato e centrais sindicais que convoquem a assembleia da categoria e construa um comitê de lutas. Chamamos os trabalhadores conscientes a se organizarem conosco, por um sindicato classista, combativo e democrático.

O Boletim também trouxe a nota “Fortalecer a luta anti-imperialista contra o genocídio da Palestina” mostrando que as mesmas potências imperialistas que lucram com o saque das riquezas nacionais, no Brasil, e exigem as privatizações, arrocho salarial dos servidores públicos e cortes orçamentários, impulsionam a guerra no Oriente Médio. Explicou que a libertação da palestina depende da ação da classe operária internacional, sobretudo do Oriente Médio. Nenhuma ala da burguesia é capaz de garantir a criação de um Estado palestino soberano, democrático, antirracista e laico. Por isso, a libertação desse povo depende da luta anti-imperialista e revolucionária por uma revolução socialista naquele território. Faz muita falta um partido mundial revolucionário. O POR, que elabora o Boletim Nossa Classe, batalha para reconstruir esse partido, a IV Internacional. Convidamos os trabalhadores para a plenária do comitê da Palestina.

Por fim, fechamos com a nota “Lula mantém salário mínimo de fome”, com o chamado a exigir que os sindicatos e centrais sindicais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação de uma greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos. Devemos constituir uma frente de oposição revolucionária, que tenha como estratégia a expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de um governo operário e camponês.

Lutar contra as privatizações é necessário! Mas com que método?

A primeira Plenária dos sindicatos e movimentos sociais, que compõe o Comitê contra as privatizações CPTM, Metrô e Sabesp, ocorreu no Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, para formular um plano de lutas e retomar as ações contra as privatizações.

A plenária reuniu a militância dos partidos políticos. As centrais, sindicato e movimentos sociais enviaram representantes. A mesa de abertura foi conduzida pelos representantes sindicais das categorias envolvidas na organização do Comitê contra as privatizações, exceto a Apeoesp, que como direção geral não compareceu. Os discursos foram longos e afoitos às “vitórias” que se deram em 2023, e que poderão retomar neste ano de 2024.

No entanto, o próprio presidente dos Ferroviários reconheceu que houve avanço privatista. Depois de dez minutos de discursos, diz “o certo por enquanto é que o Leilão da Linha 7, está marcado para daqui 30 dias, que o Metrô tem publicado medidas de privatização, e o certo mesmo é que na ALESP a privatização da Sabesp foi aprovada.” As ações apresentadas e não votadas e sequer discutidas foram: um bloco de carnaval, uma panfletagem no final de fevereiro e uma participação na Câmara Municipal de São Paulo, dia 8/2, diante de uma Oitiva da Enel.

CONTINUA →

Transcrevemos abaixo a intervenção do POR

“Boa noite camaradas, falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Estamos participando do Comitê contra a privatização e a terceirização, ou seja, a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Nós, do POR, temos defendido que a luta contra a privatização é uma luta nacional. Já foi colocado aqui toda a ofensiva da ultradireita, o Tarcísio aqui em São Paulo, que demitiu dirigentes sindicais dos metroviários, que prendeu companheiros, disse que não vai parar com seu plano de privatização. E nós temos de tomar em nossas mãos o método histórico de luta da classe operária, que é a greve.

Não podemos alimentar as ilusões em ações judiciais. Porque o Metrô já demitiu 8 companheiros, o sindicato entrou com a ação judicial de reintegração e não podemos ficar esperando a decisão

da Justiça. Não camaradas! O método de luta da classe operária é o da greve. Por isso, estamos defendendo que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em todo o país, para preparar uma greve geral. Será por meio de uma greve geral que iremos colocar abaixo o plano privatista, não só do governo Tarcísio, da ultradireita, mas também do governo burguês de Lula, que está financiando, através do BNDES, as privatizações do metrô de Recife, e outros pelo país. Portanto, a luta é nacional.

Deixamos como proposta que os sindicatos dos ferroviários, dos metroviários e da Sabesp aprovem a greve por tempo indeterminado companheiros. Porque o apoio da população e dos trabalhadores já existe. Esse é o método para colocar abaixo a privatização, e defender a estatização, sem indenização de todo o sistema de transporte, sob o controle dos trabalhadores”.

Solidariedade do Boletim Nossa Classe à greve dos ferroviários na Alemanha

A crise de 2008, avolumada pela pandemia, atingiu seu ponto mais alto com a guerra na Ucrânia. Os efeitos da guerra se refletem na economia europeia, com a elevação dos preços e pressões inflacionárias. Em contrapartida, os trabalhadores e agricultores de vários países têm pressionado seus governos a atender suas reivindicações.

Em 24 de janeiro, os ferroviários alemães deflagraram a maior greve da história da categoria. Convocada pelo sindicato dos trabalhadores dos serviços Verdi e sindicato do EVG.

O movimento dos ferroviários alemães foi precedido pela paralisação de 144 horas dos trabalhadores do transporte de mercadorias. A greve dos ferroviários é a quarta já deflagrada, tendo ocorrido duas no final de 2023 e a terceira no início de janeiro. O Verdi reivindica um aumento salarial de 10,5%. Os empregadores ofereceram 5% em duas parcelas, mais pagamentos únicos de 2.500 euros.

O EVG propõe um aumento de 12%. A Deutsche Bahn, o principal operador ferroviário da Alemanha, também ofereceu um aumento em duas parcelas, num total de 5% mais pagamentos únicos.

A taxa oficial de inflação chegou a 8,7% em fevereiro. O custo de vida está nas alturas, o que provou a pressão dos trabalhadores ferroviários sobre as direções sindicais a se colocarem pela greve, depois de inúmeras negociações com os empregadores. Trata-se de um greve nacional, acontecimento que não ocorria há muito tempo.

O Boletim Nossa Classe se solidariza com a greve dos trabalhadores ferroviários alemães em sua luta pela reposição salarial. E assinala que os operários no Brasil devem exigir de suas direções sindicais a convocação de assembleias e a retomada da campanha salarial, que foi abortada pela política de conciliação de classes das burocracias sindicais. O custo de vida no Brasil também é alto e o patronato se recusa a repor as perdas salariais.

Nota do Boletim Nossa Classe

A questão Yanomami após um ano de governo Lula continua alarmante

No mês de janeiro, os Yanomamis voltaram a ser notícia da grande imprensa, justamente porque os graves problemas continuam golpeando a nação indígena. Além de doentes, houve o avanço de casos de malária e outras viroses e da violência praticada pelo garimpo ilegal.

Quando da posse do governo, Lula decretou emergência de saúde pública na região. Ministros, entre eles Sonia Guajajara do PSOL, e o próprio presidente Lula visitaram Roraima. Denúncias vieram à tona das consequências da extração de minérios na região, entre elas a contaminação e mortes pela ação do mercúrio usado nos garimpos. Crianças doentes foram levadas para tratamento e a perseguição aos garimpeiros foram mostradas diariamente. Porém, tudo não passou de uma encenação. Depois de um ano de governo, o que se nota é que pouquíssimas medidas foram encaminhadas no sentido de resolver a situação. As ações dos garimpeiros retomaram, a fiscalização por parte dos órgãos estatais não se tornaram sistemáticas e a assistência média aos indígenas se esfumou. Basta ver que em dezembro de 2023 eram 7 médicos para atender 31 mil habitantes na terra indígena.

A região Amazônica é fonte de numerosas riquezas minerais, como ferro, ouro, bauxita, cromo etc. Por isso, vem sendo disputada pelas potências imperialistas. Em meio a essas disputas, as nações indígenas estão sob a pressão dos garimpeiros, que vivem da extração do ouro. O governo Lula, por sua vez, se encontra à mercê da política

das potências, que comparecem sob a forma de ajuda econômica para a preservação da floresta. Agora, diante de novas denúncias sobre as condições dos indígenas, aprovou, no início de janeiro, um “investimento” de R\$1,2 bilhão em “ações estruturantes”, para esse ano. Como se vê, são medidas paliativas, que dificilmente colocarão fim às práticas dos garimpeiros e dos madeireiros na região de reserva indígena.

O POR tem em seu programa a defesa das nações indígenas, contra o genocídio praticada desde a colonização do país. O direito à posse da terra, constantemente ameaçados, e a autodeterminação, direito de separação, são formas que possibilitam a sobrevivência das nacionalidades indígenas. A miséria, fome, doenças e extermínio são consequências da opressão capitalista. Cabe destacar que o movimento indígena está submetido à ação da Igreja e das ONGs, bem como da influências externas. O Estado brasileiro assumiu, há muito, o compromisso da demarcação das terras indígenas, no entanto, enfrenta as ações dos latifundiários, madeireiros, garimpeiros, que inviabilizam a política de demarcação de terras indígenas na região Amazônica. Como se vê, é impossível compatibilizar os interesses capitalistas com a proteção das nações indígenas. Está aí por que a reivindicação da posse de terra aos indígenas passou a fazer parte do programa da revolução proletária. Uma luta que inicia desde já contra os interesses da burguesia nacional e estrangeira, mas sob a estratégia da revolução social.

Nota do Boletim da Corrente Proletária

Por que a juventude deve se opor ao Programa Pé-de-Meia? *Combater a decomposição do ensino e a farsa imposta pelo governo Lula, levantando o programa de reivindicações que unifique os estudantes, trabalhadores da educação e demais explorados*

O governo federal aprovou, no dia 16/1, a Lei No 14.818, que institui o chamado Programa Pé-de-Meia, por meio do qual os estudantes do ensino médio receberão, a partir de março, um incentivo financeiro, que pode chegar a R\$ 9.200 em três anos de estudo, considerando critérios como matrícula em escola da rede pública, frequência nas aulas, aprovação nas disciplinas e participação no ENEM. A cada ano será paga uma parcela de R\$ 200 pela matrícula, mais 9 parcelas também de R\$ 200, desde que obtida a frequência mínima de 80% das horas letivas, além de R\$ 1.000 pela conclusão/aprovação no ano. O estudante que comprovar a participação no ENEM receberá mais R\$ 200. Poderão participar jovens de famílias inscritas no Bolsa Família (deve-se realizar o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico) e que tenham um CPF (Cadastro de Pessoas Físicas). Os participantes terão de participar do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Alunos da EJA também serão contemplados, desde que tenham entre 19 e 24 anos.

Entre os objetivos do Programa, o governo elencou as seguintes metas: “democratizar o acesso ao ensino médio”; “estimular a permanência”; “mitigar os efeitos das desigualdades sociais”; “reduzir as taxas de retenção, de abandono e de evasão escolar”; “contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”; “promover o desenvolvimento humano” e “estimular a mobilidade social” (Art. 2o). Como se vê, há um reconhecimento por parte do governo quanto ao fato do acesso e da permanência dos estudantes serem obstaculizados por inúmeros fatores. Em outras palavras, muitos abandonam os estudos sem concluir essa etapa de ensino, e mesmo para os que continuam cursando, os problemas enfrentados são muitos e graves. Na retórica reformista do governo petista, porém, o “Pé-de-Meia” seria um mecanismo para amenizar o efeito desses problemas.

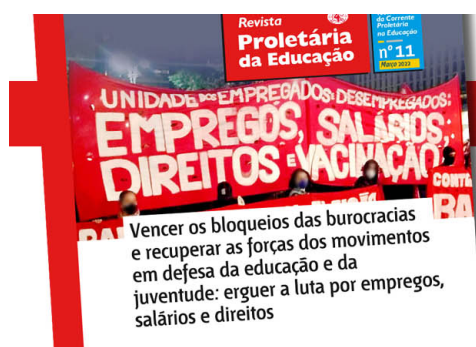
É necessário enfatizar que a evasão está ligada às condições das famílias trabalhadoras, com altas taxas de desemprego e crescimento do subemprego. O salário mínimo oficial, de R\$ 1.412, é uma miséria. Somando os pobres e miseráveis brasileiros chega-se ao assombroso número de mais de 80 milhões de pessoas. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, assim como a Lei da Terceirização, aprovadas nos governos de Temer e Bolsonaro, não foram revogadas por Lula/Alckmin e continuam massacrando a vida de milhões de trabalhadores, retirando direitos históricos. Dados do IBGE divulgados em dezembro de 2023 revelam que 10,9 milhões de jovens nem estudam, nem trabalham.

Estão aí expostos alguns dos aspectos que compõem a tétrica situação que recai sobre a juventude. Esta é obrigada a se submeter

ao trabalho precário, que impede combinar a jornada no emprego com os estudos. Para piorar, há uma política de ataque aos cursos noturnos, principalmente à EJA, o que leva à exclusão do aluno-trabalhador. O ensino integral também tem provocado uma massiva onda de fechamento dos cursos noturnos. No chão de escola prevalece a violência e o autoritarismo. Em suma, a precarização está presente em todos os aspectos, como a infraestrutura, a formação de professores, as condições de trabalho de docentes e funcionários, entre outros.

Além desses elementos, é preciso considerar o desinteresse dos jovens por um ensino falido. A verdade é que a juventude não vê nos estudos uma perspectiva de melhoria das condições de vida. A escola se encontra completamente desvinculada da realidade. O capitalismo impôs a separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre a teoria e a prática, e esse divórcio só se amplia a cada dia. O ensino a distância (EaD), que tem avançado a despeito de todas as experiências negativas, em especial a realizada durante a Pandemia, aprofunda essa separação, além de golpear o caráter coletivo que deve ter o processo de ensino e aprendizagem. O fracasso do Novo Ensino Médio (NEM) é outro fator que reforça a precarização da Educação. Vale lembrar que o governo petista já se colocou contra a revogação integral do NEM – bandeira que acaba de ser reafirmada pela CONAE (Conferência Nacional de Educação), em que pese esse fórum estar comprometido pelo governismo das direções sindicais. O NEM possui uma essência privatista e não pode ser “remendado”, é expressão de uma política da burguesia contra a Educação pública.

O que se revela a partir desse conjunto de fatores, portanto, é que as causas da evasão escolar são muito mais profundas do que o governo faz parecer. Suas raízes se encontram na falência geral do ensino e na decomposição da sociedade burguesa. O capitalismo em crise tem impulsionado a miséria e a fome, as doenças e as guerras. O fenômeno da superprodução impede o entroncamento entre a ciência e a produção social, sob a pena de potencializar a quebra econômica. O capitalismo necessita, ao contrário, destruir forças produtivas, como fez na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, e como está fazendo atualmente na Ucrânia e na Palestina. A falácia de que a juventude necessita de “formação” para poder ingressar no mercado de trabalho é evidente. Não há emprego para os jovens, porque o capitalismo da época imperialista sobrevive alastrando a barbárie por toda a parte. A concorrência impulsiona cada capitalista, de forma anárquica, a aplicar os meios tecnológicos que estão ao seu alcance, mesmo que isso signifique submeter milhões de trabalha-



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

dores, muitos deles jovens, à chaga do desemprego – e mesmo que isso signifique também aprofundar o fenômeno da superprodução.

É por isso que o movimento estudantil deve ser contra todas as medidas dos governos e da burguesia que alimentem a ilusão em uma melhora gradual em suas condições de ensino e de vida, desviando a juventude oprimida do combate à raiz de seus problemas. O movimento estudantil deve tomar como ponto de partida a luta por suas reivindicações elementares, por suas necessidades imediatas, como forma de impulsionar o combate em unidade com o conjunto dos oprimidos, com os métodos históricos da classe operária, como a greve, as ocupações, os bloqueios de avenida, as passeatas massivas etc. O movimento deve ainda fazer a ligação entre as reivindicações elementares e a luta geral pela superação da raiz de toda a barbárie, que é o capitalismo.

Acontece que as direções estudantis se manifestaram a favor da política assistencialista do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. A direção da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), na figura de sua presidente, participou da cerimônia de divulgação do Programa à mídia, ocorrida no dia 26/1, tendo publicado no perfil do Instagram da entidade que se tratava de uma “grande vitória dos estudantes”. A CUT também se pronunciou, por meio de uma matéria em seu site, na qual o seu secretário de Cultura, José Celestino Lourenço, indicou que se tratava de

um “avanço” - embora tenha feito um aparte supostamente crítico, afirmando que “a educação brasileira como um todo precisa passar por um processo de reconstrução, e isso se faz também com verbas maiores para que se atenda a todos os estudantes”. E o que explica essa atitude das direções estudantis e sindicais? São direções governistas, ligadas ao PCdoB, no caso da UBES (também da UNE e outras entidades), e ao próprio PT, no caso da CUT.

Os estudantes necessitam que suas entidades estejam sob a direção de uma política de independência de classe, ao contrário do que acontece hoje. O PCdoB e o PT já deram mostras suficientes do burocratismo e do papel conciliador que desempenham na direção dos organismos de massa dos oprimidos. O Partido Operário Revolucionário chama a vanguarda com consciência de classe e o conjunto dos estudantes a rechaçarem o Programa assistencialista Pé-de-Meia, e a lutar por uma nova direção, classista e revolucionária, para o movimento estudantil. Chama os estudantes conscientes a lutarem pelo sistema único de educação, público, gratuito, científico e voltado à produção social. O que implica travar um combate pela estatização de toda rede privada de ensino e pelo controle de quem estuda e trabalha. Esse programa para a educação somente pode ser defendido com os métodos próprios dos explorados - greves, ocupações, bloqueios. Chama os estudantes a erguerem a bandeira: nem um jovem sem trabalho, nenhum jovem fora das escolas.

São Paulo

Um balanço fraudulento para garantir a reeleição

Constituir os Comitês de Luta para impor o programa próprio de reivindicações dos explorados

A imprensa noticiou um breve balanço do governo direitista de Ricardo Nunes (MDB). Mostrou que, de 2021 a 2024, o orçamento da prefeitura de SP atingiu patamares maiores a cada ano: R\$ 22,4 bilhões em fev/2021; R\$ 29,4 bilhões em fev/2022 e R\$ 34,8 bilhões em fev/2023. Lembrou que apesar da pandemia, o governo de SP foi um dos poucos que adquiriu recursos volumosos.

Em 2021, ao assumir o mandato, apresentou 77 objetivos em seu Programa de Metas, que continha algumas ações para resolver diferentes problemas da cidade de São Paulo até 2024, no campo da educação, saúde, moradia, emprego e meio ambiente. No início do ano passado, chegou a aumentar mais 9 metas, no entanto, só cumpriu 17% do total, conforme mostrou o Relatório Anual do próprio governo.

Boa parte do tal Plano de metas são reivindicações antigas levantadas pelos moradores dos bairros pobres, que nunca são cumpridas, e portanto fazem parte de todos os Planos dos prefeitos eleitos. Dentre elas destacam-se: ampliação ou instalação de corredores e terminais de ônibus; atendimento à população em situação de rua; geração de emprego e renda; construção e regularização de moradias populares; obras de combate às enchentes; recuperação ou reforço das vias públicas (pontes, viadutos ou túneis) e outras.

Ricardo Nunes, diante de seu interesse eleitoral, elaborou seu plano para obter maior arrecadação e ter recursos para gastar nas vésperas das eleições. Além das cobranças de taxas e impostos sobre a população, impôs um ataque brutal ao funcionalismo, que vai desde a imposição do profundo arrocho salarial até a retirada de direitos. Para isso, fez aprovar na Câmara de vereadores duas contrarreformas: a da Previdência privada (Sampaprev 1 e 2) e a

Administrativa, que acabou com as faltas abonadas e cortou férias do servidor. Fez parte desse plano de cortes, o avanço da privatização dos serviços públicos, combinado com a terceirização e parcerias com a rede privada, para gerir desde escolas de ensino infantil até hospitais.

Agora no ano eleitoral, Nunes acelera antigas obras, como a construção de estações de metrô e recapeamento de ruas em locais de grande visibilidade. Para conter possível descontentamento com o aumento das tarifas de ônibus, jogou com a manobra de liberar as catracas nos domingos e feriados. Tudo em função da campanha eleitoral, visando a sua reeleição em outubro. Para isso, deu às mãos ao governador bolsonarista Tarcísio de Freitas.

O balanço que a população oprimida faz do governo do prefeito Nunes é que aumentou extraordinariamente o número de moradores de rua, que a saúde e a educação públicas pioraram, que a maioria dos servidores municipais recebem salários miseráveis, que cresceu a terceirização nos serviços essenciais, que a juventude pobre e negra continua sendo assassinada e que os enormes recursos arrecadados são destinados aos interesses da burguesia e da classe média alta.

A Corrente Proletária faz campanha nos bairros operários denunciando a política dos governantes e defendendo a constituição dos comitês de luta, para organizar o movimento contra os planos dos governos burgueses e defender por meio da ação direta o programa próprio de reivindicações dos explorados. Denuncia também o eleitoralismo dos partidos, que alimentam ilusões nas eleições, portanto, na democracia burguesa.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Ceará

Professores municipais iniciam paralisação por reajuste salarial de 10,09%

Os professores da rede municipal, convocados pelo Sindiute, iniciaram a paralisação no dia 26 de janeiro, exigindo o reajuste de 10,09% entre outros pontos de pauta. No dia 30, a categoria realizou sua segunda assembleia, com cerca de 2 mil professores, na ETI Filgueira Lima, e votou pela continuidade da paralisação. A prefeitura, apesar do anúncio da formação de uma comissão com a SME para calcular o impacto financeiro, tem silenciado completamente na apresentação de uma contraproposta.

Em seu boletim, a Corrente Proletária na Educação/POR fez críticas à pauta de reivindicações aprovada pelo Sindiute. Entre outros pontos, destacou os dois seguintes: a) a reivindicação de fim do confisco de 14% sobre os aposentados, que é progressista e precisa ser defendida por toda a categoria, mas que vem sendo utilizada para desviar a luta pela revogação da reforma da previdência; b) a reivindicação de CLT para os substitutos (temporários), que é colocada em oposição à defesa da efetivação dos substitutos e ao princípio de “para trabalho igual, salário e direitos iguais”.

A Corrente Proletária na Educação tem intervindo nas assembleias com seu boletim e falas. Foi a única a mostrar a necessidade da luta pela derrubada da contrarreforma da previdência e a defender, frente ao silêncio da prefeitura, a unidade com as demais categorias do funcionalismo (que estão em campanha salarial) em atos unificados. A burocracia sindical do PT (Articulação), que controla o Sindiute, rebateu a CPE na assembleia seguinte, procurando mostrar que a revogação da reforma da previdência não está colocada no momento, que depende das centrais, de uma unidade



nacional e que pode prejudicar o governo Lula. A bandeira de revogação da contrarreforma da previdência tem sido uma pedra no sapato da burocracia, que age como sustentáculo do governo burguês e continuísta de Lula/Alckmin.

Não é novidade que nos momentos de grande arremetida da categoria, a burocracia sindical aja para limitar a democracia operária. Assim tem sido no Sindiute. Na assembleia de terça, a direção petista reduziu brutalmente o espaço de fala das correntes e professores de base, concedendo apenas 1 minuto aos oradores após ter gasto 1 hora em informes repetitivos.

A paralisação da categoria, que ainda não se transformou em greve formal, ocorre numa situação em que a prefeitura procura ganhar tempo e ainda não se decidiu a contra-atacar. Sarto/PDT, que é candidato à reeleição, precisa sanar rapidamente o desgaste do não início do ano letivo. Por outro lado, precisa poupar recursos para obras eleitoreiras este ano, o que colide com a ideia de atender à reivindicação de reajuste. As possibilidades de manobras e acordos entre a direção do Sindiute e a Prefeitura não podem ser descartadas, como já ocorreram em anos anteriores. A tarefa do momento, contudo, é fortalecer as manifestações de rua e fechar todas as escolas. Seja lá qual for o resultado da luta concreta dos professores, a única certeza é a necessidade de construir uma nova direção classista, combativa e independente dos governos. A Corrente Proletária/POR intervém no interior do movimento partidista pela reconstituição da oposição sindical e pela elevação da consciência de classe do magistério.

Fátima

Rio Grande do Norte

Fátima (PT/MDB) mantém punição aos trabalhadores que fizeram greve

O Boletim da Corrente Proletária na Educação, de janeiro, denunciou a punição do governo Fátima (PT/MDB) contra os trabalhadores em educação que fizeram greve no início de 2023; e fez um breve balanço sobre a luta do magistério de Natal. Mostrou que o governo do PT aproveitou com o fim da greve do magistério estadual, para impor um calendário de pagamento da greve, que obrigava os professores grevistas a trabalharem durante as férias de janeiro de 2024. Naquele momento, estava colocada a resistência e organização da luta, mas a direção estadual do SINTE nada fez para organizar a resistência, de modo que a luta contra a imposição do calendário se deu atomizada no interior de cada escola.

O boletim aponta que o governo está determinado a punir os professores lutadores e isso só pode acontecer por meio de métodos autoritários. A Corrente Proletária tentou, por meio das escolas de São Gonçalo do Amarante e do núcleo SGA/Muda SINTE, organizar uma assembleia para pressionar a di-

reção estadual do SINTE, e propôs também que todas as regionais de oposição tentassem o mesmo. Porém, a direção do núcleo não acatou a sugestão.

Em relação ao magistério de Natal, o Boletim constata que houve disposição de luta, ao conquistar a retirada de pauta do PLC 19/2023, mas ficaram pendentes as demais reivindicações, como repasse integral dos Pisos de 2020, 2022 e 2023. Porém, o prefeito de Natal, Álvaro Dias (Republicanos), retomou a ofensiva e enviou novo Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, propositalmente no final do ano.

A direção do SINTE já havia enterrado o movimento, sob pressão das “festividades” de fim de ano. Resultado: o prefeito conseguiu aprovar o PLC 25/2023, que eliminou conquistas do magistério municipal, aumentando a carga horária de 20h para 30h sem o respectivo aumento de salário, além de manter o divisionismo na categoria e abrir brecha para a diminuição da contratação de professores. Um duro ataque. Num primeiro

momento, a direção sindical lançou mão do velho método de pressão parlamentar, a fim de “sensibilizar” os vereadores; depois, diante da derrota da categoria, lançou a impotente campanha “inimigo da educação” nas redes sociais, o que demonstra as limitações de tática e de método dessa direção, além de alimentar as ilusões democratizantes em torno às eleições.

Rio Grande do Norte

Nota do Boletim Corrente Proletária na Educação

Convocar as assembleias para organizar uma verdadeira campanha salarial

O MEC publicou em 29/12/2023 a Portaria Interministerial nº 7, atualizando o Piso dos professores em irrisórios 3,62%, abaixo da inflação acumulada nos 12 meses de 2023, que foi de 4,62%. No entanto, a “orientação” da direção da CNTE é que as entidades sindicais da educação reivindiquem dos prefeitos e dos governadores a reposição da inflação acumulada de 2023, isto é, mendigar mais 1%. Esta é a política da principal entidade nacional dos trabalhadores em educação que não move uma crítica sequer ao governo federal, ao lavar as mãos sobre a luta por uma campanha salarial independente da lei do Piso. Consequentemente, os trabalhadores ficam atomizados e restritos às lutas localizadas, sem uma unidade nacional em defesa de suas condições de vida.

Há muito que os trabalhadores em educação estão condicionados pelas direções sindicais e pela CNTE em substituir as campanhas salariais independentes e democráticas pelo repasse do Piso. No entanto, a experiência mostra que, quando o movimento substitui a campanha salarial independente pelo pagamento do Piso, acaba limitando as conquistas dos trabalhadores e inibindo a própria categoria decidir, em assembleias democráticas, o seu percentual próprio de reajuste salarial.

Essa limitação tem sido danosa para o movimento, pois a atualização do Piso sempre esteve aquém das necessidades dos trabalhadores e sua família, uma vez que o cálculo do Piso sofre as variáveis da política econômica burguesa. Um exemplo disso foi o ano de 2021, quando o reajuste foi zero, assim como este ano, por estar abaixo da inflação.

A Corrente Proletária considera que é preciso construir uma fração revolucionária entre os trabalhadores em educação, para organizar uma oposição sindical à altura, a fim de retomar o SINTE como um instrumento de organização independente e de luta dos trabalhadores. É preciso defender o direito irrestrito de greve e pôr abaixo o autoritarismo do governo Fátima e do prefeito Álvaro Dias, e de qualquer outro governo burguês.

Muitos prefeitos e governadores já estão instrumentalizando o baixo percentual do Piso como objeto de politização para as campanhas às eleições burguesas deste ano, prometendo repassar um pouco acima do percentual mínimo, para venderem-se como políticos comprometidos com a educação. Muitos sequer repassaram integralmente os percentuais de 2022 (33,24%) e 2023 (14,95%), como é o caso do prefeito de Natal, Álvaro Dias (Republicanos).

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) luta por formar uma fração revolucionária no seio da educação básica, para organizar os trabalhadores na conquista dos direitos elementares. Por isso, a Corrente Proletária defende que os sindicatos e centrais sindicais organizem uma luta nacional por: Salário Mínimo Vital, suficiente para manter as condições básicas de uma família trabalhadora (o DIEESE calcula que o salário mínimo deveria ser R\$ 6.439,62); Reajuste automático dos salários, de acordo com o custo de vida; Emprego a todos; Redução da jornada sem redução salarial (escala móvel das horas de trabalho); Estabilidade no emprego; Fim da terceirização, efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados.

As direções sindicais tem o papel de convocar as assembleias democráticas para preparar a campanha salarial independente do trabalhadores em educação, como primeiro passo na organização da luta em defesa das condições básicas dos trabalhadores.

Rio Grande do Norte

Servidores do estado realizam ato contra os ataques ao direito da aposentadoria

O Tribunal de Contas emitiu o acórdão 733/2023 que obriga os servidores que ingressaram no serviço público estadual entre 1983 e 1988 sem concurso a se aposentarem pelo regime próprio (IPERN) até 25 de abril deste ano. Após essa data, terão de se aposentar pelo regime geral (INSS). Esse ataque causou revolta entre os servidores, pois impõe uma aposentadoria compulsória totalmente desfavorável aos trabalhadores, pois sabem que irão ter seus proventos reduzidos, comprometendo suas condições de vida. Além disso, essa decisão impacta a continuidade do próprio serviço público, em que muitas repartições sofrerão com a perda de funcionários. No próprio IPERN, por exemplo, iriam sobrar apenas 8 funcionários, caso se aposentem na data imposta pelo Tribunal. Houve informe de que muitos servidores estão em nível de estresse elevado por conta dessa decisão, alguns até com a saúde comprometida tendo que ser internado em hospital.

Diante disso, diversas entidades sindicais (Sinai, Sinte, Sindaúde, Sinditep) e movimentos organizaram um ato no dia 30 de janeiro, em frente ao Tribunal de Contas para cobrar uma solução. Na ocasião, houve uma audiência com o presidente do Tribunal, mas sem nenhum avanço, mostrando que o Tribunal está resoluto em manter o ataque. Chama atenção, porém, a pouca mobilização pelas entidades, apesar da unidade, e a desorganização do ato.

O POR esteve presente, divulgou o Boletim da Corrente Proletária e fez intervenção apontando que esse ataque é expressão da contrarreforma previdenciária, em que os agentes burgueses tudo farão para dificultar a aposentadoria dos trabalhadores. Além disso, saudou a greve geral na Argentina como exemplo de luta unitária e defendeu a necessidade de organizar um movimento nacional em defesa das condições de vida dos explorados, entre elas uma aposentadoria que contemple um salário vital, por meio do método da ação direta e da independência política.

Rondônia

Até quando os trabalhadores continuarão sendo embromados pelo prefeito?

O prefeito Hildon Chaves/União Brasil e os burocratas dos sindicatos continuam enrolando os trabalhadores da educação do município de Porto Velho nas antigas mesas de negociações. Os três sindicatos não fazem outra coisa senão alimentar ilusão de que é possível sem luta obter alguma reivindicação nessas mesas de negociação. Quem ganha com isso é o prefeito.

Basta lembrar do que ocorreu no ano passado. O prefeito não aplicou o percentual do Piso Salarial do Magistério, conforme a Lei Nacional e embromou com o pagamento na forma de parcelas. Se “comprometeu” que, em janeiro de 2024, iria atualizar o Piso conforme a lei indica, respeitando a situação funcional de cada professor. No entanto, mais uma vez não cumpriu.

Nos primeiros dias de 2024, os burocratas do Sinprof foram

para as mesas de negociações. A secretária adjunta afirmou que só a partir de 15 de fevereiro é que a prefeitura iria ver a situação da pendência de 2023. No dia 26, foi a vez dos dirigentes do Sintero sentarem com a secretária para cobrar o compromisso da prefeitura em atualizar o Piso. Novas desculpas!

A Corrente Proletária na Educação vem denunciando a farsa das mesas de negociação. Diante dessas vergonhosas manobras, defende que os sindicatos convoquem imediatamente assembleias conjuntas para aprovar o caminho da luta para conquistar as reivindicações dos trabalhadores em educação. E não há outro caminho senão a organização da luta direta, do movimento grevista. As mesas de negociação já mostraram para que servem. É preciso mostrar a disposição de luta dos trabalhadores da educação.

Pernambuco - Eleições do SINDSIFPE

Campanha do POR contra a farsa das eleições

Absurdo! Chapa 1 (situação) quer que apenas 56 servidores votem nas eleições sindicais, excluindo 86% dos filiados!

Para impedir o golpe antidemocrático, prorrogar as eleições para o período letivo! Que a assembleia geral presencial seja convocada para recuperar a democracia sindical!

Fortalecer a campanha da chapa 2!

A chapa 1 é de continuidade à atual diretoria, que conclui seu mandato após submeter o sindicato ao eleitoralismo e governismo; sem encaminhar as lutas da categoria; aproveitando as assembleias virtuais e híbridas para acentuar a burocratização da entidade; e sem submeter as finanças à real deliberação da base. A construção do processo eleitoral está se dando de forma profundamente antidemocrática. O que reforça a necessidade de substituir essa direção por uma verdadeiramente democrática e de luta, a chapa 2, de oposição.

Vejam a sequência de absurdos antidemocráticos:

1. A atual diretoria não encaminhou o processo eleitoral no prazo, levando à prorrogação do próprio mandato.

2. A prorrogação fez com que datas importantíssimas do calendário eleitoral se dessem em período de férias. O regimento, aprovado em assembleia virtual em 30 de novembro, só foi divulgado para a categoria no dia 19 de dezembro. A inscrição de chapas se deu de 26 a 29 de dezembro e a votação está marcada para 31 de janeiro.

3. Foi imposto um recadastramento obrigatório até o dia 26/12 para os filiados poderem votar para Diretoria e Conselho Fiscal. Com isso, dos 414 filiados, apenas 56 integram a lista de votantes e 358 filiados serão impedidos de votar.

Esse percurso confirma o quanto o grupo que está na direção do sindicato, e quer continuar, está burocratizado e o quanto precisa sacrificar a democracia sindical para se manter na entidade. Já

passa da hora de mudar os rumos do sindicato, por meio da eleição da chapa 2, de oposição. Para isso, porém, temos que impedir as manobras antidemocráticas e o único caminho é que a própria categoria dê um basta a todos esses absurdos, o que exige prorrogar as eleições para que a campanha, os debates e assembleias para decidir sobre os rumos do próprio processo eleitoral, possam ocorrer com a participação integral e presencial dos filiados.

Nós da Corrente Proletária na Educação (CPE) estamos construindo com companheiros independentes e da Emancipação Socialista a Chapa 2 “Se o que temos é incerteza, é momento de luta e resistência”, de oposição à atual diretoria. Fazemos um chamado à retomada da democracia sindical que não tem como se desenvolver sob os métodos virtuais. A “facilidade” das assembleias e eleições virtuais reforça a atomização da categoria e a passividade. Além disso, favorece uma dispersão, uma falta de concentração nas discussões, favorecendo a burocracia sindical. Nós, da Corrente Proletária na Educação, defendemos que a luta em defesa da democracia sindical deve ser feita sob os métodos organizativos próprios dos trabalhadores, não é a justiça burguesa que deve decidir sobre nossos problemas. É preciso convocar com urgência uma Assembleia Geral dos servidores para garantir que as eleições sejam limpas e democráticas. Que seja garantido o direito de todos os filiados votarem. Pela prorrogação do período de campanha e votação.

É urgente retomar a combatividade sindical. A subordinação ao eleitoralismo e ao governismo nos levam a um beco sem saída, em que o arrocho salarial se mantém, sem que haja luta e nossos direitos continuam sendo atacados, seja com a manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como com a continuidade de ameaças de reforma administrativa, sob o governo de Lula e Alckmin.

O caminho da defesa do salário, condições de trabalho e direitos dos servidores do IFPE está na luta unificada dos trabalhadores, sob seus métodos próprios, o que implica em total independência política e organizativa do sindicato perante o governo Lula.

Fazemos um chamado aos professores e técnico-administrativos que querem um sindicato combativo, democrático e de luta a se somarem à campanha da chapa 2!

Burocracia concretiza a manobra

Burocracia é reeleita!

Chapa 2 (Oposição) defendeu que a votação fosse presencial

As eleições para a coordenação do Sindicato dos Servidores Federais de Pernambuco (SINDSIFPE) ocorreu de forma antidemocrática, virtual e em período de férias. Disputaram duas chapas: Chapa 1 (situação/PT), eleita com 63 votos e Chapa 2 (POR/Emanipação Socialista e independentes), que obteve 42 votos.

A direção atual (PT) conduziu o processo que impediu que houvesse ampla discussão da base para formação das chapas, com regimento eleitoral deliberado em assembleia virtual de 30/11, divulgado em 19/12/23, prazo para inscrição das chapas entre 26 e 29 de dezembro e eleições em 31/01. Além disso, sob os dispositivos das eleições virtuais, queriam impor a obrigatoriedade de recadastramento, onde apenas 56 filiados iriam votar, de um total de 414, ou seja, excluía quase 90% dos filiados do direito ao voto.

A chapa 1 (situação) conduziu este processo para garantir que ocorresse com chapa única. Mas, apesar das dificuldades, o POR, juntamente com companheiros da Emancipação Socialista e independentes constituíram uma chapa de oposição, Chapa 2. A vitória da chapa 2 foi a campanha contra o recadastramento obrigatório, que foi derrubado a partir de diversas denúncias que repercutiram na base.

A chapa 2 se colocou pela independência política e organizativa diante do governo Lula, em defesa das assembleias presenciais e transparência nas contas do sindicato. Apesar das dificuldades, fizemos a divulgação da chapa presencialmente nos campi. Defendemos a prorrogação das eleições, que ocorresse presencialmente durante o período letivo, mas a chapa 1 se opôs e garantiu a manutenção das eleições nas férias em uma assembleia híbrida (onde participa presencialmente apenas o POR e alguns membros da direção do sindicato), mantendo a passividade da assembleia virtual.

A chapa 1 fez sua campanha sobre a base da difamação, vinculando à chapa de oposição à extrema direita. Estes ataques se deram principalmente quando fazemos a defesa da independência do sindicato frente ao governo Lula. A acusação da oposição fazer o papel de “lava jato”, sem argumentos ou provas, mostra que a chapa do PT se coloca por defender o governo Lula a todo custo. Depois de mais de um ano de governo, Lula dá continuidade à política econômica do governo Bolsonaro, com manutenção das contrarreformas, congelamento salarial dos servidores, ameaça de Reforma Administrativa, corte de verba da Educação e Saúde. Mas, a direção do sindicato atua responsabilizando apenas a quantidade de bolsonaristas no Congresso.

No debate, a Chapa 1 atacou o POR acusando de ser contra as mulheres. Isso, porque no 35º CONSINASEFE, diante da divergência em torno à paridade de gênero (para formação de chapa para o sindicato e participação de delegados em Plenárias nacionais do Sinasefe) o POR se opôs, explicando que “paridade” serve como cláusula de barreira, que engessa e dificulta o fortalecimento sindical. O sindicato deve buscar aproximar as mulheres da luta sindical a partir da defesa das reivindicações sentidas pela maioria delas, como a defesa de creche, salário e jornada de trabalho compatível às múltiplas jornadas vinculadas à família. O PT diz que defende as mulheres por ter levado terceirizadas para o Encontro de Mulheres, mas não souberam responder no debate que trabalho de fortalecimento sindical foi realizado com estas terceirizadas. O fato é que a paridade é uma medida administrativa, que não atrai as mulheres para a luta sindical, mas está servindo à burocracia, pois dificulta a construção do sindicato, principalmente quando a base se dispõe a construir oposição.

A chapa 1 (PT) conseguiu se reeleger, e atuará mantendo a política de colaboração de classe com o governo Lula, sob o discurso da governabilidade e realçando o medo da ultradireita. É tarefa da chapa 2 se manter articulada, como oposição. Estamos diante da aprovação de greve dos servidores federais. Precisamos defender a retomada das assembleias presenciais nos campi e Assembleia Geral Presencial da seção para a construção da greve no IFPE, com atos de rua, em defesa do salário, dos direitos e contra a Reforma Administrativa.

São Paulo - ABC

Comitê Regional convoca ato contra o aumento das passagens em São Bernardo

No dia 24 de janeiro, ocorreu a reunião do Comitê Regional Unificado do ABCDMRR contra o aumento das passagens. O objetivo era fazer um balanço das manifestações e definir as próximas ações. As deliberações se restringiram à realização de um ato no Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no dia 1º de fevereiro, e uma nova manifestação contra o aumento das passagens, em 3 de fevereiro, em São Bernardo do Campo, com concentração em frente ao Projeto Meninos e Meninas de Rua.

Muito se falou em ações judiciais, como liminares e habeas corpus. Considerou-se realizar manifestações em diversas cidades, à exceção de Mauá, onde o atual prefeito é do PT. O dirigente do MTST e do PSOL/SBC e pré-candidato a vice-prefeito não compareceu à reunião, mas enviou um áudio, reproduzido na reunião, no qual ressalta que os atos são do comitê e que “ninguém pode estar à serviço da sua organização”, como se uma das motivações à definição do ato em São Bernardo não fosse às disputas eleitorais. A Corrente Proletária/POR constrói o Comitê, desde que foi criado

em 2012 e, periodicamente, acompanha a prevalência da confiança nos métodos institucionais e de pressão eleitoral, incapazes de derrotar o aumento das tarifas e os demais ataques.

Considerando o quadro de ataques às massas, com os planos de privatização, inclusive do transporte sobre trilhos, as perseguições políticas a lutadores e projetos sociais, a contrarreforma administrativa e a escalada bélica, além da própria experiência da luta contra o aumento das tarifas e a centralidade do ABC Paulista na luta de classes nacional, as intervenções poristas foram no sentido de mostrar a necessidade de construir um movimento massivo e unitário. Além de apoiar a construção do ato em São Bernardo, e a unidade com o movimento da capital (MPL/UÉE-SP). Eis: 1) chamar a CUT e demais entidades a atuarem na luta contra o aumento das passagens e as privatizações nos seus boletins sindicais, convocando as bases à luta; 2) preparar uma plenária regional em defesa dos serviços públicos e das liberdades democráticas.

São Paulo- ABC

Assembleia do SinTUFABC vota pelo caminho do precipício

A 1ª Assembleia Extraordinária do SinTUFABC de 2024 ocorreu no dia 25 de janeiro, seguindo o calendário nacional de mobilização. Há quase dois meses sem reunião das instâncias, coube exclusivamente ao dirigente do Travessia/PSOL estabelecer a dinâmica da assembleia e convocá-la no horário da reunião dos técnicos dos laboratórios sobre o processo judicial de insalubridade e na sala reservada à reunião de entidade estudantil.

Fizeram parte da assembleia: 1) a contraproposta do FONASEFE; 2) o calendário de mobilização. As direções sindicais que constroem o FONASEFE prepararam uma contraproposta, que reivindica a reposição das perdas salariais inflacionárias somente a partir do início do governo Temer, desconsiderando as perdas acumuladas desde o primeiro governo Dilma. No caso dos TAEs, trata-se de um rebaixamento de 53,05% para 34,32%. O calendário de mobilização, por sua vez, continua apostando no corporativismo. No entanto, os itens da pauta foram apresentados sem qualquer crítica.

Sob justificativas corporativistas de que, para os TAEs, o “reajuste linear” é irrisório, que a prioridade deve ser a Reestruturação do PCCTAE, que “somos usados como massa de greve unificada”, os ativistas ligados à Frente Governista defenderam “não perder tempo com os SPFs”, ou seja, com as reivindicações unificadas dos Servidores Públicos Federais. De forma hipócrita, o militante do Travessia chegou a dizer que o reajuste linear é importante devido a luta unificada, mas que seria uma derrota exigirmos a reposição integral e imediata das perdas salariais. Para parecer preocupado com as massas empobrecidas do funcionalismo, considerou que o “reajuste” de 4,5% só beneficiaria o FONACATE.

A Corrente Proletária/POR afirmou que não há porque formular uma “contraproposta”, se não houve mobilização. Expôs que as direções sindicais não organizam uma verdadeira Campanha Salarial, com atos de rua massivos e, tão logo o governo apresente uma “proposta”, rebaixam as reivindicações. Fez uma breve contextualização da Campanha Salarial de 2023 e 2024. Colocou que ou aceitamos as propostas sem luta, fingindo que há negociação, ou fazemos uma verdadeira Campanha Salarial. Defendeu manter a reivindicação de reposição integral das perdas salariais. Afirmou que a necessidade da luta unificada do funcionalismo está plenamente colocada, pois o governo, que manteve o PGD, está trabalhando para aprovar a Reforma Administrativa.

Diante do calendário de mobilização, os governistas se mostraram entusiasmados em “pedir apoio aos Reitores”, enquanto os lutadores independentes questionaram a tática da direção da FASUBRA de priorizar a Reestruturação do PCCTAE com o indicativo de Greve dos TAEs, isolada das demais categorias do funcionalismo. Em votação, a contraproposta do FONASEFE foi referendada com 18 pessoas a favor e 7 abstenções. No calendário de mobilização, apenas duas pessoas se abstiveram. Com isso, as direções conciliadoras receberam o aval para continuar evitando ao máximo um movimento unificado dos trabalhadores. Diante da Reforma Administrativa, trata-se do caminho do precipício.

Breve retrospectiva da Campanha Salarial de 2024

Os assalariados sofrem constantemente com a corrosão salarial e a carestia. De acordo com o IPCA e a PNAD, entre 2013 e 2023, a inflação dos produtos chegou a 86%, enquanto o salário médio do brasileiro cresceu apenas 3%. Ou seja, o poder de compra do traba-

lhador brasileiro caiu praticamente pela metade na última década. Este quadro ilustra a situação dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, que ficam anos com os salários congelados. Isso se passa devido à ausência de reposição das perdas inflacionárias (recomposição) e de aumento dos salários (reajuste), que, por sua vez, ocorre pelo predomínio da política colaboracionista das direções sindicais, que não impulsionam a luta em defesa da força de trabalho.

Tal política se agravou diante dos governos abertamente reacionários do último período, que tiveram o caminho livre para descarregar o ônus da crise nas massas. Com o impeachment/golpe de Estado de 2016, as burocracias sindicais e políticas aprofundaram a política de conciliação de classes. Tudo para mostrar às frações burguesas o poder de controle do movimento de massas, fundamental à manutenção da governabilidade burguesa. Diante da divisão interburguesa, as direções sindicais se perfilam por detrás das frações burguesas, alimentaram a ilusão de que bastaria trocar um governo burguês por outro, e ajudaram a eleger o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

Em agradecimento às direções, durante a transição de governo, o parlamento reservou um pequeno montante para o “reajuste” salarial em 2023. No início de 2023, sem uma verdadeira Campanha Salarial, as burocracias sindicais abandonaram a reivindicação de reposição emergencial de 27% e defenderam a aceitação da “proposta” de “reajuste” de 9% e R\$ 200 no auxílio-alimentação a partir de maio com a promessa de iniciar imediatamente a Campanha Salarial de 2024, que não foi cumprida. Posteriormente, o governo Lula/Alckmin condicionou qualquer proposta de reposição das perdas à aprovação do novo teto de gastos/Arcabouço Fiscal. Sem mobilização, o governo aprovou o Arcabouço Fiscal e apresentou o montante reservado ao “reajuste” do funcionalismo, correspondente a um “reajuste” linear vergonhoso menor que 1%, segundo o cálculo dos sindicatos.

Sem greve, no início de setembro, o governo declarou ao Congresso Nacional que a concessão da revisão geral anual dos salários dos servidores do Poder Executivo Federal em 2024 seria “uma medida imprudente, haja vista o cenário fiscal restritivo para 2024”. Junto a isso, apoiando-se em mesas específicas descentralizadas solicitadas pelas burocracias sindicais, passou a se utilizar da política de reestruturação de carreiras para contemplar interesses de pequenas parcelas do funcionalismo. Não surpreendentemente, as categorias com menores remunerações foram preteridas. Sem grandes impactos financeiros, o governo atendeu demandas de oito categorias, criando ou reestruturando carreiras desde que tomou posse. Em novembro, contudo, solicitou a rejeição de todas as emendas sobre reestruturação de cargos e carreiras da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, expondo o caráter leviano dessa política.

Em dezembro, por meio de um ofício unilateral, o governo confirmou que não atenderá as reivindicações da Campanha Salarial e que manterá a essência dos ataques ao funcionalismo, como o arrocho salarial, as terceirizações e o “entulho autoritário”. Em sua “proposta” consta o congelamento salarial em 2024, o reajuste de aproximadamente 52% nos valores dos “benefícios” (auxílios alimentação e transporte, assistência pré-escolar, e per capita de saúde suplementar), e a previsão de “reajuste” salarial de 9%, divididos em duas parcelas de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026, sempre a partir de maio. No ofício, o governo vinculou o “reajuste” à reestruturação de carreiras, indicando que considera os ajustes inter-

nos nas diferentes carreiras como reposição salarial e que ambas utilizam o mesmo montante do orçamento.

Prontamente, o FONACATE, fórum que reúne sindicatos da elite do funcionalismo, elaborou e entregou ao governo uma contraproposta em que rebaixa a reivindicação de reposição das perdas inflacionárias a parcelas anuais de 9%, 7,5% e 7,5% a partir de 2024, abandonando a reivindicação de reposição das perdas salariais históricas desde 2010. O FONASEFE, fórum que reúne entidades sindicais do baixo funcionalismo, passou a considerar as perdas inflacionárias apenas a partir de 2016, apesar de preservar os dois blocos e remeter a contraproposta às bases. No entanto, o FONACATE acabou se unindo ao FONASEFE e, no dia 31 de janeiro, ambos os fóruns protocolaram a contraproposta que reivindica o “reajuste” em parcelas anuais de 10,34% e de 7,06%, conforme o bloco de categorias.

Como expressão da insatisfação com a recusa do governo Lula/Alckmin em atender as reivindicações, cresce nacionalmente a pressão pela greve em diversas categorias do funcionalismo. No entanto, prevalecem as reivindicações e os métodos corporativistas, alheios às massas proletárias. Há categorias, como servidores de órgãos ambientais (Ibama e ICMBio), do Banco Central e da Receita Federal, que já entraram em greve. Outras esperam respostas positivas nas mesas específicas. A contradição está em que o “reajuste” geral não enfrenta a alta desigualdade salarial do funcionalismo e a política de reestruturação das carreiras, pela sua natureza corporativista, inviabiliza um movimento unitário.

Nesse ínterim, em janeiro de 2024, o governo se dispôs a apoiar a Reforma Administrativa e condicionou os processos de negociação das reestruturações de carreiras às suas próprias diretrizes para a reorganização do sistema de carreiras, que estão no marco da contrarreforma administrativa. Embora seja uma expressão minoritária no movimento, já há quem diga que prefere uma contrarreforma administrativa levada a cabo pela frente ampla, do que em um governo assumidamente direitista.

Essa breve contextualização retrata a política de colaboração das entidades sindicais, dirigidas por correntes políticas que integram e sustentam o governo burguês de frente ampla. Tudo se passa com a aceitação das direções sindicais, que não organizam uma verdadeira Campanha Salarial e legitimam a farsa da “negociação” com a correlação de forças completamente favorável ao governo. Como de praxe, as burocracias elaboram uma proposta com as reivindicações gerais do funcionalismo. Enrolam os servidores com inúmeras reuniões de “mesas de negociação” manipuladas pelo governo. Diante da conduta protelatória do governo, que nada tem a oferecer ao funcionalismo, as direções sindicais passam a cobrar resposta às demandas. Eventualmente, chamam ações pontuais. No menor sinal de novidade, as direções abandonam as reivindicações iniciais e capitulam à retórica governista e à imposição das “propostas” miseráveis.

Abaixo a Reforma Administrativa!

Em meio a guerra fiscal, o governo burguês de Lula/Alckmin se mostrou disposto a apoiar a PEC 32/2020 da Reforma Administrativa, mais uma medida de austeridade. O direcionamento favorável à contrarreforma administrativa por parte do governo está assinalado por diversas medidas típicas da Reforma do Estado, como a criação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a manutenção do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), e a Reorganização do Sistema de Carreiras da Administração Pública Federal. Ademais, foi o próprio governo que impôs o déficit zero nas contas públicas como meta fiscal nas leis orçamentárias. Eis por que o apoio à Proposta de Emenda Constitucional comparece como uma contingência.

Os políticos serviçais da burguesia estão aprovando e aplicando medidas de Reforma Administrativa que, de conjunto, pretendem generalizar as avaliações de desempenho; destruir os limites da jornada de trabalho, por meio do controle de produtividade; limitar a evolução funcional, inclusive eliminando a progressão exclusivamente por tempo de serviço; reduzir a remuneração inicial dos novos servidores; substituir o salário por subsídio; acabar com a estabilidade de quase todas as categorias do funcionalismo, restringindo-a a cargos típicos de Estado; eliminar o Regime Jurídico Único (Estatutário); estabelecer atribuições genéricas e carreiras transversais, a fim de ampliar o poder de decisão da gestão, inclusive quanto ao local de trabalho; ampliar o regime de contratação celetista nas instituições públicas da administração indireta; e aprofundar o processo de precarização e terceirização no serviço público.

Há tempos o poder econômico pressiona por essa contrarreforma. Desde o período da Ditadura Militar, quando a burguesia eliminou a estabilidade no emprego para os trabalhadores brasileiros do setor privado, aos poucos essa conquista vem sendo eliminada nas estatais. Em função das medidas de flexibilização capitalista do trabalho, com as privatizações, concessões, terceirizações e vínculos precários, grande parte dos trabalhadores do setor público já não possuem estabilidade. As contrarreformas vêm destruindo direitos históricos conquistados pelos trabalhadores.

De forma demagógica, os políticos burgueses afirmam que objetivam “enxugar a máquina pública”, “melhorar a eficiência”, “acabar com os supersalários” e “combater as disparidades”. Ocorre que o país tem poucos servidores públicos e, destes, uma ínfima parcela recebe supersalários. Basta uma visita a equipamentos públicos para constatar o déficit crônico de servidores, que sobrecarrega os trabalhadores e compromete a prestação dos serviços públicos. A própria imprensa burguesa reconhece que, em uma comparação global, a proporção de funcionários públicos no Brasil é pequena, e que 70% dos servidores públicos brasileiros ganham até R\$ 5.000,00, mais da metade ganham menos que três salários mínimos nacionais e apenas 1% ganham acima de R\$ 27.000,00.

O foco da Reforma Administrativa são os Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal. Permanecerão resguardadas as regalias das cúpulas que comandam o Poder do Estado, como parlamentares, governantes, magistrados, promotores, e oficiais militares, muitos dos quais definem as suas próprias remunerações. A preocupação com os cofres públicos não passa de balela. O objetivo da contrarreforma é aprofundar o desmonte do serviço público, facilitando os processos de demissão, privatização, corrupção e favoritismo político às custas da precarização das condições de vida das massas, tanto do funcionalismo civil responsável pela prestação e funcionamento de serviços sociais, como saúde e educação, quanto da população que depende dos serviços.

A despeito de diferenças ideológicas com o governo ultradireitista de Bolsonaro, o governo de frente ampla de Lula/Alckmin segue a política econômica ditada pelo imperialismo. Assim, continua descarregando o ônus da crise nas massas trabalhadoras, assegurando as medidas antipopulares e pró-imperialistas de flexibilização capitalista do trabalho, enquanto preserva as mordomias da alta burocracia do Estado, as isenções fiscais para grandes corporações e a destinação de recursos para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, que consome quase metade dos recursos da União.

O desmonte dos serviços públicos é parte do conjunto de medidas regressivas impostas à maioria oprimida. Para derrotar a Reforma Administrativa e reverter esse quadro é necessário potencializar a luta de classes, forjando a unidade de ação das massas trabalhadoras em torno de um programa próprio. Por isso, é necessário exigir que as direções sindicais convoquem assembleias, plenárias e reuniões e que as Centrais Sindicais convoquem um

Dia Nacional de Luta, com greves, paralisações e bloqueios, como preparação à Greve Geral.

Combater a estrutura parasitária do Estado-burguês com a política proletária

Para se perpetuar no poder, a classe dominante utiliza diversos mecanismos. Tratam-se de expedientes culturais-ideológicos, econômicos, políticos e militares. Historicamente, uma condição à dominação da minoria exploradora sobre a maioria oprimida é o funcionamento de castas do Estado, que assegura mordomias para a alta burocracia estatal, visando a evitar conflitos no seio do Comando do Estado.

O sistema de planos de carreiras materializa esse funcionamento, expressando a relevância das diferentes carreiras para o Estado. É exemplar a estrutura do funcionalismo federal, com as carreiras básicas/“carreirão”, as específicas; as do ciclo de gestão; e as típicas de Estado. As mudanças no sistema de carreira não alteram sua essência. Trata-se de um sistema regido por princípios discriminatórios, concorrenciais e individualizantes, que divide os trabalhadores de diferentes segmentos e imprime a dinâmica do corporativismo. Sua estrutura parasitária cria diferenciações, institucionalizando distinções arbitrárias aos trabalhadores, externas ao processo de trabalho, de forma a privilegiar as castas parasitas da alta burocracia do Estado, como magistrados e políticos, que vivem com salários altíssimos às custas das massas empobrecidas, inclusive das baixas camadas do funcionalismo público, que sobrevivem com salários miseráveis.

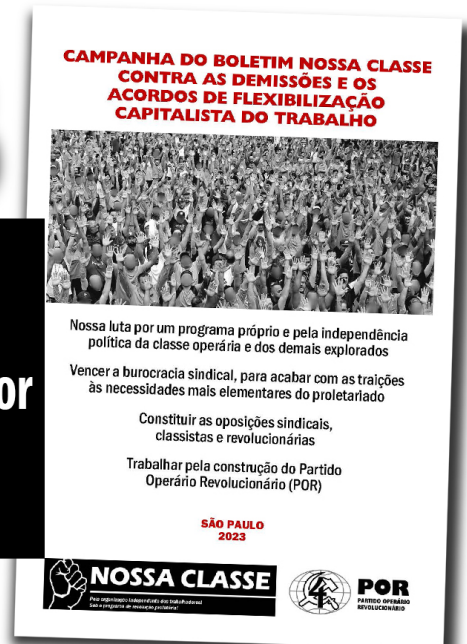
Os arranjos institucionais do sistema de carreiras correspondem aos interesses da classe que administra e parasita o Estado. Essa contextualização histórica, por si só, indica a impossibilidade da burguesia, pela sua natureza de classe, mercantil, elitista e anárquica, “combater os privilégios” e “racionalizar o sistema de carreiras”. Qualquer normatização do sistema de carreiras é incapaz de racionalizá-lo. Não se pode confundir as adaptações exigidas pelo imperialismo, de sacrificar direitos democráticos

e trabalhistas, sem enfrentar os privilégios do Alto Comando da máquina burguesa, com uma suposta racionalização do sistema de carreiras. De maneira análoga, a política corporativista das direções que controlam os aparatos sindicais é incapaz de enfrentar os profundos desequilíbrios e aprofunda a severa estratificação do funcionalismo. É o que se passa com a política de reestruturação das carreiras.

O combate consequente à estrutura parasitária do Estado-burguês e ao sistema de carreiras só pode ser travado com o programa proletário. Exige a defesa do Estatuto do Trabalho e de um sistema único de contrato que corresponda ao processo de trabalho, à proteção da força de trabalho e de condições de vida e às necessidades coletivas dos trabalhadores. Ou seja, que atenda às reivindicações gerais das massas trabalhadoras, como a revogação de toda a legislação discricionária contra os direitos democráticos e trabalhistas, estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, salário mínimo vital com reajuste mensal automático de acordo com a alta inflacionária, divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho, um único sistema de aposentadoria estatal, e melhores condições de trabalho.

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:



Rio de Janeiro

Retomam-se as investigações sobre o assassinato de Marielle

Ilustração: Rodrigo Bento



Nas últimas semanas, o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes começou a revelar os contornos dos possíveis mandantes do crime. As inves-

tigações apontam que o mandante do crime seria o ex-deputado Domingos Brazão, político de grande influência em áreas dominadas pela milícia no Rio de Janeiro, em especial a região de Rio das Pedras.

Após delação premiada de Ronnie Lessa que acusou o ex-deputado emedebista, o caso voltou à tona, quando o crime completa cinco anos. As idas e vindas nas investigações se devem ao envolvimento de parlamentares e milicianos. O que mostra que mesmo um crime como esse que teve repercussão internacional, a Justiça não é capaz de apontar os verdadeiros mandantes do assassinato da vereadora e de seu motorista.

É bom lembrar que o caso Marielle vem sendo investigado, mesmo a conta-gotas, porque se trata de uma parlamentar. A maioria dos assassinatos perpetrados por milicianos não chega sequer a ser investigados na cidade do Rio. O que mostra que a burguesia é incapaz de investigar e punir seus próprios crimes. E que somente a classe operária e demais explorados, por meio do Tribunal Popular, pode julgar e punir os crimes da burguesia.

Nesta edição:

Argentina - Manifesto do Partido Operário Revolucionário da Argentina; Transcrição de uma entrevista de balanço da Greve Geral; Comunicado: Abaixo a lei ônibus!; Manifesto do POR do Brasil: Todo apoio à Greve Geral na Argentina; Balanço do ato em apoio à Greve Geral na Argentina

Equador - Os caminhos da barbárie

Palestina - Manifesto: Somente o movimento das massas, sob a direção da classe operária, pode derrotar o Estado sionista da Israel [...]; SP: Manifestação pró-Palestina ganha caráter simbólico e é marcada pela ausência de sindicatos e entidades estudantis; RJ: Ato pela Palestina foi esvaziado; Prefácio do livro "A Revolução Palestina" do POR da Argentina

Trotsky - Estudos sobre Trotsky e a restauração.

Lênin - Lênin, pilar do marxismo, dirigente da Revolução Russa, construtor do socialismo e farol da revolução mundial.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Manifesto do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Amanhã, 24 de janeiro, greve da CGT com mobilização ao Congresso

O governo de Milei declarou guerra aos trabalhadores do país. Tanto o DNU quanto a Lei Ônibus precarizam ainda mais as condições de trabalho e buscam ilegalizar o movimento operário, limitando o direito de greve. Além disso, busca beneficiar o grande capital, liberando preços e removendo regulações, privatizando empresas estatais, entregando a soberania nacional às multinacionais.

Temos de tomar esta greve em nossas próprias mãos. Que esta greve faça parte de um plano de lutas para recuperar os salários, para defender os empregos. Que faça parte das reuniões, plenários, assembleias, que discutam as reivindicações. As direções sindicais burocráticas farão o mínimo possível, de modo a evitar a participação, massificação e politização da medida, tentarão limitar seu alcance.

Deixamos claro que o ataque do governo Milei não é contra a burocracia e suas finanças, é um ataque aos sindicatos, à sindicalização dos trabalhadores. Temos de intervir nesta luta com o nosso próprio programa, com os nossos próprios métodos, respondendo aos problemas mais urgentes:

- Salários e aposentadorias devem ser, no mínimo, iguais ao salário-mínimo necessário. Urgente recomposição de 100% e reajuste mensal das remunerações. Todas as negociações coletivas de trabalho devem ser reabertas. Não à reforma da Previdência que pretende rebaixá-la mais ainda.

- Temos de acabar com as demissões, ocupando os locais de

trabalho. A política do governo é impor uma forte recessão. Centenas de milhares de trabalhadores correm o risco de ficar desempregados. A paralisação das obras públicas despejará centenas de milhares de trabalhadores da construção civil na rua, e a liberação das importações ameaça os empregos dos têxteis, vestuários, metalúrgicos, mecânicos etc.

- Devemos exigir os orçamentos necessários para garantir a educação e saúde públicas.

- Desconhecimento da dívida externa e o programa do FMI. Barrar os aumentos de preços nos transportes e na energia.

- Rejeitamos a política de permitir que as empresas exportem o quanto quiserem sem a obrigação de abastecer o mercado interno, bem como a livre importação que acabará liquidando a indústria. O Estado deve monopolizar o comércio exterior e ter toda a moeda estrangeira à sua disposição para poder aplicá-la às necessidades reais, ao desenvolvimento da indústria nacional. Rejeitamos as privatizações e o endividamento nacional.

- Rejeitamos como um todo os ataques antinacionais e antiope-
rários contidos no Mega decreto e na Lei Ônibus.

É da maior importância lutar pela independência política em relação aos capitalistas, seus partidos, suas instituições, não esperar nada do Congresso, nem do Judiciário, nem dos governadores, nem da Mesa do Partido Justicialista. A greve e a mobilização serão um duro golpe contra o governo dos agentes do capital financeiro.

Greve geral na Argentina

Transcrevemos o balanço do Partido Operário Revolucionário da Argentina (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

"Boa tarde companheiras e companheiros. Este é o programa da Revolução, uma conversa necessária. E hoje vamos nos concentrar no balanço da greve com a mobilização extraordinária de ontem, dia 24 de janeiro.

De início é necessário afirmar que esta convocação - feita pela CGT, apoiada pela CTA e por organizações de desempregados, de inquilinos, por organizações de bairros, trabalhadores do papelão, da cultura e por organizações políticas - foi realmente uma mobilização contundente, não apenas em Buenos Aires, mas também no

país inteiro. E que esta greve ativa com paralisações e passeatas tem um sentido político muito particular, está mostrando a mudança da situação política.

No programa anterior, falávamos que a política do governo, de ataque violento às condições de vida e trabalho das massas iria provocar um processo de entrega do país, e que implicava um salto político, isto é, uma tendência de Milei se transformar num governo autoritário, ditatorial, que passaria por cima de todas as formas democráticas e que implicaria uma mudança importante na situa-

ção política. E a resposta imediata dos trabalhadores, das massas, é também parte desta mudança da situação política. Apenas 10 dias após o Milei ter assumido, apesar de todas as ameaças, concretizou-se a mobilização na Praça de Maio. Apesar dos protocolos de segurança, apesar de todas as ameaças, nessa mesma noite se iniciaram os painéis em praticamente todo o país. Por isso, precisamos registrar que há uma mudança na situação política.

Temos de prestar atenção no fracasso das ameaças e das medidas repressivas desde que foi convocada esta paralisação com mobilização. O governo ameaçou declarar ilegal e descontar no salário os dias paralisados, impetrar sanções contra os trabalhadores que aderissem à paralisação. Porque se decretasse a ilegalidade, facultava aos patrões a tomarem medidas, e, inclusive, ao próprio governo recorrer a medidas contra os funcionários públicos que aderissem. Também ameaçou e tentou desqualificar a greve, acusando a CGT de convocar uma greve somente 40 dias após o governo ter assumido, sendo que não fez uma única greve contra o governo de Fernández. Tentou desqualificá-la, apresentando-a como uma medida política. De fato, a greve foi uma medida política que se colocou frente-a-frente à política do imperialismo, do grande capital e da grande burguesia contra a Nação

O protocolo de segurança foi parcialmente aplicado. Bloqueou-se o acesso à ponte Pueyrredón, obrigando dezenas de milhares de trabalhadores, que vinham da Zona Sul, a fazerem seu próprio ato em Avellaneda, pois não conseguiram cruzar a ponte e não puderam chegar à Praça do Congresso. Isto não impediu que centenas de milhares ocupassem a Praça do Congresso, e ocupassem não somente a Praça, que é o dobro da Praça de Maio, mas também, além disso, ocupassem as ruas laterais e transversais até a Nove de Júlio. A CGT calcula que em todo o país se mobilizaram um milhão e meio de trabalhadores. Isto tornou impossível a Milei aplicar o protocolo repressivo a todas as ruas que acabaram sendo ocupadas, e assim o centro da cidade foi paralisado. A mesma coisa ocorreu nas principais cidades. É um fato histórico, foi a maior mobilização das últimas décadas. Trata-se de um fato da maior importância ainda que o governo e os meios de comunicação queiram desqualificá-lo. E expõe o fracasso da política repressiva montada contra as mobilizações e contra a greve. Mesmo com a implementação de um aparato repressivo formidável, com todas as forças repressivas, tentando demonstrar que iriam controlar o trânsito e o fechamento das ruas foi absolutamente impossível conter a extraordinária mobilização popular.

Fazia muitos anos que não ocorria uma manifestação tão contundente. Foi uma manifestação extremamente contundente, por um lado, pela sua massividade e, por outro, pelo seu alcance nacional, porque isto se replicou praticamente em todas as cidades e em todos os lugares com mobilizações massivas. Pela unidade, pela presença de todos os setores sindicais. Não houve sindicato, nem corrente sindical que não participasse desse movimento. E teve presença dominante nestas mobilizações. Mas também pela presença notável de jovens, de jovens trabalhadores, que não havia participado daquelas mobilizações históricas, multitudinárias dos trabalhadores. E igualmente importante pelo estado de ânimo dos manifestantes, demonstrando vontade de lutar. Essa ação coletiva transmitiu uma energia especial, indicando potencialmente que a luta tem de prosseguir, que é preciso combater até derrotar a política do governo.

Também foi importante a repercussão Internacional da greve. Que se soubesse, desde dias antes, que nas principais cidades do mundo haveria mobilizações de apoio, e que se estava prestando muita atenção no que estava acontecendo, assim como chamava a atenção que uma personagem tão ignorante e bizarra como Milei pudesse chegar à presidência da Argentina. Também chamava a atenção que, a poucas semanas de ter assumido, a CGT tomasse em suas mãos a greve geral e a mobilização. Diante de todas as ameaças ditatoriais de Milei, havia a expectativa se esta mobilização iria se materializar e se seria extraordinariamente contundente.



Por que é importante a realização desta greve e mobilização? Porque está dando resposta a uma situação dramática, a uma situação de catástrofe social, que foi provocada por este governo, em grande medida precedida por toda a política impotente e incapaz do governo do Fernández em dominar a inflação e colocar limites à política do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao contrário, se esmerou na aplicação das orientações do FMI. Mas, Milei agravou o quadro ao fazer uma desvalorização gigantesca de 118 %, assim que assumiu, e tendo antecipado, algumas semanas antes, que iria revogar todas as regulações, todos os controles, todas as formas de limitação às grandes corporações, ou seja, que haveria completa liberdade de preços. Isto provocou um estouro de preços, destruiu num mês os salários, provocando em apenas um mês a queda dos salários em 25 %. Essa é a inflação oficial, mas provavelmente é maior para os setores mais pobres que gastam todos seus ganhos em alimentos. Destruuiu as aposentadorias e os ganhos populares, porque não houve nenhum tipo de compensação, exceto de um setor minoritário dos trabalhadores que conseguiu reajustar seus salários de acordo com a inflação e manter seus salários em nível que se aproxima do valor da força de trabalho. A enorme maioria dos trabalhadores teve seus salários destroçados. Por um lado, esta é a resposta à situação dramática e é a única resposta que corresponde. Responder e derrotar essa política governamental, de modo a recuperar os ganhos dos aposentados, dos trabalhadores, da maioria que foi atacada por essa política. Porque esse ataque prossegue, novamente, neste mês, teremos uma inflação superior a 25 %, uma vez que grande parte dos aumentos do final do ano passado terá seu impacto agora. A isso se somam o aumento dos combustíveis, dos transportes e das tarifas de energia e gás que ocorrerão, e seguramente esse atraso que se reflete no dólar é parte do fracasso da política do governo, pois o dólar a 800 pesos foi superado pela gigantesca inflação que provocou.

Estamos, portanto, numa situação de grave crise. Um aspecto central que apareceu nas mobilizações e nos debates destas últimas semanas é a rejeição da entrega da economia aos monopólios, do saque e da subordinação ao Fundo Monetário Internacional e aos Estados Unidos. Trata-se da rejeição à entrega das riquezas e à liberação dos recursos para as grandes corporações internacionais. E isto teve um conteúdo muito particular na mobilização. A consigna central A Pátria não se vende tem um sentido muito particular. O tempo inteiro se gritou essa consigna. A ideia de defender a Nação diante do saque, diante da intervenção do imperialismo tão aberta, tão descarada, sobre a economia do país, deve ter o conteúdo que nós atribuímos a esta consigna, que, certamente, é distinta ao conteúdo que lhe é dado pelos partidos patronais e, inclusive, pela burocracia sindical. Para nós, a consigna a Pátria não se vende, referida à soberania nacional passa pela ruptura com o Fundo Monetário Internacional, pelo desconhecimento da dívida externa, por utilizar todas as divisas que gera o país para desenvolver a indústria. Tem a ver com a defesa do Banco Nação e a ideia de que o sistema fi-

nanceiro deve ser estatizado e tem de estar centralizado pelo Banco Nação. E que devemos acabar com o parasitismo financeiro que é um dos graves problemas do país. Os trabalhadores não se limitam a defender YPF, mas também defendem o Banco Nação, que é um símbolo da soberania nacional. E também a defesa das centrais termonucleares, a defesa das estradas de ferro, a defesa das 41 empresas que este governo está querendo dar de presente. E também estão alertas ao saque que se pretende fazer do fundo de garantia de sustentabilidade dos aposentados, fundo que tem um patrimônio em torno de 70 bilhões de dólares e que o governo Milei quer rapidamente tomar, antes que acabe o respaldo político.

Nesse sentido, nós atribuímos um conteúdo particular à ideia de a pátria não se vende, que é o de recuperar os recursos para o país, estatizar a indústria do petróleo, da prospecção e a comercialização, terminar com todos os privilégios que foram concedidos às multinacionais, de aplicar os preços internacionais como se os combustíveis estivessem sendo importados da Arábia Saudita. Nós temos o petróleo e o gás aqui na Argentina, e temos de utilizá-los para desenvolver a indústria nacional. É por isso que, para nós, tem um conteúdo muito particular. Há que atacar a raiz da inflação e da concentração de riqueza nas mãos de um punhado de multinacionais e de grande capital nacional. Há que terminar com este setor tão concentrado e que quer concentrar mais ainda seu domínio sobre a economia do país, porque são eles que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas.

Este é o problema dos problemas no nosso país, e, se não eliminarmos a grande propriedade privada dos meios de produção, não há maneira de defender a soberania nacional. Porque essa burguesia está completamente entrelaçada com o capital financeiro e reforça a subordinação do país ao imperialismo. Então, para o POR, a consigna A pátria não se vende, tão forte nas mobilizações de ontem, e tão sentida por toda a massa que participou destas mobilizações, tem esse conteúdo. Tem um conteúdo operário, tem um conteúdo de defesa da soberania nacional, desde a perspectiva da classe operária, e esse é o sentido com o qual iremos intervir e com o qual estamos intervindo nas mobilizações, em nas passeatas e nos debates, em torno aos quais se avalia as reivindicações que precisamos levantar para enfrentar e derrotar este governo.

Um setor da burguesia questionou, se a greve era prematura, que era necessário dar tempo ao governo. Nós acreditamos que foi muito acertado realizar esta greve e realizar todas as greves, realizar um plano de lutas para impedir que possa avançar a política do imperialismo. Esta é a resposta que cabe. É mentira que Milei representa um novo governo, com uma nova política. Já os conhecemos e as massas também os conhecem. Estas mesmas políticas são da ditadura genocida, são as do Menen, por isso, a resposta foi quase imediata. Apesar das ilusões que haviam sido geradas num setor, de que Milei poderia encarnar uma política diferente, essas ilusões se evaporaram rapidamente. E também a ideia de que um peronismo derrotado seria um problema, pois as massas derrotadas no iriam reagir. Isso ficou para os politiquinhos que foram derrotados e que ainda não fizeram um balanço de sua política. As massas compreenderam imediatamente que haveria que sair à luta, e essa foi a resposta mais importante.

Outro aspecto que nos parece importante destacar é que nesta situação ficou completamente exposta a ditadura do capital, como poucas vezes. E não apenas pelo caráter ditatorial assumido pelo governo, com ameaças permanentes de colocar a ministra Bulrich à frente da política de segurança, ameaçando e reprimindo desde que assumiu. Fazendo campanhas, ameaçando a população, ameaçando todos aqueles que queiram protestar, senão que grande parte do mega decreto e a Lei Ônibus tentam ilegalizar o movimento operário, as greves, as mobilizações e os protestos. Então, tem uma clara marca classista, antioperária. Tudo isso ficou muito exposto agora, quem são os inimigos deste governo. Os inimigos deste governo são a classe operária, as camadas médias e os oprimidos em geral.

Praticamente não há setor que não seja afetado pelas políticas do governo Milei. Nesse sentido, ficou claro que o governo não preparou os projetos de lei, pegaram projetor de leis preparados por estudos de advogados. Sequer foram elaborados por legisladores ou membros dos partidos políticos. Isto foi entregue por Sturzenegger como um pacote de leis destinadas a um eventual governo da Bulrich, e, por isso, os deputados e senadores não podiam defender, nem sequer os ministros podiam defender no Congresso essa política porque foi elaborada por fora. O mega decreto e a Lei Ônibus foram preparados de fora do governo e do Congresso. Agora, Milei está negociando com os deputados para conseguir apoios, negocia por fora do Congresso, em um hotel a dois quarteirões do Congresso. A altas horas da noite, se reúnem para discutir com os advogados os estudos dessas corporações para defenderem os pontos que foram questionados. A inflexibilidade inicial do governo que não queria negociar absolutamente nenhum ponto das suas leis entrou em crise, já que teve de retirar 140 artigos da Lei, e mesmo assim o governo precisou que se adiasse para a semana que vem a sessão prevista para hoje, porque entendia que poderia perder o debate na Câmara de Deputados. Isto tem a ver com a própria debilidade, improvisação e crise do governo, mas, também com a intervenção das massas, que estão seguindo com atenção toda fraude que o governo está perpetrando e que ficou exposto também com o famoso encontro em Davos, onde Milei foi para reforçar seu discurso anarco-libertário e passou por uma vergonha descomunal, porque esse discurso é ridículo. Sequer o setor mais concentrado do capitalismo pode atender essa política, porque em geral o grande capital, o capital mais concentrado, precisa do Estado para fazer funcionar seus negócios. Se apropria dos Estados para implementar as suas políticas, então não podem compreender como pôde aparecer um Milei afirmando que há que desprezar e descartar o Estado. O Estado é vital para o grande capital potenciar os seus negócios, para socorrê-los quando quebram.

Este fracasso de Milei em Davos, no momento em que se estava discutindo na Argentina suas duas leis fundamentais, se expressou também no fato de não ter praticamente ninguém que se reunisse com ele, nem sequer teve como se reunir com Macron, com quem tinha uma importante reunião prevista por ele. Praticamente não teve nenhuma reunião importante nessa semana que esteve em Davos. E foi uma vergonha pela sua incapacidade, pela sua ignorância, que ficou claramente demonstrada em sua intervenção.

Como dizia, estamos diante da ditadura do capital que ficou exposta. São as grandes empresas, as grandes corporações, que ditaram cada artigo do Mega decreto e da Lei Ônibus. São esses capitalistas que agem para manter cada artigo, cada capítulo dessas leis. Foram feitas sob medida, como se diz, cada artigo tem nome e sobrenome. Foram feitas para beneficiar a setores pontuais, atacando vastos setores da economia nacional. Atacando desde os ervateiros ao setor da pesca, à indústria do vestuário, têxteis etc. Quase não há setores para se atacar.

Nessas condições, ressalta a importância da política da classe operária, da política de frente revolucionária anti-imperialista. Essa política governamental expôs, como disse no início, o terrível ataque contra todos os setores oprimidos, praticamente não há setor que não seja atacado por essas medidas. O que corresponde é a resposta da classe operária, é a unidade de todos os oprimidos, sob a política da classe operária. Que significa isso? Que a classe operária tem de impor seu próprio programa, sua própria política, porque é, na sociedade, a única classe que não tem nenhum compromisso com o capital. E tem de convocar a todos os oprimidos, como se verificou ontem na mobilização, que teve essa amplitude, pois participaram vastos setores das classes médias arruinadas por essa política. A classe operária tem de ser a direção. E, quando afirmamos que tem que ser direção, é preciso formular qual é a sua política contra o grande capital, contra o imperialismo, contra as grandes corporações nacionais e multinacionais, para acabar com

os monopólios, para expropriar os grandes meios de produção e que, também, a classe operária tem de se impor com seus próprios métodos de luta. Nenhuma confiança no Congresso, nenhuma confiança no Judiciário. Não é por aí que vamos resolver as nossas reivindicações. A chave para poder derrotar essa política a fundo, terminar com esta lacra que tenta dominar completamente o país, é aplicar os métodos da classe operária: a greve, as mobilizações, os bloqueios e as ocupações - essa é a política da classe operária. Por isso, insistimos que essas medidas tão contundentes, que se realizaram ontem, têm de ter continuidade. Há que discutir como se realizará a próxima greve, como estruturar um plano de lutas para impedir e para derrotar completamente o Mega decreto, a Lei Ônibus e todas as políticas reacionárias que estão sendo aplicadas pelo governo. Não podemos esquecer que Caputo foi o homem que implementou a política de endividamento do Macri, que provocou a dívida extraordinária, que hipotecou o país e gerou a maior crise no governo, que teve de ir embora, inclusive por recomendação do Fundo Monetário Internacional. Esse é Caputo, um homem do banco Morgan. É o que se passa com o presidente do Banco Central e alguns de seus diretores que provêm do Morgan e do Deutsche Bank. Esses são os que têm o controle da economia neste momento. Há que varrer essa gente, que está processada por inúmeros delitos

e pelo saque que foram responsáveis no passado, mas, que foram beneficiados a tempo pelo Judiciário para que pudessem assumir os postos nesse governo.

Este governo não vai cair sozinho, essas políticas não cairão sozinhas, por mais que denunciemos a improvisação e suas grosseiras debilidades que se manifestam todos os dias. É necessário a intervenção decidida, consciente e organizada da classe operária e dos oprimidos para acabar com essas políticas e poder colocar todos os recursos, toda a economia, todas as empresas a serviço da maioria oprimida. Por isso é tão importante a continuidade dessa luta, e como fortalecer as assembleias de bairros que estão se organizando. De alguma maneira está se reeditando o processo do ano 2001. Com a organização das assembleias populares em todos os bairros, nas cidades, nucleando todos os setores de cada região, de cada zona. São muito importantes a intervenção e a participação popular. Aí está base para formar essa grande frente necessária para derrotar completamente a política de Milei. Que não é a política de um louco. É a política do imperialismo, é a política do grande capita. É contra eles que estamos nos enfrentando cara a cara.

Saudamos a enorme participação popular, a combatividade, o ânimo de luta e toda a participação que aconteceu ontem, derrotando a repressão, as ameaças e as dificuldades.

Comunicado do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Abaixo a Lei Ônibus! Nenhuma confiança no Congresso

31 de janeiro de 2024

Sob o ridículo nome de “Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos” está sendo realizada uma nova tentativa de privatização, saque nacional e perseguição às lutas dos oprimidos. Cada ponto da lei beneficia uma grande corporação econômica. Deve ficar claro que a livre concorrência não existe. Vivemos na era dos monopólios e o que é apresentado como desregulamentação é um passo para promover um maior domínio para um punhado de empresas. Para elas, total liberdade para esmagar as pequenas empresas e saquear os consumidores. Complementando com o avanço sobre os direitos trabalhistas, buscando enfraquecer a organização sindical dos trabalhadores.

Verificamos novamente que o Congresso é um circo

A discussão escandalosa na Comissão, com opiniões falsas, alegações de corrupção, acordos fora do parlamento, assinaturas em branco e extorsão, mostra que não podemos esperar nada do Congresso. Que as verdadeiras decisões continuam a ser tomadas pelas grandes corporações, pelos grandes empresários, que foram os únicos que conseguiram introduzir modificações na lei.



Retomar o caminho da greve do dia 24

A greve de 24 de janeiro foi um golpe na política de saques e ajustes de Milei. Neste contexto, o governo expulsou um dos seus ministros, retirou o capítulo fiscal, entre outras coisas. Contudo, a essência permanece: desregulamentação da economia, privatização das empresas estatais e aumento da repressão contra os oprimidos.

Devemos aprofundar o plano de luta, impor desde baixo, nos bairros, nas ruas, nos locais de trabalho, uma nova greve geral que faça parte de um plano de luta até derrubar a política de ajuste e saque de Milei.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Todo apoio à Greve Geral na Argentina

Construir a luta em nosso país é a forma concreta de apoiar a luta das massas exploradas na Argentina

A crise na América Latina é profunda. A volta do conflito em torno a Essequibo, entre a Venezuela e a Guiana que é apoiada pelo imperialismo; a escalada da violência no Equador; os ajustes fiscais contra as massas pelos governos de norte a sul do continente; os efeitos das guerras em curso; e a eleição do ultradireitista Milei, na Argentina, marcam o período de avanço da barbárie e opressão sobre as massas exploradas do continente.

A Argentina, que se encontra sobressaltada por crises constantes há anos, tem agora um governo burguês de extrema direita. Em poucas semanas de governo, busca impor um ajuste econômico e social dos mais violentos da história do país. A Lei Ônibus, que recebeu esse nome devido a sua extensão, e um megadecreto de desregulamentação (Decreto de Necessidade de Urgência - DNU), objetivam dilapidar o Estado e precarizar as relações de trabalho, permitindo aos capitalistas negociar e explorar livremente. Para isso, conta também com medidas de ataque às liberdades democráticas, como o direito de greve e manifestação. O DNU sofreu revezes na justiça. A Lei Ônibus precisa ser aprovada no parlamento. Esses primeiros conflitos indicam uma divisão interburguesa.

Diante da Greve Geral anunciada, Milei se adiantou e enxugou a extensa lei, retirando elementos importantes como a privatização da YPF, principal empresa do ramo de produção energética. Outras estatais como a Nucleoelétrica, o Banco Nación e Arsat (telecomunicações) só poderão ser privatizadas parcialmente pela nova proposta. Também foi retirado o artigo que exigia a autorização policial para qualquer reunião de pessoas em espaço público, que representava um ataque direto ao direito de manifestação. O governo ultradireitista também recuou na tentativa de suspender os reajustes automáticos nas aposentadorias. De conjunto, essas alterações buscam enfraquecer o movimento de resistência ao governo, que vem ganhando força nas últimas semanas, e encontrar uma via para a aprovação da Lei no parlamento, que conserva sua essência de ataque às massas e benesses aos capitalistas.

A Greve Geral, convocada pelas centrais sindicais e outras organizações, acontece numa situação de fortalecimento da resistência contra o governo e no recuo circunstancial que Milei foi obrigado a fazer. Não se deve alimentar ilusões de que os pontos retirados estão garantidos. O mais provável é que retornem se o governo estabilizar e conquistar o apoio necessário do conjunto da burguesia e camadas da classe média. Cabe mencionar, entre as muitas medidas, o ataque ao direito de greve dos trabalhadores do transporte, educação, saúde etc., exigindo o mínimo de 75% de funcionamento. Não se deve depositar confiança na burocracia sindical, que neste momento está chamando a luta porque está pressionada pelas bases, mas é conhecida por seu histórico de traição e negociatas com patrões e governos. A tarefa é a construção de um movimento ativo e independente, que se utiliza dos métodos próprios de luta da classe operária e demais oprimidos. A Greve Geral deve ser o ponto de partida para uma luta pela derrubada dos os planos ditatoriais de Milei.

Para os trabalhadores argentinos, o essencial é que os preços estão subindo todos os dias, a inflação de dezembro chegou a 25%, acumulando mais de 200% no ano. A extensão das medidas do governo dificulta que as massas compreendam todas as suas implicações, mas percebem que se trata de um ataque profundo contra suas condições de existência. Dentro desse pacote de ajustes, está a questão dos alugueis, por exemplo, que agora passa a ser negociado entre proprietário e inquilino, sem uma lei regulatória. Isso tem feito com que os contratos subam muito além dos salários e não tenham um prazo mínimo, de maneira que as altas exigências só beneficiam os donos de imóveis e prejudicam os mais pobres.

O Partido Operário Revolucionário da Argentina (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), tem respondido ao problema do governo ultradireitista passo a passo. Em primeiro lugar, esclarecendo que a eleição de Milei não configura um processo de direitização da população, ou parte dela. Não se deve se apegar ao resultado eleitoral sem compreender o conteúdo do voto. No caso, muitos acreditaram no discurso antisistema, na ideia de dolarização da economia (e que passariam a receber os salários em dólares) etc. Um exemplo que rechaça a ideia de direitização das massas está no caso recente de Jujuy, quando um governador recém-eleito acreditou que poderia mudar a Constituição local tranquilamente, mas teve de enfrentar um levante de trabalhadores. O que há é uma direitização da política burguesa, dos partidos e dos meios de comunicação, esse é o fenômeno mais importante. O problema está em como Milei implantará seu governo como uma ditadura civil, expressa em suas medidas contrárias aos direitos mais elementares de organização e manifestação dos explorados.

O POR argentino ainda tem feito campanha pela greve ativa contra o governo, chamando os explorados a confiar em suas próprias forças de organização e de luta, para não servir de massa de manobra aos interesses corporativos da burocracia sindical. Não se deve aceitar menos que a revogação integral dessas medidas. “A política da classe operária é rejeitar como um todo este programa e também todos os aspectos em particular.” No editorial do jornal Massas, levantou as bandeiras de “Não aos saques! Não à entrega! Defender a soberania nacional com os métodos e políticas da classe operária!”

O chamado de uma manifestação, aqui no Brasil, em apoio à Greve Geral na Argentina é muito importante. Expressa a necessidade de união dos explorados latino-americanos e do restante do mundo contra a crise geral do capitalismo e as políticas de ajustes dos diversos governos, seja de extrema-direita, como Milei, ou de centro-direita, como o de Lula. Todos eles, em maior ou menor grau, trabalham para despejar a crise sobre as costas dos trabalhadores. Esta manifestação de apoio aos argentinos é importante, mas não basta. A forma concreta de apoiar as massas argentinas em sua luta contra esses ataques é levantando a luta em nosso próprio país. Por aqui, o governo burguês de frente ampla de Lula segue garantindo o pagamento da dívida pública aos especuladores do capital financeiro, com o Arcabouço Fiscal, ao mesmo tempo que mantém um salário mínimo e aposentadoria miseráveis aos trabalhadores; as contrarreformas trabalhista e previdenciária dos governos anteriores foram mantidas; a repressão policial atinge níveis escabrosos; o direito de greve segue sendo destruído; milhares vivem nas ruas. Milhões estão desempregados e passam fome. Como se vê, não nos faltam motivos para lutar.

O combate às medidas do governo não se confunde com a oposição reacionária de direita e ultradireita, trata-se de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. Está aí a necessidade de um chamado das centrais sindicais e movimentos para um Dia Nacional de Luta no Brasil, com paralisações e bloqueios, como forma de apoiar concretamente a luta dos argentinos e defender um programa próprio de reivindicações dos explorados aqui no país, que tenha por base a defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

Todo apoio à Greve Geral na Argentina!

Levantar a luta no Brasil contra os ataques do governo Lula e dos governos estaduais!

Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como forma de preparar nossa própria Greve Geral!

Ato em apoio a Greve Geral na Argentina

Aconteceu no dia 24 de janeiro uma Greve Geral na Argentina contra os planos pró-capitalistas de Milei, o novo presidente de extrema direita no país. Em São Paulo, partidos e sindicatos convocaram uma manifestação de apoio à Greve, que aconteceu em frente ao consulado da Argentina, na Av. Paulista. A manifestação teve um caráter de vanguarda, reunindo essencialmente a militância de partidos, sindicatos e movimentos. Contou também com grande curiosidade da população que passava pelo local no horário de pico.

Milei foi eleito como reflexo do esgotamento das massas em relação ao peronismo, que no seu último governo manteve o país de joelhos diante do capital imperialista, através do FMI. As massas estavam profundamente ressentidas por uma política econômica burguesa, com altos índices de desemprego, miséria e inflação nas alturas. Foi nesse contexto que um candidato aventureiro, sem tradição política e com discurso de mudanças radicais foi eleito. Passado o período eleitoral, Milei mostrou seus planos de forma concreta, enxugamento radical do Estado e um amplo conjunto de medidas em defesa do capital financeiro, principalmente. Para que seus planos pudessem ser aprovados, Milei se valeu de um expediente ditatorial, tentando proibir manifestações e greves.

A partir desses acontecimentos é que as bases passaram a pressionar as direções sindicais que se viram obrigadas a organizar a luta contra o governo. A Greve Geral foi o ponto ato desta luta até o momento, mas, para derrotar Milei, não poderá ter um fim em si mesma, mas sim ser o ponto de partida de uma luta pelas necessidades imediatas dos trabalhadores e pelo rompimento com a camisa de força do imperialismo sobre o país. O Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, tem trabalhado sob a linha de defender um movimento ativo, que confie em suas próprias forças, sem ilusões na burocracia sindical peronista e centrista.

A manifestação de apoio em São Paulo expressou corretamente o internacionalismo proletário, mas carece de coerência, já que parte considerável das organizações que estavam no ato, são contra a organização da luta aqui em nosso país. O POR mostrou em sua intervenção e manifesto, que temos motivos de sobra para lutar contra o governo burguês que temos aqui, o governo de frente ampla de Lula/Alckmin. Portanto, a forma coerente de expressar o internacionalismo proletário é organizar as massas no Brasil, sob a consigna de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, com independência de classe e em defesa de um programa próprio de reivindicações da classe operária e demais trabalhadores.

A extrema direita é fruto da política de conciliação de classes e, portanto, jamais vai ser derrotada por essa política. Pelo contrário, só pode ser derrotada pelas massas organizadas e em luta por suas reivindicações, o que significa um duplo combate: à extrema-direita e à política de conciliação de classes das burocracias sindicais peronistas na Argentina, e petistas aqui no Brasil.

Transcrição da intervenção do POR

[No final da intervenção, quando defendemos que se organize a luta aqui no Brasil, contra o governo Lula/Alckmin, um pequeno conjunto de petistas da CUT tentou nos silenciar gritando em defesa do governo. Como se vê, não estão a serviço das necessidades dos explorados, mas sim a serviço do governo]

Boa tarde, companheiros, companheiras, que estão aqui nessa importante manifestação. Boa tarde à população que está passando, tentando entender o que está acontecendo aqui.



Nós, do POR, trazemos aqui um manifesto dizendo todo o apoio à Greve Geral na Argentina e trata da importância de construir a luta no nosso próprio país como forma concreta de apoio à luta naquele país.

Nós dizemos, camaradas, que a América Latina passa por uma profunda crise que vai para além da Argentina. Lá na Venezuela, com a Guiana, tem um conflito agora, a Guiana apoiada pelo imperialismo. Há uma escalada da violência no Equador. Os governos de cima a baixo vêm aplicando as reformas trabalhistas, reformas da previdência, o governo Boric, o governo Lula, etc. Todos eles. E os governos de ultra direita que estão sendo eleitos, como é o caso da Argentina.

Esse governo, o governo Milei, tenta se impor na Argentina como uma ditadura civil. E alguém pode se perguntar: mas como ditadura civil, se acabou de ser eleito? Ele tenta aplicar os planos pró-capitalista, com todo esse conjunto de medidas, mais de 600 medidas. Tenta aplicar essas medidas em benefício do capital, mas se apoiando no massacre das massas. Se apoiando na proibição de manifestação, se apoiando na proibição de greve. É nesse sentido que esse governo tenta se impor como uma ditadura. E a resposta da greve geral está plenamente correta. E aqui a nossa manifestação também está correta em apoiá-la.

Nós do Partido Operário Revolucionário da Argentina, que faz parte do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, tem dado resposta passo a passo. E o que eles têm falado lá?

Eles têm falado para as massas argentinas confiar nas suas próprias forças. Para as massas argentinas que a Greve Geral, é o ponto de partida para a luta, não pode ter um fim em si mesma. O POR da Argentina tem falado que não se pode alimentar ilusões na burocracia. Porque a burocracia agora está apoiando a luta, porque está pressionada pela base, mas tem um amplo histórico de traição, por isso tem que dizer: confiar nas nossas próprias forças. Essa é a linha que o POR tem defendido da Argentina.

E nós aqui no Brasil estamos fazendo essa manifestação de apoio. Mas o apoio não basta, é preciso um apoio concreto, um apoio ativo. E um apoio ativo significa levantar a luta em nosso próprio país. Porque motivo nós temos.

O governo Lula não revogou as outras reformas dos governos anteriores, milhões ainda passam fome no Brasil. Milhões estão desempregados. O direito de greve segue sendo dilapidado aqui no Brasil. Basta ver o que tem acontecido com os metroviários e nenhuma palavra do governo federal. Então nesse sentido, a forma de apoio concreto à luta da Argentina é levantar a luta no nosso próprio país. Essa é a forma de apoio. Os sindicatos que estão aqui estão corretos em apoiar. A CUT, a UNE, estão corretos em apoiar essa luta, mas tem que levantar a luta aqui no Brasil também.

Não adianta tentar silenciar a fala, porque essa é a linha da classe operária, é a linha dos trabalhadores, é a linha revolucionária para apoiar a Greve Geral na Argentina.

Obrigado, companheiros.

Entrevista para o canal do YouTube Mesa de Debates

Mesa de Debates: Estou aqui com o POR. Primeiramente, como o POR está enxergando todo o processo de luta da Argentina?

POR: Saudações para os camaradas do canal Mesa de Debates e para quem for assistir esta entrevista depois. A nossa caracterização é mais geral, uma crise profunda que a América Latina está atravessando. Você vê uma crise lá na Venezuela com a Guiana, sendo esta apoiada pelo imperialismo. Um crescente da violência no Equador. Os governos de cima a baixo estão aplicando medidas de reforma: seja trabalhista ou da previdência. Como o governo Lula, mantendo as reformas dos governos anteriores. Governo Borric, no Chile. E agora, na Argentina, você tem o governo de ultradireita que já entrou para aplicar as medidas pró-capital. Mas, para isso, ele precisava silenciar e atacar as massas e ele fez isso através da proibição de manifestação e do ataque ao direito de greve.

E, nesse sentido, nós estamos caracterizando como um governo que pretende formar uma ditadura civil. Essa é a caracterização do governo Milei. Ele, ao atacar as massas, ao proibir as manifestações, ao proibir o direito de greve, está se caracterizando como uma ditadura civil para aplicar as medidas pró-capital. Dá para ver a situação lá que é bastante grave. 25% de inflação só em dezembro, 200% no ano. Então era mais do que necessária essa Greve Geral que foi levantada lá. E está certa esta manifestação aqui. É

muito importante que a gente faça esta manifestação porque é um apoio concreto. É a união dos povos latino-americanos contra todos os governos burgueses. Mas a manifestação que nós fazemos aqui, não basta. É um começo. Assim como lá na Argentina a Greve Geral é o começo de uma luta, não pode ser o fim. É o ponto de partida, aqui no Brasil, também. Esse apoio é o começo de uma luta.

Nós precisamos, para ser consequentes, e apoiar, de fato, os argentinos precisamos levantar a luta aqui no Brasil. Isso significa, chamar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e com bloqueios, que defenda os empregos, os salários e os direitos! Porque motivos nós temos! Nós temos as reformas trabalhistas e previdenciária que não foram revogadas, um salário mínimo de miséria que o governo Lula mantém, milhões de pessoas, no Brasil, ainda passam fome, milhões de desempregados. Então, motivos a gente tem para lutar. O direito de greve segue sendo dilapidado. Basta ver o exemplo de São Paulo: os metroviários foram demitidos por fazer greve. Então temos muitos motivos para lutar. Precisamos então ser consequentes e dar continuidade nessa luta através desse apoio, mas também levantando a luta aqui no Brasil. Essa é a mensagem do Partido Operário Revolucionário.

Mesa de Debates: Para a gente finalizar aqui: a Argentina está fazendo uma Greve Geral, mas aqui no Brasil parece que a gente está um pouco mais atrás da Argentina porque nem greve geral está se cogitando, apesar da sua fala de extrema importância. Por que está faltando a greve geral no Brasil, também, já que a luta é internacional?

POR: Sim. A luta é internacional e os motivos existem. Então onde está o problema? O problema está nas direções políticas, nas direções sindicais. Com a eleição do governo de frente ampla, do governo burguês de Lula, o que aconteceu foi que você tem uma grande massa de direções sindicais e políticas que estão atreladas ao governismo. Então, estão defendendo o governo com unhas de dentes e isso trava a luta, obviamente. E, estamos aqui, nesta manifestação, vamos entregar o nosso manifesto, vamos fazer a nossa intervenção e a CUT está aqui. Como estamos vendo, a CTB também está aqui. E é importante que eles estejam mas mais importante ainda que eles levem a luta em nosso país, que abandonem o governismo, que parem de defender esse governo burguês, que vejam as reais necessidades da população. Essa é a linha política que a gente tem que traçar nessa manifestação para pressionar as direções políticas para sair do governismo e apoiar a luta!

Equador

Os caminhos da barbárie

Os recentes acontecimentos no Equador, marcados pela insurgência brutal de grupos armados ligados às máfias do tráfico de drogas e gangues criminosas, que agem de forma brutal para dar uma resposta mostrando seu poder diante da perseguição policial e da repressão levada a cabo pelo governo de Novoa, segundo alguns analistas políticos, que, em última instância, estamos diante de um processo de “desinstitucionalização” e “desintegração social”, que afirmam que seria consequência da aplicação das políticas neoliberais e entreguistas implementadas por diferentes governos ao longo dos últimos anos e que não foram de forma alguma modificadas na sua essência pelos governos supostamente indígenas e “antineoliberais” da chamada “Revolução Cidadã”.

O fechamento de fontes de emprego, a privatização das principais atividades produtivas do país (petróleo, minerais etc.) e a sua entrega ao capital financeiro imperialista (multinacionais), deixaram a maioria da juventude equatoriana “sem futuro” e, para isso, em certa medida, entregues às mãos dos cartéis da droga e das suas disputas. Cada gangue está ligada a um cartel internacional de tráfico de drogas (mexicanos, colombianos etc.). O terror na

classe média serve de apoio político ao governo, o que na situação justifica o endurecimento das suas políticas repressivas, mas não abandona o milímetro das políticas entreguistas, vendedoras do país e antioperárias, que são levadas a cabo, entre eles a chamada “dolarização” da economia, que só conseguiu acentuar a miséria da maioria oprimida.

O que nenhum destes analistas aponta é que estamos também perante o fracasso da “esquerda” equatoriana que, ligada aos chamados “socialistas do século XXI”, assumiu o poder à frente de Rafael Correa (Presidente de 2007- 2017) e implementou uma reforma constitucional, supostamente progressista e esvaziada nos conceitos reformistas daquela “esquerda”, que acredita ser possível a transformação revolucionária da sociedade a partir da reforma da lei constitucional que define o Estado burguês e tudo isso sem modificar o atual proprietário da lei, que está rodeado de todas as garantias imagináveis.

A “esquerda” equatoriana, desde as suas origens, foi muito influenciada pelo indigenismo. Ricardo Paredes, secretário-geral do PSE (Partido Socialista do Equador) e posteriormente fundador do

PC equatoriano, filiado à Terceira Internacional estalinizada, afirmou, dando conta de uma compreensão muito superficial do marxismo:

“Nossa tradição é comunista, já que o Equador pertencia ao grande Império Incaico, o primeiro Estado comunista do mundo. Talvez antes da Europa capitalista, o comunismo será implementado na América Indo-Hispânica, onde o mestre da religião social, o admirável Illich Lênin, encontrará os seus discípulos mais fervorosos.”

Os simpatizantes da “oposição de esquerda internacional”, liderada por Manuel Donoso Armas, que se recusou a assinar uma declaração contra Trotsky no VI Congresso da Internacional Comunista, apesar das suas convicções de que o futuro da revolução equatoriana está ligado ao desenvolvimento da proletariado industrial no país, não conseguem desenvolver a discussão a ponto de cristalizar um programa da revolução equatoriana, que é a concretização da aplicação do marxismo-leninismo-trotskismo à compreensão da realidade do país.

A esquerda equatoriana foi muito influenciada pelo movimento camponês, conquistada politicamente pelas ideias pós-modernas do indigenismo e promovida pelos nacional-reformistas do “So-

cialismo do Século XXI” e pela ausência de um movimento operário formado no sindicalismo revolucionário, que foi desde cedo dividido pela interferência do “sindicalismo amarelo” promovido pelos EUA e pela burocratização que veio das mãos do estalinismo. Esta esquerda equatoriana chegou ao poder através das urnas e não através de uma revolução social. Realizou um conjunto de reformas ao Estado burguês e nenhuma delas travou a decadência imposta pela crise estrutural do capitalismo, que se impõe ao país desde fora das fronteiras nacionais. O colapso dos reformistas abriu caminho ao regresso dos ultraliberais, que acabaram por acentuar a desgraça das massas e acelerar a queda do país no precipício da barbárie do capitalismo decadente.

Concluindo: a experiência equatoriana confirma que quando a solução revolucionária liderada pelo proletariado não ocorre, a barbárie capitalista avança e se aprofunda. As receitas do “caminho pacífico e eleitoral”, da “revolução cidadã”, da “revolução democrática e cultural”, do nacional-reformismo e do pós-modernismo indígena não conduzem ao socialismo, mas acabam por reabilitar a cadeia de opressão nacional e social.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 2776, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 05 - 26/1/2024



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Somente o movimento das massas, sob a direção da classe operária, pode derrotar o Estado sionista de Israel e impedir o avanço do genocídio na Faixa de Gaza

É preciso impulsionar a luta em defesa da autodeterminação do povo palestino sob a bandeira de fim dos bombardeios e pela retirada imediata das tropas israelenses da Faixa de Gaza

Que as centrais, sindicatos, movimentos e partidos que se dizem a favor da causa dos palestinos rompam a sua paralisia, organizando desde as fábricas a luta contra o genocídio

Um fato político de repercussão mundial foi o julgamento na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, Holanda, de abertura de um processo contra Israel por cometer crime de guerra e colocar em prática uma política de genocídio do povo palestino. O importante desse fato se encontra no reconhecimento da África do Sul de que está em marcha uma matança que se caracteriza por genocídio. Inúmeros países compartilham dessa denúncia, incluindo o Brasil. O parecer da Corte foi de que era procedente o pedido de abertura de processo. O que contrariou a defesa de Israel e de seu principal aliado, os Estados Unidos. A aceitação da proposição da África do Sul resultará em uma investigação que levará anos para se chegar ao veredito se houve crime contra a humanidade e genocídio.

Diante de uma carnificina diária que provocou cerca de 26 mil mortos, sendo a grande maioria de crianças e mulheres; diante da destruição em grande escala de moradias, hospitais, escolas e campos de refugiados; diante do deslocamento de mais de um milhão de palestinos de suas moradias; diante do bloqueio de serviços fundamentais como água, alimentos, energia e remédios; diante da fome e das doenças que se alastram e diante de corpos insepultos; diante, portanto, desse horror está mais do que claro que as ações militares do Estado sionista de Israel promove o genocídio como forma de anexar ainda mais o pouco que resta do território aos palestinos. Não havia como a Corte Internacional de Justiça deixar de acatar o pedido da África do Sul. No entanto, admitiu abrir o

processo sob pressão do movimento mundial, que expressou a condenação das massas a Israel e a rejeição ao apoio do imperialismo à destruição e matança na Faixa de Gaza.

O posicionamento da Corte à proposição da África do Sul de um cessar-fogo e restabelecimento imediato das condições elementares de existência da população, porém, evidenciou a influência dos Estados Unidos, que se opuseram ao pedido da África do Sul. Os seus juízes não apenas não determinaram o cessar-fogo como também exigiram do Hamas a libertação dos reféns israelenses. Essa posição não é surpreendente, porque a Corte responde aos interesses das potências e está sob a influência política dos Estados Unidos, embora o governo de Bush não tenha ratificado o Estatuto de Roma.

A diferenciação política da Corte entre a condenação da Rússia e a posição contemplativa diante de Israel é vergonhosa. Nem bem começou a guerra na Ucrânia, a Corte exigiu, a pedido de Zelensky, que a Rússia suspendesse a invasão. Ao contrário, o Estado sionista de Israel foi tratado com luvas de pelica. Israel foi a Corte para brandir a mentira de que estava apenas se valendo do direito de se defender e que tomava todo cuidado para proteger os civis. Benjamin Netanyahu, por sua vez, havia rejeitado antecipadamente qualquer decisão dos juízes de Haia. afirmou: "Vamos continuar essa guerra até a vitória absoluta. Até que todos os reféns sejam devolvidos e até que Gaza não seja mais uma ameaça para Israel". A decisão da Corte, como se constata, favorece a determinação do Estado de Israel de continuar impunemente a carnificina.

É preciso rechaçar as ilusões insufladas pelas ações voltadas à ONU e a seus organismos, como a Corte de Haia. Nenhum Estado e nenhum governo burguês, por mais que reconheçam o direito do povo palestino a ter seu Estado, não se contraporão aos Estados Unidos, que comandam estrategicamente as ações genocidas da burguesia sionista. A divisão no campo burguês, sem dúvida, deve ser utilizada em favor da luta do povo oprimido. O que não se deve é seguir a política desta ou daquela fração burguesa. A experiência no Brasil é exemplar.

O governo Lula se colocou pela Resolução da ONU que previa o cessar-fogo e, agora, apoiou a petição da África do Sul. Essa posição política favorece a luta dos palestinos, desde que sirva para demonstrar que somente a classe operária e demais explorados em luta podem combater pela causa palestina e derrotar a burguesia sionista e o imperialismo. O governo Lula não tem como romper com o Estado sionista e com os Estados Unidos. Esse jogo é seguido pelo PT e pelas direções sindicais que não têm independência política e servem de correia de transmissão das diretrizes diplomáticas do governo incapaz de assumir a luta anti-imperialista.

As limitações do movimento mundial de defesa da Faixa de Gaza se devem, precisamente, ao predomínio das políticas governistas e do próprio nacionalismo das organizações palestinas. Há muito não ocorriam manifestações internacionais impulsionadas pelas guerras de dominação e opressão nacional. É bom lembrar, nesse sentido, a importância dos protestos mundiais diante da intervenção norte-americana e a consequente matança no Vietnã, na década de 1970.

Basta que se torne bem visível o caráter e o conteúdo da guerra de dominação, para que os explorados se movimentem no terreno da luta anti-imperialista. É bem provável que no caso da guerra na Ucrânia essa visibilidade permanece até hoje ofuscada, pela campanha do imperialismo que responsabiliza a Rússia e oculta sua ofensiva colonialista voltada a controlar o território onde se assentava a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

As direções sindicais e políticas se utilizaram e se utilizam das contradições para não combater a poderosa aliança militar soldada em torno à OTAN. Justamente quando Israel é acusado de geno-

cídio em um dos tribunais da própria burguesia, a OTAN realiza uma demonstração de força, mobilizando seu arsenal em direção à Rússia e à China. No Mar Vermelho, os Estados Unidos e a Inglaterra realizam operações militares contra o Iêmen, visando o Irã. No Mar Mediterrâneo, apontam suas armas para os países que não se alinham por detrás do Estado de Israel.

Tomados de conjunto, esses acontecimentos expõem a profundidade da crise geral do capitalismo e, em suas entranhas, a escala da militar. Basta se ter o mínimo de clareza sobre essas tendências desagregadoras e destruidoras do capitalismo em decomposição, para se constatar a enorme importância do movimento de massa desencadeado a partir da guerra na Faixa de Gaza. Ao mesmo tempo, se constata o seu atraso em relação à crise mundial, à guerra na Ucrânia e à guerra comercial desenvolvida pelos Estados Unidos contra a China. Em particular, a greve geral e a gigantesca manifestação que os trabalhadores argentinos realizaram no dia 24 de janeiro é parte desse processo econômico, social e político.

A luta pela existência dos explorados está completamente interligada à luta contra a opressão nacional. Esse embate nos estreitos limites nacionais da crise Argentina se deve à questão geral da crise de direção. A luta de classes do proletariado e dos demais explorados contra os ataques da burguesia às suas condições elementares de existência, para se desenvolver, depende da luta anti-imperialista, e essa se dirige ao grande capital e ao saque praticado pelas potências. Não há uma divisória entre a luta anti-imperialista em defesa da economia nacional e a defesa da autodeterminação de um povo oprimido, como no caso dos palestinos. O imperialismo intervém com inúmeros instrumentos e meios, desde o FMI, Banco Mundial, OTAN, ONU etc. É obrigatório compreender que a classe operária e os demais explorados se acham em meio a grandes confrontos gestados pelo imperialismo.

As inúmeras manifestações que expressam a decomposição do capitalismo e as variadas formas de barbárie social têm de ser combatidas com o programa e a estratégia da revolução social. O movimento anti-imperialista ganha importância para os explorados convergirem sua revolta com a estratégia da derrocada do capitalismo e retomada das conquistas do socialismo.

O atraso da classe operária mundial em caminhar nesse sentido se deve à ausência dos partidos revolucionários e de um Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O que não quer dizer que não existam as experiências e o programa para transformar as inúmeras lutas encerradas nas fronteiras nacionais em lutas mundiais. O movimento gigantesco em defesa do povo palestino e contra o seu genocídio põe às claras como a luta de classes tende a romper as fronteiras nacionais e os limites localistas.

Como se vê, a importância e o valor programático das ações voltadas a levantar os movimentos de massa se espelham no combate anti-imperialista em defesa da causa palestina. No interior desse movimento, vem se travando um choque histórico que tem suas raízes na primeira e segunda guerras mundiais. O genocídio na Faixa de Gaza é a prova irrefutável de que a criação do Estado sionista de Israel foi uma imposição do imperialismo nas condições de partilha do mundo. O sionismo chegou ao ponto de usar os métodos nacional-fascistas que foram aplicados contra o povo judeu.

O programa que vai à raiz da questão palestina é o da luta por uma República Socialista, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Somente a classe operária e os demais explorados podem encarnar esse programa.

Nenhuma ilusão nos tribunais da burguesia!

Toda força à luta independente dos explorados!

Organizar a frente única anti-imperialista!

Pelo fim da intervenção sionista na Faixa de Gaza!

São Paulo

Manifestação pró-Palestina ganha caráter simbólico e é marcada pela ausência de sindicatos e entidades estudantis

Mais uma vez a Frente Palestina de SP atendeu ao chamado global para realizações de manifestações em apoio e solidariedade à luta do povo palestino. Essa manifestação aconteceu no dia 28 de janeiro (domingo), em frente à Rede Globo. Embora muitas intervenções tenham denunciado os posicionamentos e omissões desta que é a principal rede de TV brasileira, é preciso dizer que a manifestação só aconteceu neste local devido à não autorização pela polícia em relação ao local previamente estabelecido, a Av. Paulista. Assim, o ato foi deslocado e ganhou um caráter simbólico, já que a região onde fica a Rede Globo, aos domingos, não tem qualquer circulação de pessoas, possui poucas residências e comércios fechados. A dificuldade de acesso completou o pacote que resultou na descrença dos manifestantes que vêm sustentando os atos massivos. A manifestação esvaziada se deve atribuir à orientação política da direção majoritária que controla o comitê.

Estiveram presentes as nove correntes que têm construído a Frente em SP e grupos palestinos. Militantes do PT estiveram presentes, mas sem a organização partidária. O POR participou com suas bandeiras e manifestos, onde se podia ler que “somente o movimento de massas, sob a direção da classe operária, pode derrotar o Estado sionista de Israel e impedir o avanço do genocídio na Faixa de Gaza”.

Foi possível perceber, em muitas das intervenções que as correntes oscilam na caracterização do principal fato político da última semana, a decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em relação à denúncia da África do Sul, com apoio do Brasil e outros países. A vacilação estava em dizer se tratou de um fato positivo, que ajuda na luta, disseram algumas correntes, ao mesmo tempo em que lamentavam o fato de a Corte não ter decidido pelo cessar fogo imediato e retirada das tropas israelenses. O POR, pelo contrário, mostrou desde a apresentação da denúncia, no começo do mês, que não se deveria alimentar ilusões em uma solução burguesa para o problema, seja pela ONU, ou de pelos governos. Nesta manifestação, demonstramos o caráter de classe da CIJ e suas decisões que possuem dois pesos e duas medidas. Quando a Rússia invadiu a Ucrânia, em fevereiro de 2022, a CIJ deliberou pela imediata retirada das tropas russas do território ucraniano, a pedido de Zelensky, com apoio dos EUA. Agora, diante de um genocídio televisionado, o órgão diz apenas que vai investigar e que Israel tome ações para evitar o genocídio. Uma clara capitulação ao imperialismo, que tem financiado o massacre.

Um segundo problema que destacamos foi a ausência dos sindicatos e movimentos, mesmo aqueles que fazem parte da Frente e participaram de atos anteriores. Neste grupo estão a CUT, o MTST, o MST, a UNE etc. Mas chama atenção a paralisia dos grandes sindicatos que, formalmente, se colocam em suas redes sociais, ao lado dos palestinos. Neste caso, citamos a Apeoesp e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O POR tem travado uma batalha dentro da Frente para mudar sua orientação política, que se limita à simbologia (ato na frente da Globo, flashmobs, intervenções artísticas etc.), para uma orientação de combate que se dedique integralmente à massificação das manifestações através da participação dos sindicatos, movimentos sociais e partidos. Só mesmo com um trabalho orientado para o comprometimento dos sindicatos no apoio ativo à luta é que o curso da mobilização no Brasil poderá tomar outro rumo, o rumo da organização massiva sob uma direção proletária.

A ausência dos sindicatos e movimentos na luta pelo fim do



genocídio em Gaza está é um problema de primeira ordem: a sua raiz se encontra no governo das direções. Sob essas direções, as entidades não estão a serviço dos trabalhadores e da maioria oprimida, pelo contrário estão dedicadas integralmente à sustentação do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Como o governo, devido a seus interesses de classe, não se choca com o imperialismo e com Israel, se mantendo no nível da denúncia institucional e formal, essas entidades dirigidas pelo petismo não vão além daquilo que o governo autoriza. A burocracia sindical é uma trava para a luta em geral no país, e uma trava para o apoio à luta dos palestinos, em particular.

O Brasil segue à margem do grande movimento de massas que tem ocorrido em diversos países da Europa e Oriente Médio, principalmente. Trata-se de um movimento de caráter anti-imperialista, que se choca com os interesses dos Estados Unidos e aliados. Deve ser potenciado ao máximo. E, para que o Brasil possa consequentemente fazer parte da luta internacional, deve romper as travas da burocracia conciliadora e governista.

Transcrição da Intervenção do POR:

“Estamos nesta manifestação, que hoje ganhou um caráter simbólico, mas a nossa luta não é simbólica. A nossa luta é real, ela acontece na rua, com os métodos próprios dos trabalhadores.

Já vamos chegar a quatro meses de massacre, quatro meses de genocídio, assassinato, de uma ação violentíssima do Estado de Israel, do Estado sionista, contra as massas palestinas. Mas existe resistência. Nós temos de dizer onde está a resistência neste movimento.

A resistência acontece no chão de batalha, com armas em mãos, lá na Faixa de Gaza, com diversos grupos, como o Hamas e outros que estão resistindo duramente à violência genocida do Estado de Israel.

Existe resistência também de outros grupos internacionais, como a dos houthis, no Mar do Vermelho, bombardeando os navios que vão para Israel. Essa é uma resistência importante também, que temos de apoiar. E os Estados Unidos e a Inglaterra estão respondendo com violência contra o Iêmen, bombardeando sua capital, bombardeando todos aqueles que lutam pela Palestina, para poder garantir o massacre. Esse é o papel dos Estados Unidos no Oriente Médio, garantir o massacre.

Existe outra forma de resistência extremamente importante, que são as grandes manifestações, que estão acontecendo pelo mundo todo. Aquela manifestação no Iêmen, que reuniu centenas de mi-

Ihares de pessoas, é um exemplo que tem de ser seguido em todos os países. Nós temos que nos inspirar naquela grande manifestação e em tantas outras que estão acontecendo.

O principal fato político da última semana foi o resultado do Tribunal

da Corte Internacional de Justiça. E foi uma vergonha, como já foi denunciada aqui, uma vergonha. Nós, do POR, no último ato, falamos: a denúncia da África do Sul é importante, mas do ponto de vista da denúncia, só. Porque não se deve alimentar ilusões de que as organizações da burguesia vão resolver nosso problema. Não vão resolver o problema. Nenhuma ilusão na ONU! Nenhuma ilusão nos seus braços, como o Tribunal de Justiça! Foi uma vergonha, e nós podemos inclusive mostrar essa vergonha, comparando com a decisão que Haia teve quando começou a guerra da Ucrânia. Percebam, quando começou a guerra da Ucrânia, a decisão de Haia foi que a Rússia retirasse as suas tropas imediatamente. Não tinha genocídio. Não tinha violência com destruição de hospitais, destruição de universidades. Não tinha nada disso. Mas a ONU falou: Rússia, retire as suas tropas. E, agora, com o genocídio provado, com o genocídio completamente verificado, a ONU e o seu braço político, que é o Tribunal de Justiça, não decretou o cessar-fogo e a retirada das tropas israelenses. É assim que temos de fazer a denúncia. Esse Tribunal tem dois pesos e duas medidas porque ele é braço do imperialismo.

Camaradas, vou pedir mais um minuto para fazer a conclusão. Porque a conclusão mostra que, se esse não é o caminho, apostar na ONU, apostar na justiça da burguesia, então qual é o caminho? O caminho está na mobilização de massa. No Brasil, estamos enfrentando uma grande dificuldade de massificar o movimento. Estamos aqui nessa manifestação, com cem pessoas mais ou menos, com uma dificuldade enorme de massificar o movimento. E por que nós não conseguimos massificar? Se quando nós olhamos nas redes sociais, uma quantidade muito grande de pessoas está em defesa dos palestinos? Mas por que não estão aqui? Porque existe uma trava, existe um bloqueio e nós temos de usar essa manifestação para denunciar esse bloqueio.

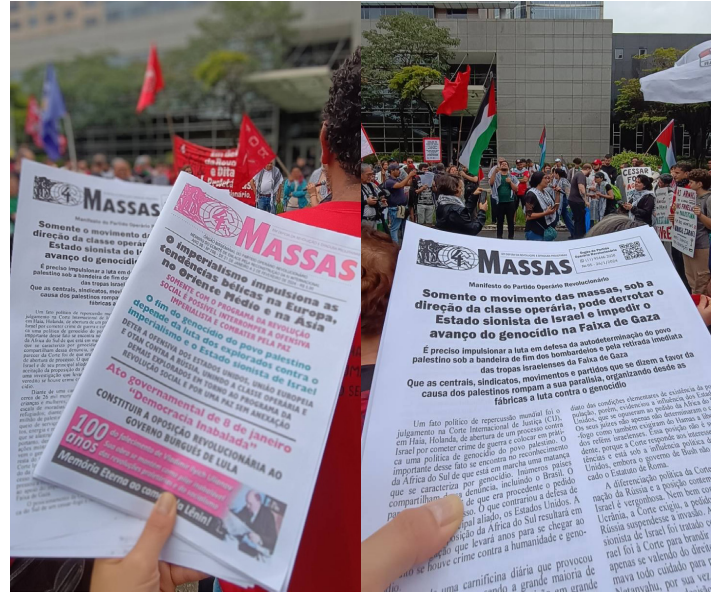
Rio de Janeiro

Ato pela Palestina em frente ao Consulado dos EUA

O Ato pela Palestina no Rio de Janeiro aconteceu em frente ao Consulado dos Estados Unidos, no centro da cidade. O POR interveio com seu manifesto intitulado "Três meses de fogo e destruição praticados pelo Estado de Israel". O ato acabou sendo pequeno em meio à chuva e às enchentes. Porém, o seu esvaziamento se deve à ausência de um combate organizado por parte dos sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, que se reivindicam da defesa da Palestina.

Participaram do ato além do POR, a CST, o PSTU e outras correntes. Algumas correntes concentraram suas falas na crítica ao plano de privatização do governador de São Paulo e a repressão no ato contra a privatização da Sabesp. A maioria tentou poupar o governo Lula, que vem fazendo afagos ao governador bolsonarista Tarcísio. Portanto, o ato contou com falas deslocadas do objetivo da manifestação, que era a defesa do povo palestino contra o genocídio praticado pelo Estado sionista de Israel.

O POR, ao contrário, tinha e tem como resposta a esse massacre a luta unitária dos explorados do mundo todo. Tem mostrado que somente a classe operária e demais explorados unidos e organizados podem pôr fim aos bombardeios de Israel à Faixa de Gaza, erguer uma luta anti-imperialista e defender a república socialista da Palestina.



Esse bloqueio é aplicado pelas direções sindicais, as direções políticas vinculadas ao petismo, vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. Quem está aqui é muito importante, mas quem não está? Cadê o maior sindicato de professores da América Latina, que não está aqui? Na rede social, a APEOESP diz que apoia os palestinos. Cadê a APEOESP aqui? Cadê o maior sindicato metalúrgico de operários da América Latina, que é o sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por que não está aqui? Porque eles servem de instrumento do governo Lula. E como o governo Lula não apoia a luta, eles também não apoiam.

Vou concluir, camarada, peço desculpas por ter passado o tempo da fala, mas é importante essa denúncia. Vamos organizar essa luta, vamos pressionar os sindicatos, vamos pressionar as direções políticas, porque são elas que estão barrando a massificação do movimento."

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário

2014

Partido Operário Revolucionário

MASSAS

Adquira já com o distribuidor do Massas

R\$ 5,00

Prefácio do livro “A Revolução Palestina”

Publicamos a apresentação do livro “A Revolução Palestina”, editado pelo Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Trata-se de um esforço voltado a esclarecer histórica e politicamente as raízes da guerra desfechada pelo Estado sionista de Israel contra a Faixa de Gaza.

Apresentação

No momento da publicação desta obra, estamos testemunhando o agravamento do massacre palestino no Oriente Médio. O “novo” pretexto usado coloca o “ataque” do Hamas a Israel, em 7 de outubro de 2023, como a origem da resposta obrigatória do sionismo. No entanto, uma visão um pouco mais ampla mostra que Israel não precisa e nunca precisou de qualquer pretexto. A aniquilação sistemática do povo palestino vem acontecendo há mais de 80 anos sem qualquer consideração ou razão que não seja o objetivo final de exterminar essa população.

O sionismo internacional, ao estabelecer seu Estado, contou não apenas com a cumplicidade do imperialismo – primeiro britânico e depois norte-americano – mas também com seu apoio direto. Ficou claro ao longo da história que o capital financeiro internacional precisa de um enclave militar no Oriente Médio para o controle de seus recursos naturais e arregimentação e disciplinamento de sua população. Vemos na presença de Israel uma forte garantia da política imperialista e de seu braço armado, de modo que a questão palestina está diretamente ligada à questão de todos os oprimidos do chamado “mundo árabe”.

Assim, o Partido Operário Revolucionário, seção argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), empreende uma nova e colossal tarefa de editar o presente volume com as obras fundamentais para aprofundar uma melhor compreensão da Revolução Palestina. No passado, algumas delas já tinham sido usadas nos nossos cursos de formação política; ou então, baseamos nelas a elaboração de artigos e declarações.

Sem dúvida, o momento presente nos coloca diante de novas tarefas, que consistem em avançar no caminho já percorrido e nos dedicarmos à edição de um material muito valioso. Todo militante e ativista interessado em encontrar seu caminho em meio ao bombardeio da propaganda sionista, aos mais abjetos preconceitos de classe, às mentiras mais horrorosas e às mais vis demonizações, encontrará neste volume esses elementos insubstituíveis quando se trata de esclarecer a questão e se estabelecer firmemente em uma trincheira de classe, ao lado dos oprimidos de todo o mundo.

Cabe esclarecer que, embora os textos abordem muitos pontos em comum, e isso é inevitável, cada um deles se debruça sobre aspectos particulares. Isso resulta numa complementação deliberada quando se trata de obter uma visão geral da questão. A sua escolha tem a ver precisamente com este ponto, que é tentar abranger o espectro mais vasto de questões que surgiram e surgem sempre que o massacre do povo palestino volta a se exacerbar, ou cada vez que o povo palestino responde a tais atrocidades, como a Primeira Intifada de 1987 ou a Segunda Intifada de 2000.

A seguir, faremos uma breve apresentação de cada um deles, procurando ao mesmo tempo, apontar os pontos fracos das posições políticas desses escritos publicados. Pois é claro, olhando para os nomes dos autores, que não há necessariamente um acordo político substancial com eles. Não cabe aqui saldar dívidas ou nos estendermos desnecessariamente numa delimitação com-

pleta, mas apontaremos quais aspectos eles não foram capazes de assinalar, porque apareceram cedo em cena; ou não souberam assinalar devido a sua orientação política; ou estão no meio do caminho.

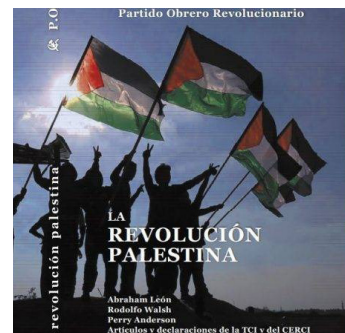
Alguns deles, como Perry Anderson, rejeitaram o trotskismo como uma continuação política do marxismo-leninismo, ao mesmo tempo em que mostraram certas simpatias por diferentes fenômenos do nacionalismo burguês latino-americano. Outros, como Rodolfo Walsh, conhecido não só pelos argentinos, é um militante político que dispensa apresentações, e de quem também será desnecessário insistir que aderiu ao peronismo durante grande parte da sua vida. Mais atrás no tempo, Abraham León, embora inscrito nas fileiras da Quarta Internacional, não conseguiu colocar o enorme intelecto que demonstrou possuir em seu panfleto sobre a questão judaica, a serviço da revolução. Isso se deveu principalmente ao fato de ter sido perseguido e assassinado ainda jovem, aos 26 anos, no campo de concentração de Auschwitz. Muitos outros autores não foram incluídos nesta obra, mas esperamos poder oferecê-los a leitores, ativistas e simpatizantes, em outras edições, uma vez que elaboraram judiciosas análises sobre a questão que nos interessa particularmente. Reconhecendo sua importância, deixamos claro que os três autores aqui selecionados são suficientes para aquele almejado conhecimento geral, não podendo acrescentar os demais por razões de espaço.

Finalmente, com os materiais da nossa organização, do CERQUI, e de seus precursores, como a Tendência Quarta Internacionalista (TQI), concluiremos nosso material. Verificamos a continuidade histórica da linha revolucionária desde o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 até os dias atuais, no percurso que percorremos através de nossos escritos. Não é pouca coisa que uma organização revolucionária mostre intransigência e fidelidade ao programa revolucionário: o POR tem sido um expoente incomparável nesse sentido.

Não foram poucos os partidos, integrantes de organizações internacionais, junto com o POR da Bolívia, que afundaram no pântano democratizante ou desistiram mais cedo que tarde. Ou seja, não conseguiram permanecer nas fileiras revolucionárias e não foram capazes de superar as duras provas e tarefas que a história nos preparou. Nossa seção argentina, como única herdeira do acervo político da velha Política Obrera (antecessora do Partido Obrero), também é uma amostra e exemplo disso.

Sem mais delongas, vamos agora apontar alguns aspectos fundamentais que devem ficar claros sobre os textos que aqui publicamos.

A contribuição fundamental de Abraham León gira em torno da questão judaica. O autor desdobra magistralmente sua narrativa histórica para dissecar as raízes materiais da posição social do judeu e as bases para o surgimento do sionismo. Quando, por



vezes, o leitor vai acreditar que está diante de um texto essencialmente de história, o autor consegue chegar esplendidamente a conclusões políticas que o tornam um texto ímpar nesse sentido.

É na seção dedicada à emergência do sionismo, como ideologia imperialista, que ele ataca um a um os disparates dessa teoria profundamente retrógrada que hoje aparece refletida e reproduzida ad infinitum pela imprensa internacional. Em maior ou menor grau, essas ideias, que devem ser firmemente combatidas com uma compreensão profunda de seu significado, acabam se enraizando em organizações que, curiosamente, se proclamam da classe operária, razão pela qual o desenvolvimento do texto de Abraham León mostra toda a sua vigência e força.

É interessante a íntegra compreensão do problema que apresenta quando nos lembra que fenômenos aparentemente religiosos (que aparecem na superfície) nada mais são do que reflexos de fenômenos sociais. Ele insistirá ao longo do texto que a origem e a resolução dos problemas religiosos não podem ser compreendidas sem analisá-los do ponto de vista social e político. Isso lhe renderá, no futuro, ser rotulado como “determinista” por alguns autores. Rejeitamos categoricamente essa incompreensão de seus críticos. Sua exposição merece ser lida na íntegra, com muita atenção, pois se escora com maestria no materialismo dialético.

À medida que seu texto avança, ele nos fornece uma ferramenta fundamental na polêmica e uma síntese exata: “O sionismo se propõe a resolver sua questão sem atacar o capitalismo”. Assim, a crença errônea de que a questão judaica pode ser resolvida com a constituição do Estado de Israel é categoricamente negada, como Abraham León cuida de explicar. O mérito dele é duplo, se consideramos que o revolucionário foi assassinado anos antes de concretizar-se o objetivo da formação do Estado de Israel.

Em seus pontos finais, expõe com precisão cirúrgica as reais possibilidades de sucesso na constituição de um Estado judeu. Ele argumenta que sua viabilidade consiste em se tornar um apêndice do imperialismo, sem qualquer possibilidade de independência ou autonomia. Ele tem o cuidado de esclarecer, no entanto, que isso de forma alguma significa a resolução da questão judaica. Justamente depois disso, o texto expõe sua grande fraqueza, que é a apologia da economia da URSS na década de 1940, ligada à possível resolução da questão judaica nacionalmente (dentro dos limites da União Soviética). Isso pode ser devido a certas deformações oriundas da tese do “socialismo em um só país”. A “questão judaica” não se resolve no âmbito de um Estado – nem mesmo do Estado operário – mas se projeta como uma tarefa internacional. É claro que isso não invalida em nada seu texto.

O texto que segue, praticamente inédito para os argentinos, pertence ao inestimável Rodolfo Walsh. Foi usado e propagandeado em mais de uma ocasião pela seção argentina, constituindo um material de referência permanente nas fileiras do partido por muitos anos. Embora seja um breve relato histórico da Palestina, nos dá um retrato bastante preciso da situação na década de 1970, resultado da visita que Walsh fizera àquelas terras.

O material consiste em pequenas notas para o jornal Notícias de 1973, compiladas para serem apresentadas como um folheto. Seus curtos, mas contundentes artigos, compõem um material muito rigoroso e, ao mesmo tempo, um relato vivo dos sentimentos das massas palestinas. A brochura é completada com uma carta enviada pelo diretor da assessoria de imprensa da Embaixada de Israel na Argentina, refletindo o horror que ele deve ter experimentado ao ver a realidade sufocante do povo palestino esclarecida para os leitores argentinos, ao menos parcialmente. Em vão, o diplomata lança a mesma bateria de tolices que de tempos em tempos se reproduzem para justificar a perseguição no Oriente Médio. A conseqüente resposta de Rodolfo Walsh sintetiza um novo e claro desmentido às posições sionistas.

A virtude do texto é o de ser o relato da experiência vivenciada por alguns dias do significado político do estabelecimento dos quartéis militares imperialistas que o Estado de Israel representa na região. Os dias passados naquela prisão a céu aberto, sob as mais dramáticas condições de arregimentação de um povo, são a verdadeira origem das mais variadas demonstrações de resistência. Nenhum fenômeno político, social ou religioso pode ser compreendido – por menor que possa parecer – nessas terras se não partirmos das condições em que se desenvolve. Walsh retrata-o com tanto vigor e realismo que fazem com que nos sintamos presentes em cada entrevista ou troca de palavras com os palestinos. É, portanto, um texto marcante que nos permite perceber tanta dor e sofrimento do povo oprimido.

Essa conquista, talvez a mais importante que o texto nos proporciona – para além de sua bem fundamentada análise histórica da questão até os anos 70 –, explica-se pela forma de sua exposição, conseguindo aliar a crueza de sua experiência com um método específico de análise. Para tanto, retoma, ainda que de forma mais superficial, algumas questões que Abraham León aprofunda, mostrando a ligação entre sua concepção e as posições marxistas, às quais nunca aderiu plenamente (talvez por ter sido arrancado deste mundo em pleno florescimento de sua consciência pela ditadura militar argentina inaugurada em 1976). Vemos em suas linhas a reprodução e, fundamentalmente, a reivindicação de teses eminentemente marxistas sobre a questão judaica e a luta feroz contra a ideologia sionista.

O último dos três textos selecionados – “Em disparada rumo a Belém” – de Perry Anderson fornece dados históricos interessantes. Anderson se debruça especialmente sobre a forma como os primeiros colonos se estabeleceram em solo palestino, de mãos dadas – e sob a proteção direta – do exército imperialista britânico no período entre as guerras, da Declaração Balfour de 1917 à Segunda Guerra Mundial.

Sua detalhada descrição da realidade israelense, fortemente subsidiada pelo capital imperialista, expõe a natureza do Estado ocupante no Oriente Médio. Os cálculos financeiros horripilantes explicam os enormes gastos, que por sua vez testemunham que seu papel está longe de buscar a resolução da “questão judaica”. Mas, ao mesmo tempo, e esse é o seu principal mérito, aponta para a resposta que surge nas terras árabes vizinhas, como contrapartida à presença do Estado invasor. Esclarece o significado da criação do enclave imperialista para os povos do Oriente Médio. Nesse sentido, o papel decisivo dos Estados Unidos na região confere à luta do povo palestino um caráter eminentemente anti-imperialista.

É bom notar a caracterização detalhada que ele faz dos partidos existentes em Israel, da qual só podemos concluir pela imperiosa necessidade de construir a seção nacional do Partido Operário Revolucionário em território palestino e em cada um dos países árabes. O estabelecimento e a organização de um poderoso trabalho no seio da classe operária e de outros oprimidos, incluindo fundamentalmente os de Israel, é uma tarefa de primeira ordem no estágio atual.

Igualmente interessante é a forma como aborda a transição – ou melhor, a traição – das organizações e líderes históricos que diziam representar as aspirações palestinas: falamos de Arafat e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Sua submissão aos planos imperialistas na região e a renúncia aos postulados programáticos históricos de lutar por uma “Palestina única laica e democrática” mostram a fraqueza não apenas do programa burguês, mas também a inviabilidade histórica da bandeira da coexistência de dois Estados.

Perry Anderson, no final, conjectura sobre o que significaria uma partição justa e em que condições ela deveria ocorrer. Com

isso, joga por terra o enorme trabalho que nos oferece, colocando abertamente suas soluções mágicas no reino mais sombrio do “possibilismo”. Conclui-se que é o seu pessimismo sobre as possibilidades de destruição do Estado de Israel que o leva à abordagem capituladora, algo semelhante ao que observamos no caso da OLP e que certamente ocorrerá no caso do atual Hamas. Só o partido revolucionário, como veremos, pode manter-se fiel à única bandeira que rejeita falsas soluções e abrem caminho a uma nova investida imperialista.

Uma vez abordados os admiráveis textos de Abraham León, Rodolfo Walsh e Perry Anderson, chegamos à seleção de artigos de nossa autoria. Como exposto acima, começaremos com dois artigos que pertenceram à Liga Operária Palestina, membro da Tendência Quarta Internacionalista (TQI), a internacional estruturada em torno ao POR boliviano, após a ruptura do CORQUI no final da década de 1970. O artigo, que poderia passar como uma simples crônica, mostra, por vezes, a força no esclarecimento da situação política que só pode ser alcançado com uma ponderada discussão internacional. Os artigos que foram publicados na revista “Internacionalismo” são dotados – ao contrário dessa primeira impressão – de um alcance magistral ao prever as condições que a ocupação do território palestino implica que: “enquanto essa ocupação existir, Israel terá que viver das guerras”.

É evidente que a Internacional está longe de ter um caráter formal. Torna-se um elemento insubstituível para acompanhar o desenvolvimento das seções nacionais, exercendo forte pressão sobre a necessidade de ajustar a linha e verificar as posições partidárias, muitas vezes atoladas em questões conjunturais nacionais. À luz dos acontecimentos, podemos ver que os dois artigos aqui reproduzidos estão firmemente assentados num claro conteúdo de classe.

Constitui, ao mesmo tempo, um poderoso precedente e fundamento para a tarefa capital do momento: estamos falando da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista e de suas seções nacionais, resgatando as melhores tradições de luta e as experiências da época. Em um momento em que a unidade nacional em Israel se fortalece em torno ao carniceiro circunstancial Benjamin Netanyahu, é interessante observar a rejeição ao sionismo que despertou nos oprimidos de Israel e o conseqüente apoio que a causa palestina obteve em alguns setores, não menores, da classe operária israelense.

Continuando na seleção de textos e declarações feitas por nossa organização, vemos a retidão da linha de intervenção dos revolucionários, sem hesitação ou abjuração. Vemos que os massacres, as perseguições, a arregimentação do povo palestino é uma situação sistemática inerente à presença do gendarme do Oriente Médio. No decurso das várias declarações de diferentes anos, a mesma situação parece repetir-se numa escala alargada.

Outro ponto forte das posições da nossa Internacional são as caracterizações precisas do Hamas desde suas origens ao longo dos anos. Isso nos colocou numa trincheira inconciliável com boa parte daqueles grupos fortemente suggestionados pela propaganda imperialista, incluindo os “pseudotrotskistas”. Assim como aconteceu diante do ataque ao “Charlie Hebdo” na França em 2015, os revolucionários nunca se colocaram nas trincheiras imperialistas para repudiar as respostas instintivas das massas. Pelo contrário, desvendamos suas raízes materiais, desvinculando-as de suas expressões religiosas, como também nos apontou Abraão León.

Acontece que eles não são um elemento novo, mas, é muito prejudicial, quando se trata de considerar os campos opostos. O centrismo democratizante, como vemos hoje, se deixa arrastar de tempos em tempos para posições social-imperialistas, apontando e demonizando a resistência palestina, fornecendo um pretexto

fundamental para justificar o avanço sionista. Os revolucionários, como se pode ver pelos textos aqui apresentados, não reivindicam os métodos do Hamas, mas os defendemos incondicionalmente de todos os ataques do sentimentalismo burguês. Este tem sido um ponto de divisão entre o marxismo e as várias correntes pequeno-burguesas ao longo da história.

Um elemento fundamental constitui o denominador comum na maior parte dos artigos. Estamos falando do eixo estruturante da luta no Oriente Médio que se traduz na unidade entre os oprimidos palestinos e israelenses, o que não é irrelevante quando se trata de derrotar o enclave militar imperialista, e não apenas um eventual governo no poder. A partir daí, vamos nos deter numa importante observação sobre o significado da luta palestina hoje “como um símbolo para todas as massas exploradas da região”, de uma atualidade surpreendente.

Por essa razão, os artigos afirmam sem qualquer dúvida que a única maneira de resolvê-lo implica a derrota do imperialismo na região. Ou seja, a unidade árabe para derrotar o imperialismo, o Estado de Israel (como seu braço armado) e os vários governos fantoches e cúmplices locais. A Palestina, por si só, não pode derrotar o poderio militar israelense, independentemente do grau de armamento de sua população. Requer necessariamente a unidade de todos os oprimidos do Oriente Médio – incluindo, é claro, o proletariado israelense e as massas judias que lá vivem – na perspectiva da estruturação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

A luta heroica e abnegada de tantos anos, diante de tantos ataques, contra as forças mais poderosas do planeta, coloca o povo palestino como símbolo e referência insubstituível dos oprimidos do mundo. A resistência titânica ao sionismo imperialista exalta a níveis gigantescos um povo aguerrido que terá de forjar, de suas próprias entranhas, a liderança capaz de dirigir o triunfo de sua luta. Esta tarefa deve ser levada a cabo em estreita colaboração com a Internacional e as várias seções nacionais da vanguarda revolucionária. Os anos de sofrimento e perseguição serão apenas as crises que temperarão e fortalecerão as futuras vitórias gigantescas dos oprimidos do mundo. Viva a luta do povo palestino! Por uma Palestina única e socialista, onde árabes e judeus possam viver juntos em paz! Morte ao Estado Sionista de Israel! Viva os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Comitê Central do POR,
22 de novembro de 2023

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



LANÇAMENTO!

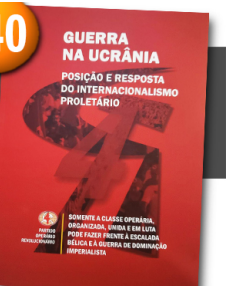
R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, iniciamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No Jornal Massas 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. Agora, trataremos do Tomo I, vol 4.

Estudos sobre Trotsky e a restauração

Desenvolvimento das formulações de Trotsky sobre a burocratização da URSS, o processo de restauração capitalista e a revolução política

A caminho do Décimo Sexto Congresso do PCUS

31 de maio de 1930, pág. 948



A importância desse artigo está em que Trotsky demonstra o estágio avançado da burocratização do partido. O Décimo Sexto Congresso do PCUS que se realizaria, portanto, tratava-se de expor o seu caráter a partir do caráter do partido. Em outras palavras, o Congresso refletiria as deformações burocráticas do PCUS. Com certeza, expressaria as con-

tradições entre o regime partidário, a orientação política e as respostas econômicas.

O valor da análise de Trotsky desse acontecimento está em que faz parte da luta contra as tendências restauracionistas, que se abrigavam no interior do Estado operário. O Congresso não seria a expressão viva da classe operária e dos problemas a serem enfrentados no sentido de avançar as transformações realizadas pela Revolução de Outubro de 1917. Diz Trotsky: “Não é demasiadamente difícil prever qual será o caráter do Congresso. Para isso, basta saber quem o convoca e como o faz. É a fração estalinista – com o apoio da GPU e do Exército, mediante o aparato do partido e com a ajuda do aparato estatal – que convoca um corpo legislativo cuidadosamente selecionado e suficientemente intimidado, cujas resoluções relativas a todos os problemas fundamentais estão aprovados de antemão. Ao mesmo tempo, para a fração estalinista, a aplicação das resoluções perderá seu caráter obrigatório na manhã seguinte do encerramento do Congresso”. Essa avaliação se fazia treze anos depois do proletariado ter tomado o poder.

Stalin havia se afirmado no centro do poder partidário e manejava autoritariamente o partido, sufocando qualquer tentativa de oposição. A perseguição implacável à Oposição de Esquerda e, em particular, ao seu dirigente, Trotsky, resultaria em uma ossificação partidária. Logo, o Décimo Sexto Congresso não poderia colocar em discussão o método de convocação, elaboração de documentos, discussão e decisão congressual. Não poderia realizar uma avaliação livre e crítica sobre o plano quinquenal. O curso dos acontecimentos evidenciava que “o regime burocrático caminhava diretamente à instauração do princípio da infalibilidade da direção, complemento necessário da situação atual, em que não se pode exigir a prestação de contas”. (...) “Por detrás

da ficção dos preparativos do Décimo Sexto Congresso (...) transparece precisamente esta realidade aterradora: em forma inconsciente, irresponsável e autoritária se assentam as bases do bonapartismo”. No processo de decomposição do partido comunista se evidencia os elementos da contrarrevolução, ou seja, da restauração capitalista. Esse é o conteúdo histórico da comparação que Trotsky faz da experiência bonapartista da Revolução Francesa com a Revolução Russa. Eis por que Trotsky conclui que “ou o sistema da ditadura proletária entrou em contradição irreconciliável com as necessidades econômicas do país, e a degeneração bonapartista do regime partidário é somente um subproduto desta contradição fundamental (...), ou o regime partidário, que possui sua lógica e impulso próprios, entrou em aguda contradição com a ditadura revolucionária, ainda que esta mantenha toda sua vitalidade e é o único regime capaz de proteger a Rússia da servidão colonial, garantindo-lhe o desenvolvimento de suas forças produtivas e abrindo-lhe amplas perspectivas socialistas. Isso é o que pensamos, nós da Oposição de Esquerda comunista”. Trotsky adverte que o partido não é o fator decisivo, por ser um fator superestrutural. Era importante verificar o que se passava com as forças produtivas e as relações entre as classes. Dentre os “fatores objetivos que pressionam o regime interno do partido”, era preciso considerar que, em última instância, tudo se sintetiza “no isolamento da república soviética”.

Nota-se o esforço de Trotsky em dar o máximo de precisão ao fenômeno da burocratização do partido. Não se tratava de explicá-lo unicamente do ponto de vista de que seria produzido como “um incremento automático da pressão das forças de classes hostis”, (...) “exercida desde fora”. Eis a conclusão: “Além da pressão exercida desde fora pelas forças hostis, que, por sua vez, encontraram um ponto de apoio interno na política errônea do partido, o regime sofre pressão direta e poderosa de um fator interno que exerce uma força enorme e crescente: isto é, a burocracia partidária e estatal. A burocracia se transformou em uma força ‘autosuficiente’; possui seus próprios interesses materiais e desenvolve seus pontos de vista de acordo com suas posições privilegiadas. Utiliza dos métodos e arbítrios com os quais se armou a ditadura de forma que a burocracia subordina de maneira crescente o regime partidário, não aos interesses da ditadura proletária mas sim aos seus próprios interesses, isto é, à manutenção de sua posição privilegiada, seu poder e sua imunidade. Dessa forma, este fenômeno é um produto da ditadura. Mas é uma derivação a que opõem outras deri-

vações da mesma ditadura. Não é que a ditadura proletária entrou em contradição com o desenvolvimento econômico e cultural do país; pelo contrário, apesar dos erros da direção, o regime soviético demonstrou, nas circunstâncias mais difíceis, e continua demonstrando, que conta com fontes de criatividade inesgotáveis. Mas não há dúvida que a degeneração burocrática do aparato ditatorial socava a própria ditadura e, tal como demonstram as oscilações econômicas dos últimos anos, esta degeneração pode chegar a provocar uma contradição entre o regime soviético e o desenvolvimento econômico do país”.

Essa valiosa explicação sobre a origem e caracterização da burocracia soviética evidenciará sua importância no curso da luta de Trotsky contra as tendências restauracionistas. No momento em que expõe essa análise, diante da realização do Décimo Sexto Congresso, as contradições assinaladas estavam vindo à tona como maior vigor e transparência. Haveria de seguir o fundamental, que era a “contradição entre o regime soviético e o desenvolvimento econômico do país”. A questão estava em saber se a burocracia devoraria a ditadura ou a ditadura da classe revolucionária devoraria a burocracia. Colocada em forma de pergunta, Trotsky reconhece que “a sorte da revolução depende do seu desenlace”. Esse dilema contém, em si, um prognóstico. A União Soviética abrigava a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas socialistas e a sua negação. O que dizia respeito ao lugar do partido como força dirigente do Estado operário. A sua degeneração burocrática era parte da constituição de uma burocracia com interesses próprios e, portanto, de caráter parasitário.

O Décimo Sexto Congresso não resolveria nada, mas refletiria o estágio de decomposição do partido. Tudo dependia de como a classe operária iria reagir diante de tais contradições. A Oposição de Esquerda – “vanguarda da vanguarda” – reconhecia “uma série de derrotas organizativas como preço a pagar por dirigir uma série de chamados à vanguarda proletária”. Em sua bandeira foi “inscrito a implacabilidade ideológica”. Nesse momento, Trotsky ainda conservava a posição, tanto em suas críticas teóricas e suas atividades práticas, de que se tratava de desenvolver a “linha política de ganhar ideologicamente o partido” e não da linha de tomar o poder contra o partido. Essa conclusão respondia à acusação da burocracia estalinista de que Trotsky tinha “um plano de lançar uma guerra civil”. Esclarece as diretrizes da Oposição de Esquerda: “Agora, como no passado, buscamos uma reforma. Procuramos ajudar o núcleo proletário do partido a reformar o regime na luta contra a burocracia plebiscitária bonapartista. Nosso objetivo é consolidar a ditadura proletária na URSS como fator mais importante para a revolução socialista internacional”.

Os acontecimentos posteriores deram inteira razão à crítica de Trotsky ao Décimo Sexto Congresso do PCUS.

Quem triunfará?

Agosto de 1930, pág. 1068

Dois meses decorridos da redação “A caminho do Décimo Sexto Congresso do PCUS”, Trotsky retoma a sua crítica

à condução estalinista do Estado e da economia soviética. No artigo “Quem triunfará?”, retomará a explicação sobre a gestação do bonapartismo no interior do partido, ou seja, de sua condução burocrático-ditatorial por Stalin. As suas observações se referem ao informe de “Dez horas de Stalin”, no Congresso que se realizou entre os dias 26 de junho a 13 de julho. Preponderou o triunfalismo econômico. Os seus resultados demonstrados em cifras não havia como ser questionados. O problema estava em saber seu significado para a orientação partidária. Se seus êxitos econômicos eram importantes, “as dificuldades e contradições” seriam ainda maiores, segundo a compreensão de Trotsky.

Em longo discurso, Stalin “mencionou tudo o que lhe permite ocultar as dificuldades e minimizar as contradições”. Trotsky se refere às divergências que tomaram corpo em 1925, em torno à relação entre a cidade e o campo. Assinala que “as contradições do campo não desapareceram; estão sendo introduzidas nas granjas coletivas, onde não tardarão em manifestar-se”. O fortalecimento do camponês rico, dos kulacs, exerceria enorme pressão sobre o Estado operário. Aí se potenciavam elementos contrários às transformações iniciadas pela Revolução de Outubro. Problemas como esse de grande importância para se discutir no Décimo Sexto Congresso ficaram ocultos sob o exitismo do discurso estalinista.

Essa contradição não se limitava à agricultura. Era preciso reconhecer que “na URSS, as forças internas do capitalismo derivavam seu poder e sua importância das forças do capitalismo mundial”. A visão puramente nacional dos êxitos econômicos representava um perigo diante das pressões exercidas pelo capital internacional. As forças internas do capitalismo não poderiam ser minimizadas e deslocadas das relações econômicas ditadas pelo capitalismo. Assim, Trotsky faz a pergunta ‘quem triunfará?’. A resposta se encontra, em última instância, nas “relações entre a URSS e o capitalismo mundial”. Essa era a questão fundamental colocada pela história, que teria de ser enfrentada e resolvida.

Trotsky indica que “os êxitos internos têm grande importância porque permitem consolidar, avançar e resistir enquanto temos de esperar”. Explica que “as lutas econômicas internas são batalhas da vanguarda contra um inimigo cujas forças principais estão do outro lado da fronteira”. Diz, em forma de conclusão: “O dilema ‘quem triunfará?’ não só no terreno militar, não só no terreno político, mas também e principalmente no terreno econômico, está colocado em escala mundial”. (...) “A intervenção militar é um perigo. A intervenção econômica por meio da penetração das mercadorias a baixo preço também o é, mas incomparavelmente maior”.

Naquele momento, no entanto, o grande perigo se encontrava na relação “entre a burocracia partidária e a classe operária, entre a submissão total e a dispersão do partido”. De todas as contradições assinaladas, a ênfase recaía sobre a questão da direção política, ou seja, da desfiguração que vinha sofrendo o Partido Comunista. A violenta perseguição à Oposição de Esquerda, mesmo depois de Trotsky ter sido expulso e exilado, mostrava que esse perigo ganhava proporções inauditas. A falsificação de Stalin em seu discurso no Congresso, afirmando que a Oposição “dava in-

formação à imprensa mundial, sem dizer que informações seriam”, era um sinal do temor quanto ao fato de Trotsky e seus partidários manterem-se em defesa da república soviética e defendê-la por meio da luta programática bolchevique leninista. Trotsky responde: “Nem a repressão, nem as ameaças nos calarão. É muito importante o que está em jogo na luta: trata-se da sorte da Revolução de Outubro e do partido de Lênin, não só do partido da URSS, mas também do partido internacional de Lênin, hoje sob a direção do sargento Prishibeiev, que atua sob o pseudônimo de Molotov. Está em jogo a existência do comunismo mundial. A luta entre o leninismo e o estalinismo não está resolvida. É aqui onde a pergunta ‘quem triunfará?’ adquire toda sua envergadura”. (...) “Contra o socialismo nacional, pela revolução internacional!”.

Para a história posterior da luta da Oposição de Esquerda contra a degeneração estalinista do partido, é de enorme importância a resposta de que o futuro da URSS e do comunismo mundial dependia da vitória do marxismo-leninismo encarnado pelo trotskismo

‘Outra Carta aos Camaradas Húngaros’

Setembro de 1930, pág. 1132

Um dos últimos documentos sobre a questão da restauração capitalista, do Tomo I, vol. 4, que deve ser considerado em nossa exposição, é a resposta de Trotsky a uma carta de 30 de agosto enviada por militantes húngaros da Oposição de Esquerda. Tem a ver com a discussão sobre restauração e capitalismo de Estado. Neste momento, Trotsky procurava desmontar os erros ultraesquerdistas, expressos por Urbahns na Alemanha, pelo grupo de Praga dirigido por Artur Pollack, e por outros. A incompreensão dos húngaros era demonstrada na ideia de que o poder soviético não poderia levar ao socialismo porque a revolução consistiu na transição imediata do feudalismo ao capitalismo. Trotsky explica que “nas vésperas da Revolução Russa não predominavam as relações feudais senão as relações capitalistas”. Desse erro, derivava outro que consistia na prognóstico absoluto de que a NEP (Nova Política Econômica) “desembocaria inevitavelmente no capitalismo”.

Para elucidar os erros que levavam ao ultraesquerdismo,

Trotsky argumenta: “É um problema que geralmente não se pode resolver a priori – tudo depende da relação de força. Quando tomar o poder, o proletariado dos países mais avançados provavelmente permitirá que subsistam as relações de mercado durante um período transitório bastante longo, restringindo-as cada vez mais e eliminando desta forma a economia de troca de mercadorias”.

Nessa linha de raciocínio, responde sobre a possibilidade de um capitalismo de Estado. Eis: “Para se implantar na Rússia o capitalismo de Estado no verdadeiro sentido da palavra, o poder teria de passar para as mãos da burguesia, o que não pode ocorrer sem uma guerra civil. Pode haver uma guerra civil? É muito provável. A política da burocracia estalinista debilitou enormemente a posição do proletariado e reduziu seu espírito revolucionário, dado que uma série de atitudes errôneas insensatas provocaram uma tremenda amargura na pequena burguesia. Qual dos lados triunfaria em uma guerra civil? Não se pode responder de antemão. Mas teríamos de fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para garantir a vitória do lado proletário. Não há dúvida de que se a burguesia – os elementos locais com a ajuda de suas contrapartidas estrangeiras – procuraram recuperar o que lhes tirou em Outubro de 1917, o proletariado, por mais que o reprimiu o aparato estalinista, despertaria com tremenda energia revolucionária. Em uma luta em defesa das conquistas de Outubro, provavelmente o aparato estalinista também perderia sua posição. (...) Uma só coisa é segura: a União Soviética não construirá uma sociedade socialista se não triunfar o proletariado nos países adiantados do ocidente. Mas, uma vez que a existência da União Soviética facilita essa vitória, a luta pelo reerguimento e fortalecimento da ditadura proletária ali é uma das tarefas mais importantes da Oposição comunista”.

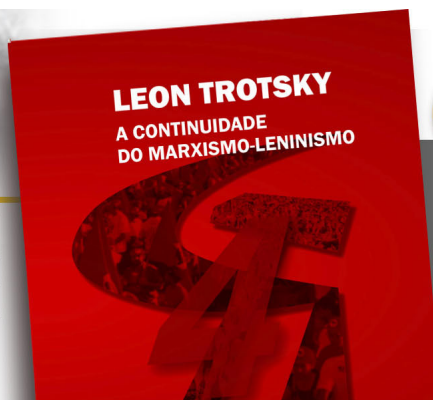
É necessário extrair dessas formulações o método marxista de analisar e compreender o movimento histórico concreto. O que exige estabelecer uma clara relação entre diagnóstico e prognóstico. A resposta aos erros esquerdistas dos húngaros se dá no campo da probabilidade, que envolvia a relação de força entre o proletariado e a burocracia bonapartista, entre o aparato estalinista e a luta da Oposição de Esquerda marxista-leninista.

(As citações foram extraídas dos Escritos de Trotsky, Tomo I, vol. 4, Akal Editor)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

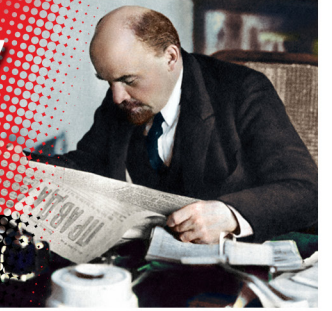
**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



100 do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov
anos Sua obra se mantém como pilar inabalável
das revoluções proletárias e do socialismo

Memória Eterna ao camarada Lênin!



Declaração do Partido Operário Revolucionário,
seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

100 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulyanov - Lênin (21 de janeiro de 1924)

**Lênin, pilar do marxismo, dirigente da Revolução Russa, construtor
do socialismo e farol da revolução mundial**

Um século da morte de Lênin e suas formulações teóricas e programáticas continuam imprescindíveis para o proletariado combater o capitalismo, reconquistar o terreno perdido para a contrarrevolução, reerguer organizativamente o internacionalismo proletário, impor derrotas ao imperialismo, impulsionar as revoluções proletárias e retomar o curso da transição do capitalismo ao socialismo iniciado pela Revolução Russa.

Em outubro, a conquista do poder pelo proletariado russo cumprirá 107 anos. Lênin, como se vê, não teve tempo de dirigir a edificação das bases econômicas e sociais fundamentadas no marxismo e no programa do Partido Bolchevique. A criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1922, contou decisivamente com as diretrizes do marxismo-leninismo. Lênin se achava enfermo, mas com uma extraordinária lucidez estratégica e tática, necessária para não só consolidar o poder proletário diante dos inimigos da revolução, como também para assegurar os passos iniciais da transição do capitalismo ao socialismo. Transição essa que se originava nas condições particulares de uma Rússia que ainda conservava heranças de sua formação feudal e que teria de avançar em contraposição ao capitalismo mundial.

Os poucos anos de vida que restavam a Lênin, após a derrubada do poder burguês e a emergência do novo regime social soviético, foram consumidos na luta por estabelecer as bases da transição do capitalismo ao socialismo. Com o poder do Estado sob seu controle, a classe operária teria de se elevar a dirigente da construção socialista, rodeada pelas forças imperialistas da contrarrevolução, fragilizada pelas consequências nefastas da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil e atormentada pelas contradições de classes que persistiam.

O problema fundamental, portanto, se encontrava nas difíceis condições de organização da classe operária que havia sido profundamente atingida pelas guerras. A reorganização da economia sobre a base da expropriação da propriedade privada dos meios de produção, estatização e nacionalização cabia à classe revolucionária. A dependência a um contingente de outras classes sociais – principalmente da pequena burguesia – para pôr em movimento as relações de produção e distribuição avariadas pelos acontecimentos que envolveram a revolução trazia o perigo das deformações, pressões e sabotagens burguesas.

Se o período anterior de construção do Partido Bolchevique - de duros enfrentamentos de frações em torno ao programa e às respostas aos acontecimentos da luta de classes com uma tática apropriada - foi extremamente difícil para levar a classe operária ao poder, o período inicial de assentamento das bases socialistas e de estruturação do Estado operário seria infinitamente mais difícil. Estava claro para Lênin que o início das transformações dependia da ditadura do proletariado, da democracia soviética e do fortalecimento de uma vanguarda dirigente que expressasse inconfundivelmente o movimento da classe operária, que se encontrava em um novo momento das tarefas socialistas.

Partindo das condições objetivas excessivamente adversas, Lênin não descuidava em dirigir esforços ao apoio do movimento revolucionário, como o que se havia erguido na Rússia durante a guerra mundial, principalmente na Alemanha e França, que se achava em posição de força capaz de vencer a contrarrevolução. Está absolutamente claro nos escritos de Lênin que os primeiros passos da transição ao socialismo se iniciavam com a revolução e a consequente criação da URSS. Essa compreensão deve ficar profundamente marcada.

No 3º Congresso de toda a Rússia dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, de janeiro de 1918, cerca de dois meses e meio após a vitória da revolução, Lênin expôs com toda a clareza que as profundas mudanças que se realizavam no modo de produção dependiam de uma firme condução da ditadura do proletariado e da luta de classes internacional. Tomemos suas palavras: “Estamos longe de ter completado sequer o período de transição do capitalismo ao socialismo. Nunca nos deixamos seduzir pela esperança de que poderíamos completá-lo sem a ajuda do proletariado internacional. (...) Naturalmente, a vitória definitiva do socialismo num único país é impossível. (...) Os grandes fundadores do socialismo, Marx e Engels, observando durante várias décadas o desenvolvimento do movimento operário e o crescimento da revolução socialista mundial, viram claramente que a passagem do capitalismo ao socialismo exigirá longas dores de parto, um longo período de ditadura do proletariado, a destruição de tudo o que é velho, a destruição implacável de todas as formas de capitalismo, a colaboração dos operários de todos os países, que devem unir todos os esforços para assegurar a vitória até ao fim”.

Em 1916, Lênin chegou à conclusão de que a II Internacional estava comprometida pelo revisionismo da social-democracia. Combateu no seu interior para impedir que chegasse a trair os fundamentos históricos do marxismo, a romper com as lições da Comuna de Paris e com as conquistas programáticas da I Internacional. Esse embate antes da Revolução Russa foi decisivo para orientar o proletariado a conquistar o poder nas condições da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil. Em 1919, Lênin dirigiu o Congresso de fundação da III Internacional. Estava, assim, edificando o Partido Mundial da Revolução Socialista, de acordo com a premissa exposta no 3º Congresso dos Sovietes.

Nesse exato momento que recorremos ao marxismo, aproveitando a data dos 100 anos do falecimento de Lênin, a liquidação da URSS completou 32 anos, levada a cabo pela contrarrevolução, gestada no interior do Estado operário e impulsionada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e pelas forças do imperialismo. Lênin não teve tempo de organizar uma direção que estivesse empenhada em manter a linha geral do programa e da teoria marxista sobre os quais a revolução social se potenciou e triunfou em Outubro de 1917.

As condições e tarefas posteriores à tomada do poder exigiam novas análises, conhecimentos, ações políticas e organização do regime soviético. O que implicava manter e

desenvolver os fundamentos históricos e programáticos do socialismo científico. As experiências pré-revolucionárias haviam demonstrado a inevitabilidade das divergências, da formação de frações e das rupturas no movimento operário e no partido. As vantagens de ter derrotado a contrarrevolução, expropriado a burguesia e constituído o Estado operário, certamente, consolidavam o programa e o Partido Bolchevique. No entanto, a reconstrução da economia sobre as bases embrionárias da propriedade social e da confrontação com o domínio mundial do capitalismo trariam novos problemas, recolocariam velhas divergências e gestariam novos embates. A necessidade de manter a unidade do partido, diante da situação escabrosa da economia e das pressões da contrarrevolução, leva Lênin a concluir que era preciso cercar as tendências fracionistas. O que acabou favorecendo uma tendência burocrática encabeçada por Stalin e aliados. Esse foi um dos momentos mais difíceis para Lênin projetar a linha política que assegurasse o controle proletário da direção do partido.

A transição do capitalismo ao socialismo se iniciou em meio à continuidade do enfrentamento às forças internas e externas da contrarrevolução. Essa contradição teria de ser equacionada e respondida, não apenas no âmbito nacional da revolução, mas sobretudo no marco internacional. Lênin deixou claro que os avanços da reconstrução econômica, elevação das condições de existência dos trabalhadores e superação das velhas divisões nacionais herdadas do império russo estabeleceriam a solidez do terreno socialista, necessária para resistir à superioridade e ao poderio do cerco imperialista. Mas nenhuma solidez interna, por maior que fosse, levaria a URSS a concluir a transição do capitalismo ao socialismo. Era fundamental desenvolver as forças produtivas internas sob a direção do Estado operário, a garantia da ditadura do proletariado e a inserção da classe operária na condução geral do funcionamento da economia estatizada, mas em conexão com o movimento internacional dos explorados.

A luta de classes não se encerrava com a revolução. Manifestaria-se sob novas formas. As forças burguesas internas derrotadas e o imperialismo em nenhum momento cederiam pacificamente à construção do socialismo. A resistência da contrarrevolução teria de ser vencida com o desenvolvimento das forças produtivas internas e com o fortalecimento da luta de classes em nível mundial. Essa interdependência se encontra perfeitamente formulada por Lênin antes e depois da revolução, cujas contradições se manifestarão concretamente diante das tarefas de edificar



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

Lênin estrategista
da revolução proletária

*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova
Coleção
Editorial

as bases econômicas do socialismo. Lênin, no 3º Congresso dos Sovietes, a assinala como premissa para o combate às forças da contrarrevolução. Demonstra com todas as letras que não se tratava de vincular abstratamente a dependência da revolução na Rússia à revolução mundial. Tratava-se, sim, de apoiar a construção das forças produtivas socialistas na Rússia como parte das forças produtivas mundiais. A revolução em outros países, que poderia começar na Europa, permitiria ao proletariado mundial ir resolvendo essa contradição. Cabia à Revolução Russa e à URSS servirem à luta de classes em todas as latitudes e auxiliar o proletariado no objetivo histórico de destruir o poder da burguesia. Nessa relação histórica se encontrava a interdependência entre as novas forças produtivas que nasciam da expropriação da burguesia e da estatização da economia, naquele momento, com a revolução na Alemanha e França. Aí está o sentido marxista plenamente exposto na diretriz de Lênin voltada ao 3º Congresso dos Sovietes: “Naturalmente, a vitória definitiva do socialismo num único país é impossível”.

A confusão entre iniciar as transformações socialistas em um determinado país com a possibilidade de obter a vitória definitiva em um único país seria a base do revisionismo encabeçado por Stalin, que sucederia a Lênin no comando do PC(b)R e do Estado soviético. Os primeiros sinais nos desvios do marxismo-leninismo se apresentaram quando Lênin estava no final de sua vida. O fato decisivo nesse momento foi o de Stalin se sobrepor a Trotsky, amparado por dirigentes históricos como Zinoviev, Kamenev e Bukharin, sobretudo. Estabelecia-se uma luta no aparato partidário, que levaria Trotsky a defender a proposição internacionalista de Lênin diante de um revisionismo que recém se manifestava. Lênin não via em Stalin um herdeiro à altura de enfrentar os grandes obstáculos que se apresentavam no caminho da reconstrução da economia arruinada e construção das bases socialistas. No 10º Congresso dos Sovietes, de dezembro de 1922, Lênin se ressentia do agravamento da enfermidade, de forma que não pôde participar diretamente, manifestando-se através de cartas endereçadas à direção do partido, por meio das quais expressava suas divergências com Stalin, Bukharin etc. Neste momento, se destacou a posição de Lênin em defesa do monopólio do comércio exterior e da vigência do centralismo democrático diante das nacionalidades. Em particular, tomou forma de luta política a necessidade de mudar a composição do Comitê Central do partido, que, para Lênin, deveria contar com uma maioria operária.

Nesse embate, Lênin contou com o apoio de Trotsky. Na Carta a J. V. Stalin, para os membros do CC do PC(b)R, diz:

“Terminei agora todos os meus assuntos e posso ir-me tranqüilo (Lênin seria transferido a Gorki por recomendação médica). Cheguei também a um acordo com Trotsky acerca da defesa de meus pontos de vista sobre o monopólio do comércio exterior. Somente permanece uma circunstância que me preocupa muitíssimo; é a impossibilidade de falar no Congresso dos Sovietes (10º Congresso). Me oponho categoricamente a toda postergação do problema do monopólio do comércio exterior (...) estou convencido de que Trotsky sustentará pontos de vista tão bem como eu (...)”. Nas Últimas Cartas e artigos, de 23 de dezembro de 1922 a 2 de março de 1923, Lênin expõe sua reprovação a Stalin e indica sua aprovação a Trotsky para dirigir o partido.

Após a morte de Lênin, se manifestou mais claramente as tendências burocráticas e revisionistas do marxismo-leninismo. Tornou-se inevitável que Trotsky desenvolvesse uma linha crítica às deformações no centralismo democrático e aos erros de diretrizes econômicas. Já não era possível evitar um fracionamento na direção do partido. A Oposição de Esquerda russa será varrida das fileiras do partido e Trotsky receberá a pena de confinamento e, em seguida, de expulsão da Rússia. Esse momento do final da vida de Lênin constitui um ponto decisivo em que se manifesta uma mudança de direção programática no PCUS.

A derrocada da URSS, ocorrida depois de 67 anos após sua morte, comprovou as formulações sobre a transição do capitalismo ao socialismo e a justeza das críticas de Lênin a Stalin e a seu grupo político. A história reservou a Trotsky a tarefa de encarnar e continuar o marxismo-leninismo. Stalin iria liquidar fisicamente a Oposição de Esquerda e assassinar Trotsky, em agosto de 1940.

O longo percurso de defesa da URSS contra as tendências burocráticas restauracionistas e a constituição da IV Internacional seguiriam o caminho estabelecido pelos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, que estiveram sob a direção de Lênin. A liquidação final da III Internacional, em junho de 1943, a mando de Stalin, renunciou o destino que tomaria a URSS sob a política do “socialismo em um só país” e da tese da possibilidade de “coexistência pacífica” com o imperialismo.

O desmoronamento da URSS interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo, impondo uma das maiores derrotas e retrocessos às conquistas do proletariado russo e mundial. A restauração capitalista rompeu os pilares da URSS, constituídos pela expropriação da burguesia, transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, estatização, monopólio do comércio exterior e economia planejada. O PCUS, completa-

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova
Coleção
Editorial

mente esclerosado pela burocratização, cedeu lugar à fração francamente restauracionista e pró-imperialista.

Não se pode reivindicar o marxismo-leninismo sem defender as conquistas da Revolução Russa, da edificação da URSS e da construção da III Internacional como Partido Mundial da Revolução Socialista. A restauração capitalista não rejuvenesceu o capitalismo decadente, ao contrário expressou o enfrentamento entre a revolução e a contrarrevolução. A mais profunda vitória da contrarrevolução, que concluiu com a demolição da URSS, faz parte das dores do parto, como assinalaram Marx e Engels e como expôs Lênin no 3º Congresso dos Sovietes.

É preciso reconhecer sem temor a derrota e até onde atingiu as conquistas históricas do proletariado e das massas oprimidas, para continuar a luta pela retomada da transição do capitalismo ao socialismo, que objetivamente está em curso, como demonstra a falência do capitalismo, a luta de classes mundial em ascensão, as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza, a escalada militar na Ásia impulsionada pela guerra comercial dos Estados Unidos contra a China, os confrontos nacionais na África, de fundo anti-imperialista, e a profunda desestabilização política na América Latina.

Não há outro caminho para a reabilitação do movimento revolucionário mundial que compreender as causas da derrocada da URSS e de suas implicações a favor da reorganização das forças anticomunistas da contrarrevolução desde o final da Segunda Guerra Mundial. Colocar-se diante dessa tarefa significa trabalhar no seio do proletariado em nosso país e da luta de classes mundial para superar a crise de direção.

A liquidação da URSS se completou nas condições da crise de direção, que não teve como ser superada pela constituição da IV Internacional em 1938, embora estivesse solidamente alicerçada no programa da revolução mundial e na linha do marxismo-leninismo. Uma vez que o programa da revolução política da IV Internacional não teve como ser materializado no curso da luta de classes, o termidor estalinista se firmou e concluiu a contrarrevolução destruindo a URSS.

Essa catástrofe histórica é transitória, ainda que não seja possível determiná-la temporalmente. As contradições do capitalismo na fase imperialista continuam a potencializar e impulsionar a barbárie social. Em meio a profundos conflitos, vêm à tona as experiências e as conquistas da Revolução de Outubro e da construção da URSS. Trata-se de assumi-las e transformá-las em orientação programática, em respostas às guerras em andamento e em combate às tendências bélicas que avançam aceleradamente.

As conquistas práticas da classe operária se acham consubstanciadas no programa da revolução social, que é o programa da revolução e do internacionalismo proletá-

rios. Recorrer a Lênin nos 100 anos de sua morte é recorrer à Revolução de Outubro de 1917, à edificação da URSS, à construção da III Internacional e à sua luta contra a burocratização restauracionista que se despontou no alvorecer da transição do capitalismo ao socialismo. Somente se pode recorrer a Lênin, por meio das conquistas da Oposição de Esquerda russa e da IV Internacional, que implica recorrer à luta de Trotsky contra a restauração capitalista.

Toda força, todo empenho, em superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem em suas mãos essa tarefa histórica. Sua força, hoje, se mede pela assimilação e aplicação do marxismo-leninismo-trotskismo.

Memória Eterna ao camarada Lênin!

Cabe à vanguarda revolucionária se colocar à altura de sua gigantesca obra.

24 de janeiro de 2024



Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**